

PESQUISA DIEESE



JULHO DE 1984

EMPREGO E DESEMPREGO NA GRANDE SÃO PAULO
CONCEITOS, METODOLOGIA E PRINCIPAIS RESULTADOS
1981 - 1983

PESQUISA DIEESE



JULHO DE 1984

**EMPREGO E DESEMPREGO NA GRANDE SÃO PAULO
CONCEITOS, METODOLOGIA E PRINCIPAIS RESULTADOS
1981 - 1983**

INDICE

PESQUISA DIEESE é uma publicação que divulga resultados de estudos e análises de pesquisas realizadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos/DIEESE, instituição de pesquisa, análises e assessoramento, mantido por sindicatos, federações e confederações de trabalhadores.

DIEESE

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

ESCRITÓRIO NACIONAL

SÃO PAULO

Rua das Carmelitas 149 3.º andar / Telefone (011) 32 4823 / 01020 São Paulo SP

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

BAHIA

Avenida Sete de Setembro 1001 / Mercês / Telefone (071) 237 1139 / CP 546 / 40000 Salvador BA

BRASILIA

Av. W3 / Norte Q. 504 Lote 6 Edif. Trabalhador 3.º andar / Tel. (061) 223 2057 / 70730 Brasília DF

MINAS GERAIS

Avenida Amazonas 491 5.º andar / Telefone (031) 201 0933 / 30000 Belo Horizonte MG

PARANÁ

Avenida Silva Jardim 775 / Telefone (041) 222 1732 / 80000 Curitiba PR

PERNAMBUCO

Rua da Aurora 175 Edifício Duarte Coelho Bloco C / Telefone (081) 222 2386 / 50000 Recife PE

RIO GRANDE DO SUL

Rua Jerônimo Coelho 303 / Telefone (051) 24 2580 / 90000 Porto Alegre RS

RIO DE JANEIRO

Avenida Presidente Vargas 502 15.º andar / Telefone (021) 233 3233 / 20071 Rio de Janeiro RJ

SANTA CATARINA

Avenida Mauro Ramos / Praça Etelvina Luz 5 / Telefone (0482) 22 8677 / 88000 Florianópolis SC

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

2. METODOLOGIA E CONCEITOS BÁSICOS

3. EMPREGO, DESEMPREGO E SUBEMPREGO

ANEXOS

ÍNDICE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

2. METODOLOGIA E CONCEITOS BÁSICOS

ÍNDICE

PESQUISA DE CAMPO

- COORDENAÇÃO GERAL JOSÉ MAURÍCIO SOARES (1982/83)
LUIS EDUARDO HIDEO HIRANO
THOMAS DE AQUINO NOGUEIRA NETO (1981)
- ASSESSORIA ANNEZ ANDRAUS TROYANO
ANTONIO CARLOS DE AZEVEDO (AMOSTRAGEM)
PEDRO PAULO MARTONE BRANCO
WALTER BARELLI (DIRETOR TÉCNICO)
- SUPERVISORES ENID DIVA MARX BACKES
AKIRA YAMAGUSHI
MYRIAM MOUSINHO FURTADO GOMES
MARIA CECÍLIA COMEGNO
BEATRIZ MARIA KERTI
CARMEN LUCIA CARNEIRO
MARIE LOUISE BULHÕES PEDREIRA GENEVOIS

ANÁLISE

- COORDENAÇÃO ANNEZ ANDRAUS TROYANO
- ANALISTAS ANTONIO CARLOS DE AZEVEDO (AMOSTRAGEM)
ATSUKO HAGA
JOSÉ MAURÍCIO SOARES
LILIA TEREZINHA MONTALI
LUIS EDUARDO HIDEO HIRANO
MARCIA RODRIGUES
MARISE B. PIMENTA HOFFMAN
MIGUEL W. CHAIA
WALTER BARELLI (DIRETOR TÉCNICO)

1. INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO

O estudo das condições de vida da classe trabalhadora constitui o objetivo primordial do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE.

Neste sentido, após ter realizado uma primeira pesquisa de orçamentos familiares em 1959 e uma segunda em 1969 e 1970, o DIEESE retorna em 1981, 1982 e 1983 para nova investigação visando a atualização da pauta de consumo para o cálculo mensal do custo de vida.

Neste último levantamento, além do estudo exaustivo do orçamento familiar da população residente na Região Metropolitana de São Paulo, aproveitou-se o trabalho de campo para aplicação de questionários específicos sobre a caracterização do emprego e da renda, da situação habitacional, da nutrição etc.

A presente publicação, primeira da Série Pesquisa, volta-se fundamentalmente para a questão do emprego/desemprego no período compreendido entre 1981 e 1983, com uma ênfase na metodologia e nos conceitos utilizados.

O interesse específico da situação de emprego e desemprego há muito constituía um dos objetivos mais importantes para o DIEESE uma vez que esta realidade é determinante da condição de vida da classe trabalhadora. Principalmente na situação atual, em face do aumento do desemprego gerado a partir da adoção da política econômica recessiva.

Esta pesquisa domiciliar, com este leque diversificado quanto à investigação e calcada em temas fundamentais da nossa realidade sócio-econômica contou, basicamente, com ajuda financeira dos sindicatos filiados ao DIEESE. Porém, não podemos deixar de citar as instituições que conosco colaboraram como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo FAPESP, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados SEADE e o Programa Nacional de Pesquisa Econômica - PNPE (IPEA).

As pessoas que mais diretamente colaboraram conosco, discutindo nosso material básico, não podemos deixar de registrar nosso agradecimento. Em especial, gostaríamos de agradecer a Paulo Renato Souza que no ano de 1979 e nos anos subsequentes colaborou espontaneamente e prestou uma assessoria fundamental para a pesquisa de emprego e desemprego.

APRESENTAÇÃO

O estudo das condições de vida da classe trabalhadora constitui o objetivo principal do Departamento Interdisciplinar de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE.

Neste sentido, após ter realizado uma primeira pesquisa de orçamento familiar em 1959 e uma segunda em 1965 e 1970, o DIEESE retomou em 1981, 1982 e 1983 para nova investigação visando a atualização de parte de consumo para o cálculo mensal do custo de vida.

Neste último levantamento, além do estudo exaustivo do orçamento familiar da população residente na Região Metropolitana de São Paulo, aproveitou-se a oportunidade de campo para aplicação de questionários específicos sobre a caracterização do emprego e de variáveis de situações habitacionais, de nutrição etc.

A presente publicação, portanto, dá conta de parte dos dados levantados para a questão do emprego, desenvolvido no período compreendido entre 1981 e 1983, com uma ênfase na metodologia e nos conceitos utilizados.

O interesse específico da pesquisa de emprego e desemprego há muito constitui um dos objetivos mais importantes para o DIEESE uma vez que esta realidade é determinante da condição de vida da classe trabalhadora. Principalmente no atual estágio, em face do aumento do desemprego, gerado a partir da adoção de

políticas econômicas restritivas.

Esta pesquisa domiciliar, com este caráter diversificado quanto à investigação e análise em termos fundamentais de dados relativos sócio-econômicos, contendo, portanto, informações essenciais para o DIEESE. Porém, não podemos deixar de citar as instituições que conosco colaboraram como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e o Programa Nacional de Pesquisas Econômicas (PNPE/IBGE).

As pessoas que mais diretamente colaboraram conosco, discutindo conosco mais detalhadamente, foram os pesquisadores responsáveis pelo trabalho em especial, os pesquisadores de estatística e de economia. Em especial, os pesquisadores de estatística e de economia. Em especial, os pesquisadores de estatística e de economia.

1. INTRODUÇÃO

Em quase 30 anos de serviços prestados ao movimento sindical brasileiro, o DIEESE tem se voltado basicamente ao estudo das condições de vida dos trabalhadores. Já são tradicionais alguns dos seus levantamentos e a seriedade com que são executadas as suas séries de dados, fundamentais ao sindicalismo, como por exemplo, o índice de Custo de Vida da Família Assalariada.

Na realidade, do ponto de vista técnico e do conhecimento, o DIEESE tem servido também como contraponto às estatísticas oficiais em dois aspectos básicos. Em primeiro lugar, no levantamento e análise de realidades fundamentais para o embasamento das reivindicações sindicais e que os órgãos oficiais têm procurado sistematicamente desconhecer, como se não fizessem parte central da realidade da grande maioria da população brasileira. Em segundo lugar, também tem servido como valioso parâmetro às estatísticas oficiais que não raramente têm sido manipuladas ao sabor da conjuntura econômica. Algumas dessas manipulações foram encobertas de toda a sociedade brasileira como, por exemplo, a absurda manipulação do custo de vida de 1973, época do chamado *milagre brasileiro* quando, apesar do intenso crescimento econômico, os assalariados tiveram seus salários reajustados bem abaixo do crescimento da inflação. O conhecimento deste logro, divulgado a todos os brasileiros pela imprensa, foi mensurado e revelado aos sindicatos graças aos dados do DIEESE (1).

Mas as estatísticas oficiais não se restringem a este caso. Outras manipulações vêm sendo realizadas nos bastidores, porém, devido à pressão política da sociedade, revestem-se de caráter mais aberto, mas nem por isso deixam de ser

(1)

Em decorrência dessa denúncia, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo abriu, em 1977, um processo contra a União. O DIEESE obteve os dados necessários e realizou a pericia que embasou o processo. Amplamente divulgado pela imprensa foi o ganho de causa dado pela Justiça Federal (7.ª Vara de São Paulo) a esse Sindicato, responsabilizando a União pelas perdas salariais dos metalúrgicos de São Paulo, cujos índices de reajuste foram decretados tendo por base os índices manipulados de custo de vida.

menos absurdas, vindo a público revestidas de *disfarce metodológico* ou mesmo a título de combate à inflação. Exemplo deste último caso são os expurgos realizados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC. E exemplo de dados oficiais calcados em metodologias e critérios discutíveis são os índices oficiais de desemprego.

Tendo por objetivo conseguir informações sobre emprego/desemprego que retratem a realidade do ponto de vista do trabalhador, o DIEESE incluiu, no levantamento de campo da Pesquisa de Padrão de Vida na Grande São Paulo, questionários específicos sobre a situação de ocupação e desemprego da população. Esta é a questão central tratada neste trabalho.

O levantamento de campo foi realizado em diferentes momentos: o primeiro deles foi no período de abril a maio de 1981, abrangendo 2.000 domicílios da Grande São Paulo, através de amostra estratificada; os segundo, terceiro, quarto e quinto levantamentos cobriram cerca de 500 domicílios selecionados através da rotação da amostra inicial, tendo sido realizados, respectivamente, nos meses de setembro e dezembro de 1982 e março e junho de 1983.

Deve ser esclarecido que o objetivo primordial da Pesquisa de Padrão de Vida na Grande São Paulo foi um exaustivo levantamento dos orçamentos familiares da população residente na área metropolitana de São Paulo. Também outras variáveis relativas ao padrão de vida como renda, emprego e condição de moradia foram pesquisadas, constituindo outros aspectos dessa pesquisa principal.

Neste momento, algumas observações são fundamentais para melhor entendimento deste relatório.

A importância da conjugação do estudo dos orçamentos familiares e da questão do emprego/desemprego num mesmo levantamento é evidente. As condições de vida da população brasileira são afetadas, a grosso modo, por um lado, pela capacidade da economia em gerar postos de trabalho necessários para absorver a população economicamente ativa e, por outro, pelos níveis de rendimento obtidos pela população ocupada, medidos pelo poder aquisitivo desses rendimentos. Dessa maneira, a Pesquisa de Padrão de Vida na Grande São Paulo, associada ao acompanhamento dos preços da pauta de consumo da população residente, oferecerá informações valiosas sobre a deterioração ou não da sua capacidade aquisitiva bem como sobre a sua condição de emprego e desemprego. Poderá evidenciar assim de que maneira a situação atual de alto nível de desemprego afeta as condições de sobrevivência da população trabalhadora da Grande São Paulo.

Para a questão relativa ao Padrão de Vida, o DIEESE possui tradição histórica e domínio de uma metodologia básica há quase 30 anos e vem, com sucesso, aprimorando-a sempre que realiza seus levantamentos de orçamentos familiares. Esta parte da pesquisa exige recursos vultosos para um órgão sustentado basicamente com verbas oriundas dos trabalhadores e um extraordinário trabalho de campo, codificação e processamento de dados.

A outra parte da pesquisa, ou seja, a questão do emprego/desemprego, constitui o grande desafio metodológico. Em primeiro lugar, pela ausência de uma maior experiência que não afeta apenas o DIEESE, mas todas as instituições de pesquisa do país. Aliás, a questão do emprego sempre foi relegada a plano secundário pela política oficial, num entendimento implícito e simplista de que a geração de emprego é meramente decorrente do crescimento econômico. Nunca se partiu do princípio de que o emprego é elemento central em economias em desenvolvimento e que dadas a baixa remuneração salarial no Brasil, a elevada concentração da renda, a ausência de seguro social — como o seguro desemprego — e a total subserviência legal do trabalhador ao capital em face do Fundo de Ga-

rantia, não se deveria deixar de incentivar e direcionar investimentos para setores que exigissem alta absorção de mão-de-obra.

Neste sentido, apesar da questão de emprego/desemprego constituir estatística básica para a sociedade, só muito recentemente os órgãos oficiais se voltaram para esta temática, mesmo assim o fazendo de forma equivocada devido à metodologia adotada e utilizando critérios no mínimo discutíveis.

Contudo, é bom salientar que a pesquisa de emprego/desemprego, num país como o Brasil, constitui uma das tarefas mais complexas da investigação sócio-econômica, dadas as dificuldades para a sua mensuração. Pode-se expressar esta problemática de forma resumida, da seguinte maneira: ao contrário dos países de economia socializada onde se configura o pleno emprego e, também ao contrário dos países capitalistas avançados, onde a população economicamente ativa encontra-se basicamente dividida em dois conjuntos (os empregados e os desempregados, tendo, estes últimos, garantida a sua sobrevivência através do seguro desemprego), nos países em desenvolvimento, o mercado de trabalho configura-se de forma bem diversa. Ou seja, entre estes dois polos bem delineados — emprego e desemprego — uma parcela significativa da população desempregada não pode se dar ao luxo de esperar um emprego condizente com a sua formação profissional, por problemas oriundos da sua própria sobrevivência. Assim, em função da inexistência do seguro desemprego, estes trabalhadores desempregados, em face da ausência de rendimentos, acabam por serem empurrados para o exercício de qualquer ocupação que lhes possibilite alguma renda.

Desta forma, ao lado daqueles trabalhadores que por problemas da própria estrutura econômica e ausência de formação profissional acabam por exercer atividades consideradas como subemprego, soma-se um contingente oriundo da crise e recessão econômica e que passa a ser de trabalhadores subempregados por força da conjuntura econômica.

A captação desta parcela da população formada entre os que detêm um emprego e os desempregados constitui tarefa fundamental deste tipo de pesquisa e fornece indicadores tão ou mais importantes que a própria taxa de desemprego aberto. Porém, a sua captação é tarefa extremamente difícil dada a heterogeneidade das situações existentes e, ao mesmo tempo, porque torna necessária uma série de pressupostos conceituais sobre o que se considera como desemprego e subemprego (2).

Dada a importância desta questão, o DIEESE vem a público expor, de forma ampla, o que considerou como desemprego, nas suas diferentes modalidades, bem como os critérios adotados para as diversas formas de subemprego. Assim, ao invés de se propor apenas algumas taxas, parte-se do pressuposto que as situações do mercado de trabalho podem ser traduzidas através de uma escala hierarquizada por níveis de rendimento, jornada de trabalho, situação regular ou irregular de contrato de trabalho, e assim por diante, de tal forma que estes dados possam ser utilizados segundo a abordagem teórica que o usuário queira adotar.

(2)

As estatísticas oficiais, apesar de serem divulgadas pela imprensa como sendo taxas de desemprego, na realidade, são taxas de ocupação ou de desocupação. Dividindo a população economicamente ativa em apenas dois grandes blocos — ocupados e desocupados — elas escapam do grande desafio de mensurar a complexidade do mercado de trabalho, como também traduzem a nossa realidade de forma simplificada e subestimada.

O DIEESE está ciente que alguns passos fundamentais foram dados neste sentido e não menos consciente que é da proposição do debate franco e aberto e da divulgação sempre democrática da metodologia e dos dados, que se chegará a um maior refinamento desta metodologia e dos critérios adotados. Em última análise, este constitui o objetivo da presente publicação.

Como poderá ser observado no decorrer do trabalho, o DIEESE, tendo partido da metodologia do PREALC — Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (OIT), chegou a um painel hierarquizado de modalidades de desemprego e de subemprego, assim como da população ocupada e, ainda, da população que à primeira vista seria considerada como inativa.

Para finalizar, duas observações. A primeira é que hoje torna-se mais claro que o questionário aplicado em campo poderia sofrer algumas transformações para melhor direcionamento e classificação da população pesquisada. Porém, pode-se afirmar que estes eventuais acertos não alterariam de forma significativa os resultados encontrados. Em segundo lugar, cumpre dizer que a grande limitação para o uso dos dados, na forma como foi planejado — hierarquia de situações que dessem conta da complexidade do mercado de trabalho num determinado momento — foi o tamanho da amostra. Isto porque, como salientado anteriormente, a amostra foi definida dando prioridade à pesquisa de orçamentos familiares da Grande São Paulo, entrando a pesquisa de emprego como um subproduto desta. Assim, o presente relatório, de um lado traduz somente dados que se mostraram significativos, não dando conta, portanto, de toda a hierarquia de situações considerada desejável. Porém, não menos importante, são a exposição e a proposição da metodologia apresentada e os diferentes indicadores que ela possibilita.

Dessa maneira, na parte 2 será explicitada a metodologia, bem como os principais conceitos utilizados.

Na parte 3 será apresentada a análise dos primeiros resultados relativos a emprego, desemprego e subemprego obtidos através da aplicação da metodologia desenvolvida pelo DIEESE.

2. METODOLOGIA E CONCEITOS BÁSICOS

2.1. MARCO TEÓRICO

O enfoque metodológico adotado pelo DIEESE partiu da concepção desenvolvida pelo PREALC (Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe), organismo especializado da OIT que tem realizado desde o início dos anos 70 um frutífero trabalho de reflexão e investigação empírica sobre os problemas de emprego na América Latina.

A análise do problema do emprego e desemprego deve, necessariamente, levar em consideração as particularidades históricas de cada país, uma vez que a dinâmica de seu mercado de trabalho apresenta características específicas e diferenciadas segundo se trate de países já industrializados ou de países em desenvolvimento.

Nos primeiros, o fenômeno principal da ocupação da mão-de-obra é a flutuação do emprego relacionada com as fases do ciclo econômico ou com as situações de desequilíbrio decorrentes por exemplo de inovações tecnológicas e que tem geralmente um caráter transitório. Nos países subdesenvolvidos, em especial nos de industrialização tardia como o Brasil, a esta dinâmica de emprego/desemprego, característica das economias capitalistas, se soma uma outra situação de caráter mais permanente, derivada da incapacidade do setor industrial e atividades econômicas a ele vinculadas, de gerar oportunidades de emprego suficientes para absorver o alto crescimento da força de trabalho urbana nesses países.

Desta forma, nos países em desenvolvimento, o problema ocupacional deve ser analisado não apenas em função do desemprego aberto, mas também através de outras formas de subutilização da mão-de-obra, ou seja, através do subemprego e do desemprego oculto.

Assim, taxas classicamente utilizadas para mensurar aspectos do mercado de trabalho — como por exemplo a taxa de desemprego aberto (situação daquelas pessoas que involuntariamente não conseguem trabalhar) — abarcam apenas uma parcela da subutilização da força de trabalho. Realmente, parte da força de trabalho que não encontra emprego produtivo nas atividades mais organizadas da economia é obrigada a recorrer a trabalhos ocasionais ou outras formas precárias de ocupação, de baixo rendimento, configurando a subutilização do contingente ocupado. Este fato decorre de uma série de causas entre as quais ganham relevo:

- ausência de mecanismos como o seguro social ou salário desemprego frente a uma situação crônica de falta de oportunidades de trabalho;

existência de espaços econômicos marginais ou intersticiais — deixados livres pelas empresas capitalistas — onde podem ser desenvolvidos alguns tipos de atividades econômicas tais como prestação de serviços pessoais, serviços domésticos, pequenas oficinas de reparações, vendedores ambulantes.

Numa situação de conjuntura econômica desfavorável, com o decréscimo das oportunidades de emprego no setor mais avançado da economia ou mesmo extinção dos empregos existentes, observa-se, de um lado, a elevação da taxa de desemprego aberto e, de outro, a expansão do número de pessoas engajadas em ocupações precárias e até mesmo a retração da força de trabalho para a condição de inatividade. Esta é a situação dos indivíduos que acabam aceitando precocemente a inatividade em vista do desalento que os acaba dominando. Diante da impossibilidade de obterem qualquer tipo de ocupação, deixam de procurar trabalho.

O PREALC, a fim de melhor localizar os diferentes setores que concentram esta subutilização, e coerente com seu enfoque analítico sobre a dinâmica da geração de emprego na América Latina, vem adotando um novo corte de análise, que se sobrepõe ao anterior. É a identificação das normas de organização produtiva (capitalista e não capitalista ou setor informal), onde se insere o pessoal ocupado. Esta abordagem vem permitindo verificar que a subutilização afeta sobretudo os ocupados do setor informal, os quais percebem uma remuneração insuficiente e flutuante.

Na presente pesquisa, o DIEESE alcançou um avanço conceitual significativo, ao assumir que o conceito de "desempregado" não se esgota na consideração apenas das variáveis "falta de emprego" e "procura de trabalho", implícitas no conceito de "desemprego aberto" clássico, adotado inclusive pelo PREALC. Pode haver uma situação de desemprego mesmo quando o trabalhador, por necessidade de sobrevivência, está simultaneamente "procurando trabalho no período de referência" e "exercendo um trabalho ocasional". Deve-se assinalar também que o DIEESE amplia o período de referência para procura de trabalho (habitualmente, uma semana). Nesse sentido, consegue captar aquela parcela dos trabalhadores desalentados, que, segundo critérios mais em uso, seria caracterizada como inativa quando, na realidade, se trata de um contingente desempregado.

Finalmente, deve-se ressaltar que o enfoque adotado no que se refere ao desempregado e demais situações ocupacionais possibilita uma ampla abertura conceitual, captando o leque da estrutura ocupacional que inclui situações como a do clássico desemprego aberto, o trabalhador desalentado, o ocupado sub-requerido, o assalariado, o autônomo, o inativo e outros.

2.2. PRINCIPAIS CONCEITOS OPERACIONAIS

População em Idade Ativa (PIA):

Inclui todas as pessoas aptas para o trabalho quanto à condição etária, fixando-se o limite inferior em 10 anos e sem delimitação do limite superior.

Quanto à condição de trabalho essas pessoas se subdividem em três grupos: ocupados, desempregados e inativos.

População Economicamente Ativa (PEA):

Compõe-se do conjunto de pessoas de 10 anos e mais classificadas como ocupados e desempregados, segundo os critérios explicitados abaixo.

Ocupados:

Pessoas de 10 anos e mais que declararam haver trabalhado na semana anterior à entrevista. É considerado como trabalho, o exercício de uma atividade de qualquer natureza que gere algum rendimento, em termos monetários, de forma atual ou potencial.

A este grupo se agregou os que se declararam desempregados e que não procuraram trabalho na semana de referência, mas cujo tempo de procura de trabalho excedia um ano, tendo hoje um trabalho ocasional exercido de forma regular. Também são ocupados os que se declararam inativos e que fazem algum produto ou serviço remunerado de forma regular (bico), e que não procuraram trabalho nos últimos 3 meses ou não desejam trabalho permanente.

Em síntese são ocupados:

- a. os que se declararam ocupados;
- b. os que se declararam desempregados, posteriormente classificados como ocupados por exercerem trabalho ocasional de forma regular e estarem procurando trabalho há mais de um ano;
- c. os que se declararam inativos, posteriormente classificados como ocupados por exercerem atividade remunerada regular e não terem procurado trabalho nos últimos três meses.

Desempregados:

Refere-se à parcela da PIA que se acha involuntariamente desprovida de um trabalho remunerado permanente, por falta de oportunidades atuais de emprego e que compete de forma real ou potencial no mercado de trabalho. Desta forma, pode ou não ter algum tipo de trabalho ocasional para viver. Entende-se por competição real no mercado de trabalho, aquela situação das pessoas que procuraram um trabalho ou negócio remunerado na semana de referência ou que não o fizeram por razões acidentais (enfermidade, espera de uma resposta etc.). A competição potencial se refere à situação daquelas pessoas que não procuraram trabalho ou negócio remunerado na semana de referência mas já o fizeram em período anterior e deixaram de procurar porque pensavam não encontrar.

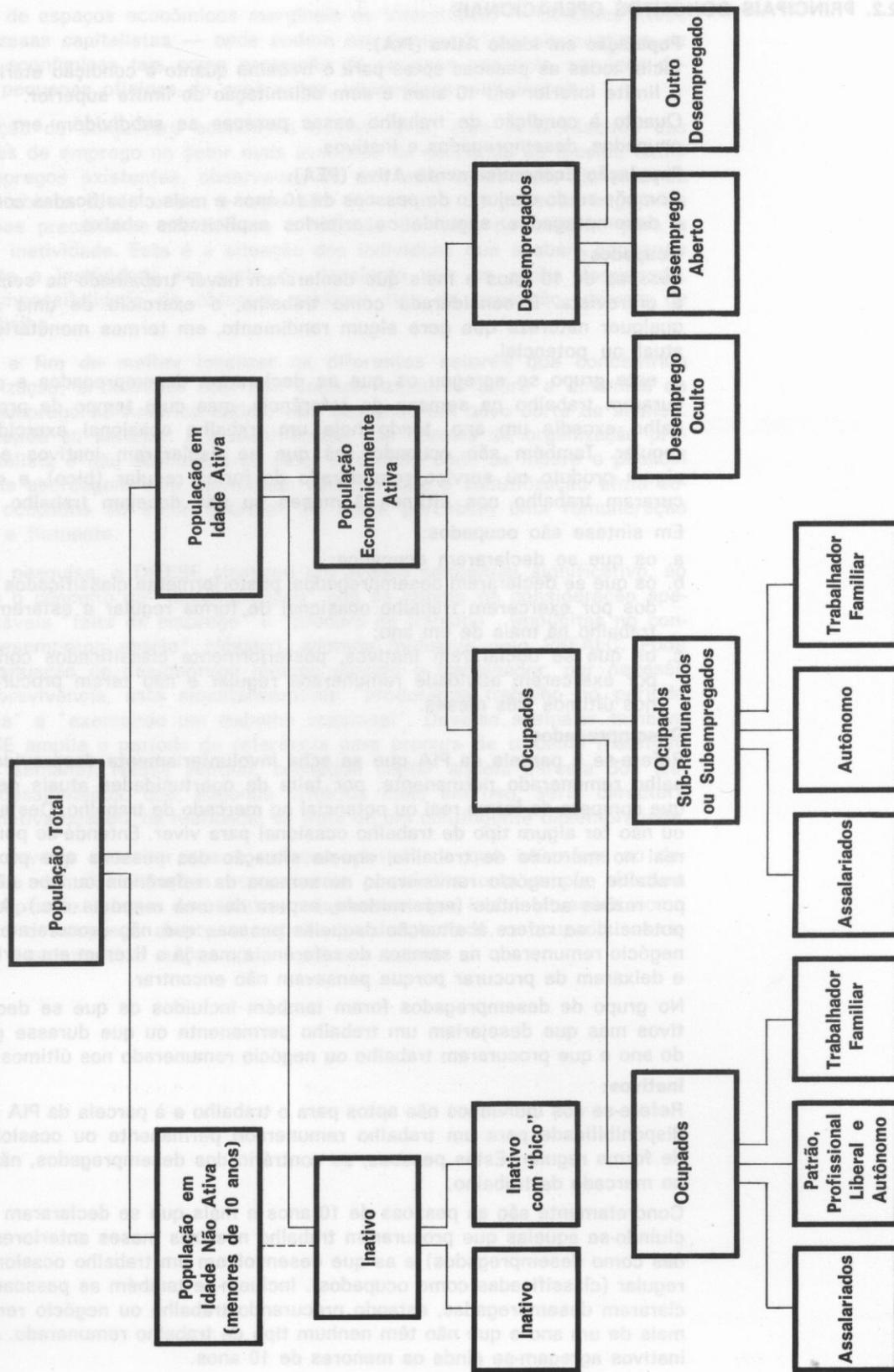
No grupo de desempregados foram também incluídos os que se declararam inativos mas que desejariam um trabalho permanente ou que durasse grande parte do ano e que procuraram trabalho ou negócio remunerado nos últimos três meses.

Inativos:

Refere-se aos indivíduos não aptos para o trabalho e à parcela da PIA que não tem disponibilidade para um trabalho remunerado permanente ou ocasional exercido de forma regular. Estas pessoas, ao contrário dos desempregados, não competem no mercado de trabalho.

Concretamente são as pessoas de 10 anos e mais que se declararam inativas, excluindo-se aquelas que procuraram trabalho nos três meses anteriores (classificadas como desempregados) e as que desenvolvem um trabalho ocasional de forma regular (classificadas como ocupados). Incluem-se também as pessoas que se declararam desempregadas, estando procurando trabalho ou negócio remunerado há mais de um ano e que não têm nenhum tipo de trabalho remunerado. Ao grupo de inativos agregam-se ainda os menores de 10 anos.

Quadro 1
Distribuição da População por Condição de Atividade



2.3. CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO OCUPACIONAL BÁSICA

A identificação das situações ocupacionais básicas (ocupado, desempregado e inativo), assim como a diferenciação interna em cada uma delas, foram obtidas pelo DIEESE a partir da auto-caracterização do entrevistado nas primeiras respostas e posterior combinação de uma série de respostas às questões mais aprofundadas. Desta forma, no grupo de entrevistados que se declararam "desempregados" foi investigado o "exercício do trabalho" juntamente com a "procura de trabalho", o que permitiu identificar, dentro deste grupo, indivíduos que, efetivamente, se caracterizam como "ocupados" ou "inativos". Da mesma forma, no caso das pessoas que se declararam "inativas", foi possível identificar — ao se investigar o "desejo e a procura de trabalho" e o "exercício de algum trabalho" — a existência de desempregados ou ocupados. No caso dos declarados "ocupados", a verificação de rendimentos, posição na ocupação e vínculos empregatícios legais, possibilitou uma diferenciação interna, permitindo identificar as mais diversas situações quanto à especificidade do emprego e da remuneração.

Assim, além de uma reclassificação da situação ocupacional básica dos entrevistados, já apontada no item anterior, obteve-se uma diferenciação interna às mesmas utilizando-se as seguintes variáveis:

a. Pessoas que se declararam *desempregadas*:

- procura de trabalho na semana de referência;
- tempo de procura de trabalho: igual ou menor que um ano e mais de um ano;
- exercício de um trabalho ocasional (bico) na semana de referência;
- exercício de um trabalho ocasional normalmente ou eventualmente, no período em que esteve procurando emprego.

b. Para as pessoas que se declararam ou foram classificadas como *ocupadas* aplicou-se de início o critério de renda, ⁽³⁾ dividindo-as em dois grandes grupos:

- ocupados com remuneração igual ou maior que dois salários mínimos;
- ocupados com remuneração menor que dois salários mínimos.

A estes últimos aplicou-se, segundo a posição na ocupação, os seguintes critérios adicionais:

- *assalariado*
 - salário menor que um salário mínimo ⁽⁴⁾;
 - ter ou não ter carteira profissional assinada;
 - idade (maior ou menor que 18 anos);
 - jornada de trabalho menor ou igual a 48 horas semanais.
- *patrão, autônomo ou profissional liberal*
 - rendimento menor que um salário mínimo ⁽⁵⁾;
 - procura de trabalho assalariado;
 - contribuição para a Previdência Social.
- *trabalhador familiar*
 - rendimento menor que um salário mínimo;
 - jornada de trabalho maior que 40 horas semanais.
- *autônomos que se declararam desempregados*
 - rendimento menor que um salário mínimo;
- *autônomos que se declararam inativos*
 - rendimento menor que um salário mínimo.

⁽³⁾

Refere-se à remuneração da ocupação principal definida pelo próprio entrevistado.

⁽⁴⁾

Refere-se ao salário bruto.

⁽⁵⁾

Refere-se ao faturamento líquido.

c. Pessoas que se declararam *inativas*:

- desejo de emprego permanente;
- realizam normalmente um produto ou serviço remunerado;
- realizam eventualmente um produto ou serviço remunerado;
- procura de trabalho nos últimos três meses.

A classificação obtida através da aplicação dos critérios explicitados foi a seguinte:

1. Desempregados

- **desemprego aberto:** nesta categoria foi classificada a pessoa que procurou trabalho na semana de referência, podendo ter ou não um trabalho ocasional;
- **desemprego oculto:** pessoa que se declarou inativa, não procurou emprego na semana de referência, mas deseja trabalhar e procurou trabalho nos últimos três meses, podendo ter ou não um trabalho ocasional;
- **outro tipo de desemprego:** pessoa que não procurou trabalho na semana de referência mas procurou antes e desistiu porque pensava não encontrar, podendo ter ou não um trabalho ocasional.

Quanto ao trabalho ocasional, os desempregados se dividem em:

- **desempregado que não faz bico:** está procurando trabalho há um ano ou menos e não tem nenhum trabalho ocasional;
- **desempregado que vive de bico:** está procurando trabalho há um ano ou menos e tem um trabalho ocasional exercido de forma regular enquanto está desempregado;
- **desempregado que eventualmente faz bico:** está procurando trabalho há menos ou mais de um ano e tem trabalhado de forma muito eventual enquanto está desempregado.

Quadro 2

Classificação dos que se declararam Desempregados
Situação Ocupacional

Procurou trabalho/negócio na semana de referência	Tempo de procura		Fez algum trabalho/negócio na semana de referência (bico)	Exerceu um trabalho ocasional durante o período de procura de emprego		Classificado como:
	≤ 1 ano	> 1 ano		Normalmente	Eventualmente	
Sim	—	—	—	—	—	Desemprego Aberto
Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Desempregado que não faz "bico"
Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Desempregado que eventualmente faz "bico"
Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Desempregado que eventualmente faz "bico"
Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Desempregado que eventualmente faz "bico"
Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Desempregado que eventualmente faz "bico"
Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Desempregado que vive de "bico"
Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Desempregado que vive de "bico"
Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Pessoa que se declarou desempregada, reclassificada como ocupada autônoma
Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Pessoa que se declarou desempregada, reclassificada como ocupada autônoma
Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Pessoa que se declarou desempregada, reclassificada como inativa

NOTA: (—) Não se aplica.

2. Inativos

- **inativo:** pessoa que não tem nenhum tipo de trabalho, nem procurou trabalho nos últimos três meses (se se declarou inativo), ou está há mais de um ano procurando emprego mas não procurou na semana de referência e não realiza nenhum tipo de trabalho ocasional (se se declarou desempregado), e os menores de 10 anos.
- **inativo que eventualmente faz bico:** pessoa que se declarou inativa mas que realizou *muito eventualmente* algum tipo de trabalho.

3. Ocupados

Os ocupados subdividem-se em dois grandes grupos: ocupados e ocupados subremunerados ou subempregados.

O critério adotado pelo DIEESE para a cobertura de subemprego foi considerar a insuficiência de renda obtida, combinada à inserção do ocupado nas diferentes formas de organização produtiva.

Como uma aproximação deste último aspecto, adotou-se critérios diferenciados segundo a posição na ocupação. Assim, por exemplo, no interior do contingente caracterizado pela insuficiência de renda, adotou-se, para os assalariados, o fato de não possuírem carteira de trabalho; para os autônomos, considerou-se o desejo de se tornarem assalariados e/ou a vinculação à Previdência Social.

- *Contingente de ocupados:*

- **ocupados com salário ou rendimento maior ou igual a dois salários mínimos:** incluindo assalariado; patrão, profissional liberal, autônomo; e trabalhador familiar.
- **assalariados entre um e dois salários mínimos:** inclui o assalariado com salário compreendido nesta faixa e com carteira de trabalho assinada.
- **assalariado menor que ganha menos que um salário mínimo:** assalariado com menos de 18 anos, com carteira profissional assinada e ganhando menos que um salário mínimo.
- **assalariado com jornada parcial:** recebe menos que um salário mínimo, com carteira de trabalho assinada e jornada de trabalho inferior a 48 horas semanais.
- **patrão, profissional liberal e autônomo com rendimentos entre um e dois salários mínimos** inclui:

Quadro 3
Classificação dos que se declararam Inativos
Situação Ocupacional

Desejaria um emprego permanente	Faz algum produto ou serviço remunerado		Procurou trabalho nos últimos 3 meses	Classificado como
	Normalmente	Eventualmente		
Não	Não	Não	—	Inativo
Sim	Não	Não	Não	Inativo
Não	Não	Sim	—	Inativo que eventualmente faz "bico"
Sim	Não	Sim	Não	Inativo que eventualmente faz "bico"
Não	Sim	Não	—	Pessoa que se declarou inativa, reclassificada como ocupada autônoma
Sim	Sim	Não	Não	Pessoa que se declarou inativa, reclassificada como ocupada autônoma
Sim	—	—	Sim	Desemprego oculto

NOTA: (—) Não se aplica.

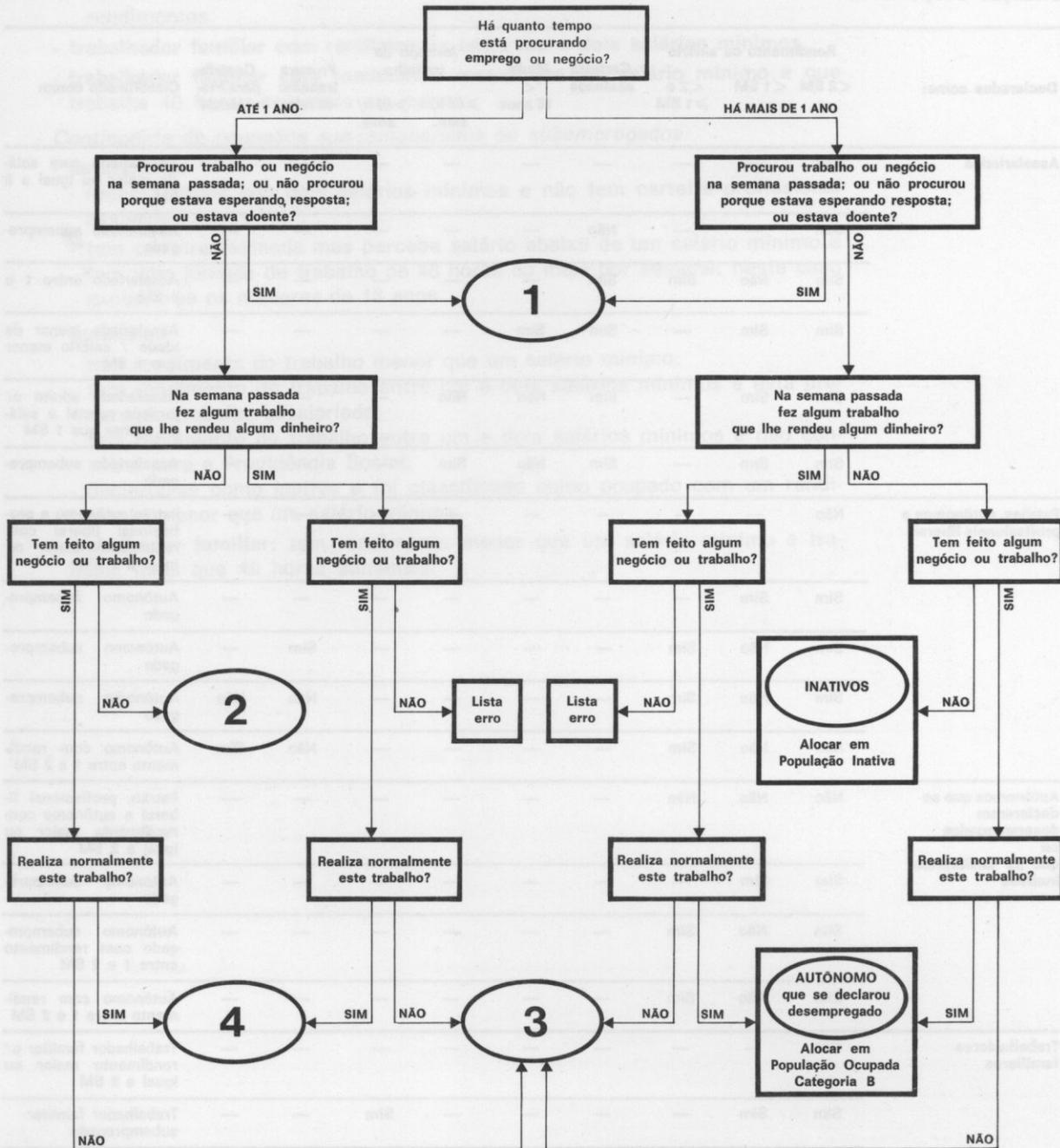
- patrão, profissional liberal e autônomo nesta faixa de rendimento que não está procurando trabalho assalariado e contribui para o INPS;
- declarou-se como inativo e foi classificado como ocupado, nesta faixa de rendimentos.
- **trabalhador familiar com rendimentos entre um e dois salários mínimos.**
- **trabalhador familiar com rendimento menor que um salário mínimo e que trabalha 40 horas semanais ou menos.**
- *Contingente de ocupados sub-remunerados ou subempregados:*
 - **assalariado:**
 - recebe menos que dois salários mínimos e não tem carteira profissional assinada;
 - tem carteira assinada mas percebe salário abaixo de um salário mínimo e tem uma jornada de trabalho de 48 horas ou mais por semana; neste caso excluem-se os menores de 18 anos.
 - **autônomo:**
 - tem rendimento do trabalho menor que um salário mínimo;
 - tem rendimento do trabalho entre um e dois salários mínimos e está procurando trabalho assalariado;
 - tem rendimento do trabalho entre um e dois salários mínimos e não contribui para a Previdência Social;
 - declarou-se como inativo e foi classificado como ocupado com um rendimento menor que um salário mínimo.
 - **trabalhador familiar:** tem rendimento menor que um salário mínimo e trabalha mais que 40 horas semanais.

Quadro 4
Classificação dos Ocupados
Situação Ocupacional

Declarados como:	Rendimento ou salário			Carteira assinada	Idade < 18 anos	Jornada de trabalho		Procura trabalho assalar.	Contrib. para Previdência	Classificado como:
	< 2 SM	< 1 SM	< 2 e ≥ 1 SM			≥ 48 h/sem.	> 40 h/sem.			
Assalariados	Não	—	—	—	—	—	—	—	—	Assalariado com salário maior ou igual a 2 SM
	Sim	—	—	Não	—	—	—	—	—	Assalariado subempregado
	Sim	Não	Sim	Sim	—	—	—	—	—	Assalariado entre 1 e 2 SM
	Sim	Sim	—	Sim	Sim	—	—	—	—	Assalariado menor de idade / salário menor que 1 SM
	Sim	Sim	—	Sim	Não	Não	—	—	—	Assalariado adulto c/ jornada parcial e salário menor que 1 SM
	Sim	Sim	—	Sim	Não	Sim	—	—	—	Assalariado subempregado
Patrões, autônomos e profissionais liberais	Não	—	—	—	—	—	—	—	—	Patrão autônomo e profissional liberal com rendimento maior ou igual a 2 SM
	Sim	Sim	—	—	—	—	—	—	—	Autônomo subempregado
	Sim	Não	Sim	—	—	—	—	Sim	—	Autônomo subempregado
	Sim	Não	Sim	—	—	—	—	Não	Não	Autônomo subempregado
	Sim	Não	Sim	—	—	—	—	Não	Sim	Autônomo com rendimento entre 1 e 2 SM
Autônomos que se declararam desempregados ou que se declararam inativos	Não	Não	Não	—	—	—	—	—	—	Patrão, profissional liberal e autônomo com rendimento maior ou igual a 2 SM
	Sim	Sim	—	—	—	—	—	—	—	Autônomo subempregado
	Sim	Não	Sim	—	—	—	—	—	—	Autônomo subempregado com rendimento entre 1 e 2 SM
	Sim	Não	Sim	—	—	—	—	—	—	Autônomo com rendimento entre 1 e 2 SM
Trabalhadores familiares	Não	—	—	—	—	—	—	—	—	Trabalhador familiar c/ rendimento maior ou igual a 2 SM
	Sim	Sim	—	—	—	—	Sim	—	—	Trabalhador familiar subempregado
	Sim	Não	Sim	—	—	—	—	—	—	Trabalhador familiar c/ rendimento entre 1 e 2 SM
	Sim	Sim	—	—	—	—	Não	—	—	Trabalhador familiar c/ salário menor que 1 SM e jornada de trabalho menor que 40 horas/semana

NOTA: (—) Não se aplica.

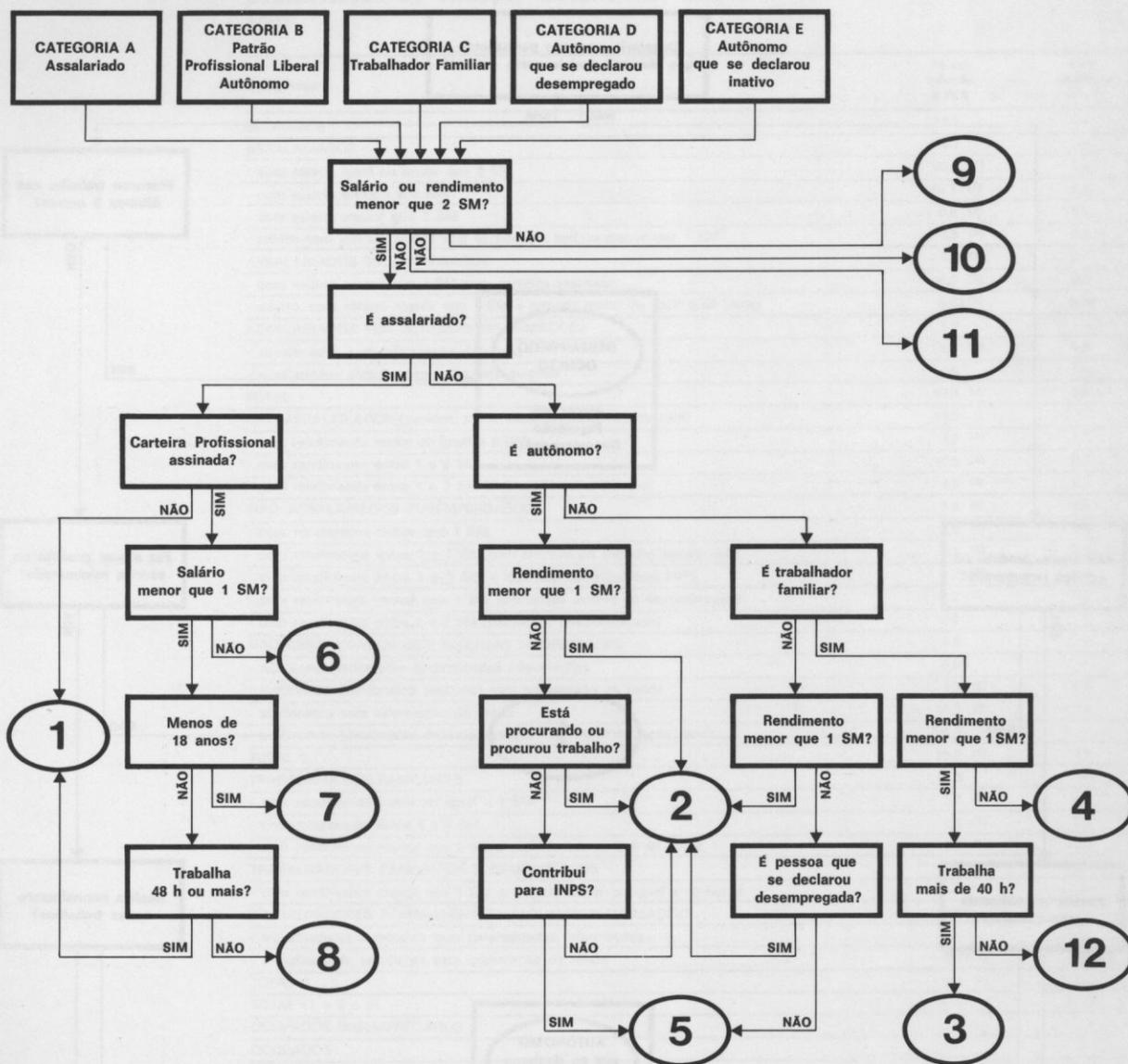
Quadro 5
Esquema de Classificação da População Desempregada



CATEGORIAS DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA

1. Desemprego Aberto
2. Desempregado que não faz "bico"
3. Desempregado que eventualmente faz "bico"
4. Desempregado que vive de "bico"
5. Desempregado Oculto (alocado dos Inativos)

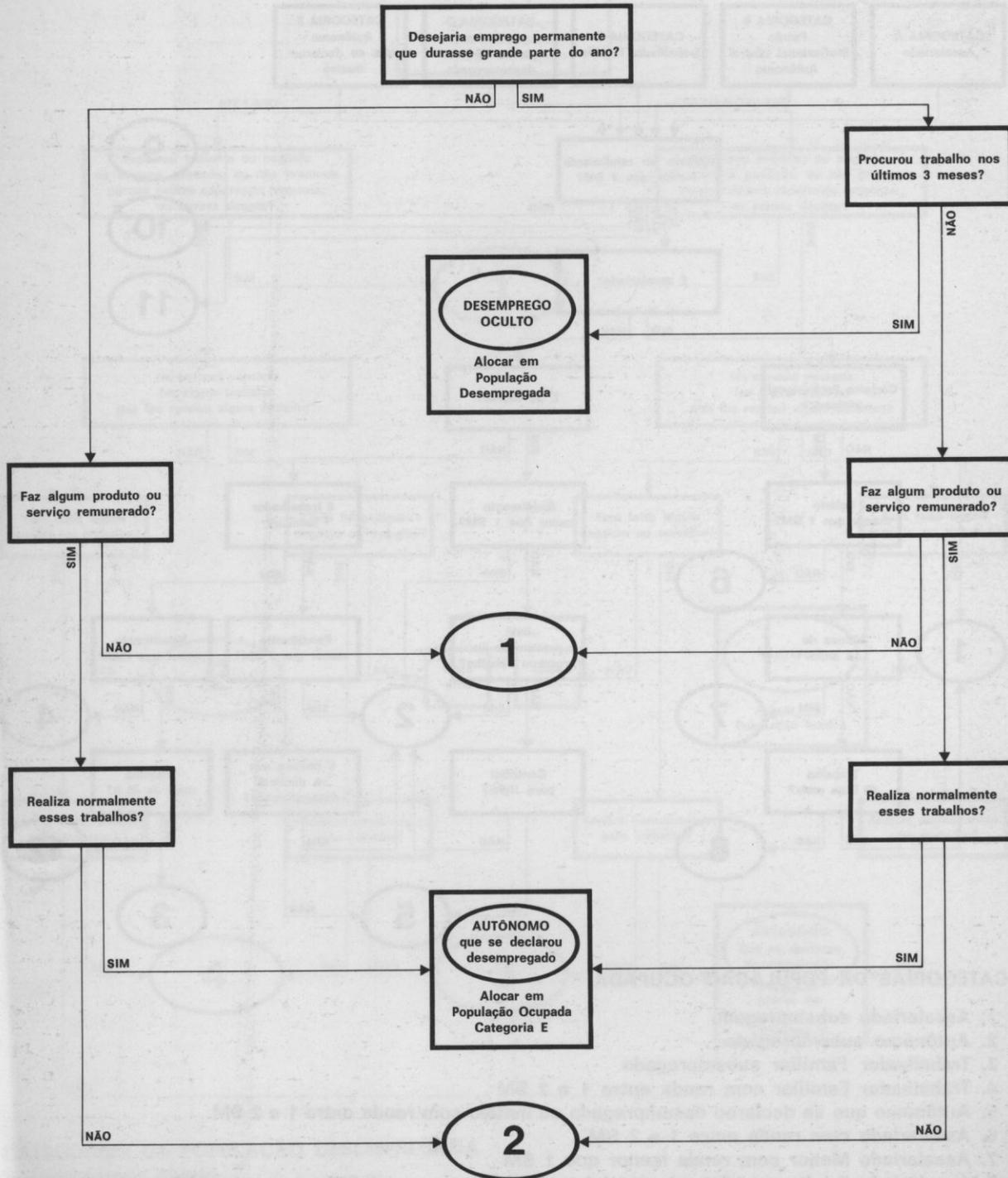
Quadro 6
Esquema de Classificação da População Ocupada



CATEGORIAS DA POPULAÇÃO OCUPADA

1. Assalariado subempregado
2. Autônomo subempregado
3. Trabalhador Familiar subempregado
4. Trabalhador Familiar com renda entre 1 e 2 SM
5. Autônomo que se declarou desempregado ou inativo com renda entre 1 e 2 SM
6. Assalariado com renda entre 1 e 2 SM
7. Assalariado Menor com renda menor que 1 SM
8. Assalariado Adulto com jornada parcial e renda menor que 1 SM
9. Assalariado com renda igual ou maior que 2 SM
10. Patrão, Profissional Liberal ou Autônomo com renda igual ou maior que 2 SM
11. Trabalhador Familiar com renda igual ou maior que 2 SM
12. Trabalhador Familiar com jornada menor que 40 h e renda menor que 1 SM

Quadro 7
Esquema de Classificação da População Inativa



CATEGORIAS DA POPULAÇÃO INATIVA

1. Inativos e Inativos que se declararam desempregados (alocado dos Desempregados)
2. Inativos que eventualmente fazem "bico"

Quadro 8
Região Metropolitana de São Paulo
Classificação da Situação Ocupacional Básica
1981

categorias	% em relação à PEA	Erro amostral (%)
OCUPADOS	84,1	—
ASSALARIADOS	56,7	—
- com salário igual ou maior que 2 SM	40,9 (1)	1,9
- com salário entre 1 e 2 SM	14,3 (1)	1,4
- com salário menor que 1 SM	0,6 (5)	0,3
- adulto com jornada menor que 48 horas e salário menor que 1 SM	0,9 (5)	0,4
ASSALARIADOS SUBEMPREGADOS	5,0 (2)	0,9
- com salário menor que 2 SM sem carteira assinada	4,9 (2)	0,9
- adulto, com salário menor que 1 SM e jornada maior ou igual a 48 horas	0,03 (5)	0,04
ASSALARIADOS SEM ALGUMAS INFORMAÇÕES	1,9	—
- assalariados sem informação de renda	1,9 (3)	0,5
- assalariados sem determinadas informações	0,0	—
TOTAL 1	63,5 (1)	2,0
NÃO ASSALARIADOS (patrões, autônomos, profissionais liberais)	10,9	—
- com rendimento maior ou igual a 2 SM	9,7 (2)	1,0
- com rendimento entre 1 e 2 SM	0,6 (5)	0,3
- com rendimento entre 1 e 2 SM (declarado como inativo)	0,5 (5)	0,2
NÃO ASSALARIADOS SUBEMPREGADOS	5,9 (2)	1,0
- com rendimento menor que 1 SM	2,0 (3)	0,5
- com rendimento entre 1 e 2 SM com procura de trabalho assalariado	0,5 (5)	0,3
- com rendimento entre 1 e 2 SM e que não contribui com INPS	1,2 (4)	0,4
- com rendimento menor que 1 SM (declarado inativo ou desempregado)	2,2 (3)	0,6
- com rendimento entre 1 e 2 SM (declarado desempregado)	0,0	—
NÃO ASSALARIADOS SEM ALGUMAS INFORMAÇÕES	1,8	—
- não assalariados sem determinadas informações	0,0	—
- autônomos (declarados inativos) sem informação de renda	1,3 (5)	0,2
- autônomos sem informação de renda	16,3 (3)	0,4
- autônomos (declarados desempregados) sem informação de renda	0,0	—
TOTAL 2	18,5 (1)	1,5
TRABALHADORES FAMILIARES	1,5	—
- com rendimento maior ou igual a 2 SM	0,7 (5)	0,5
- com rendimento entre 1 e 2 SM	0,2 (5)	0,1
- com rendimento menor que 1 SM e jornada menor que 40 horas	0,6 (5)	0,3
TRABALHADORES FAMILIARES SUBEMPREGADOS	0,6 (5)	0,3
- com rendimento menor que 1 SM e jornada maior ou igual a 40 horas	—	—
TRABALHADORES FAMILIARES SEM ALGUMAS INFORMAÇÕES	0,04	—
- trabalhadores familiares sem determinadas informações	—	—
- trabalhadores familiares sem informação de renda	0,03 (5)	0,6
TOTAL 3	2,1 (4)	0,7
TOTAL (1 + 2 + 3)	84,1	—
OCUPADOS SUBEMPREGADOS	11,4 (2)	1,3
OCUPADOS	72,7	—
TOTAL	84,1	—
DESEMPREGADOS		
DESEMPREGO ABERTO	9,6 (2)	1,1
DESEMPREGO OCULTO (declarado inativo)	5,2 (2)	0,9
DESEMPREGADO que não procurou trabalho na semana de referência porque procurou antes e não conseguiu encontrar	1,0	—
- desempregado, não procurou trabalho na semana de referência e não faz "bico"	0,8 (5)	0,3
- desempregado, não procurou trabalho na semana de referência e eventualmente faz "bico"	0,07 (5)	0,1
- desempregado, não procurou trabalho na semana de referência e tem vivido de "bico"	0,2 (5)	0,1
TOTAL	15,9 (1)	1,4
INATIVOS (idade maior ou igual a 10 anos)		
Inativo que não deseja ter um trabalho e não faz produto/serviço	30,3(*) (1)	1,1
Inativo que eventualmente faz "bico"	1,9(*) (2)	0,4
TOTAL	32,3(*) (1)	1,1

Obs.: Coeficiente de variação: (1) até 5% (4) de 15% a 20%
 (2) de 5% a 10% (5) mais de 20%
 (3) de 10% a 15%

(*) Percentuais em relação à população total.

2.4 DIFERENÇAS CONCEITUAIS ENTRE A PESQUISA MENSAL DE EMPREGO DA FIBGE E A PESQUISA DE PADRÃO DE VIDA E EMPREGO DO DIEESE

Existem diferenças conceituais entre a pesquisa do DIEESE e a da FIBGE que é importante explicitar para evitar comparações inadequadas.

A pesquisa mensal de emprego (PME) da FIBGE prioriza a situação de ocupação, sendo esta definida como a realização de qualquer tipo de trabalho remunerado ocasional ou permanente na semana de referência.

O primeiro corte analítico da FIBGE separa as pessoas em dois grupos: as ocupadas e aquelas que não realizaram, na semana de referência, qualquer tipo de trabalho remunerado. Estas, por sua vez, são classificadas segundo tenham ou não procurado trabalho na semana de referência.

Desta forma, a taxa de desemprego da FIBGE é bem mais *restrita* que a do DIEESE. A FIBGE considera como desempregadas somente aquelas pessoas que *não realizaram nenhum* trabalho na semana de referência e que ao mesmo tempo procuraram nesta semana um trabalho remunerado. A taxa de desemprego é *similar* mas não igual à taxa de desemprego aberto calculada pelo DIEESE, já que neste último caso o desempregado pode ter ou não realizado um trabalho ocasional. O corte determinante para o DIEESE é a procura de trabalho na semana de referência, no entanto, amplia-se ainda mais o conceito de desemprego ao se adicionar ao desemprego aberto, aqueles trabalhadores que não procuraram emprego na semana de referência, mas o fizeram antes e desistiram porque pensavam não encontrar trabalho (desempregados desalentados) e, também, aqueles que se declararam inativos e que procuraram trabalho nos últimos três meses.

No que se refere aos *ocupados*, a FIBGE não os discrimina analiticamente. O DIEESE, ao contrário, procura verificar, através de diferentes cortes, as várias situações ocupacionais de acordo com a posição na ocupação (assalariado, patrão e autônomo, trabalhador familiar), o rendimento do trabalho e o acesso à Previdência Social, o que possibilita a identificação do subemprego na população ocupada.

Além disso, o DIEESE, ao investigar os indivíduos que se declararam desempregados e inativos, introduziu as variáveis "realização de um trabalho remunerado" e "procura de trabalho", esta última para os declarantes inativos, o que permitiu identificar, com mais clareza, as diferentes situações ocupacionais. Assim, entre os declarantes inativos e mesmo desempregados, registrou-se uma parcela de *ocupados*, situação que não se captaria caso a separação entre os ocupados, desempregados e inativos tivesse sido feita de acordo com o critério tradicional de ter ou não trabalhado na semana de referência.

Da mesma forma, entre os inativos foi identificada uma parcela oculta de desempregados os quais puderam então ser adequadamente classificados.

Finalmente, a FIBGE, ao conceituar a PIA, considera a população cuja idade é igual ou superior a 15 anos. O DIEESE fixa o limite inferior de idade em 10 anos. Esta diferenciação tem repercussões imediatas na abrangência dos conceitos da população ocupada e desempregada, sobretudo numa situação econômica desfavorável, quando os menores de idade são impelidos a tentar, de alguma forma, a penetração no mercado de trabalho.

3.1. FORÇA DE TRABALHO E POPULAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO — 1981

Na Grande São Paulo, a força de trabalho empregada e desempregada em 1981, segundo o estudo de campo realizado pelo DIEESE, representa 47,8% do total da população economicamente ativa (PEA). Assim, a contingente que constitui a força de trabalho da Região Metropolitana é quase 5 vezes da população residente nos municípios da Região Metropolitana. Isso decorre das relações de dependência de 2,1 pessoas em outras cidades e de 1,4 pessoas em São Paulo. Contudo, considerando-se a alta proporção de desempregados e a baixa proporção de ocupados entre a população total e os ocupados é maior de 2,1 pessoas por trabalhadora ocupada.

A população economicamente ativa (PEA) composta pelo conjunto de trabalhadores ocupados e desempregados, em 1981, do ordem de 2 milhões e 200 mil pessoas (2,2 milhões e 600 mil do sexo masculino e 2 milhões e 300 mil do sexo feminino).

Os estatísticos ocupados no estudo de pesquisa representam 54,1% da PEA. Os estatísticos desempregados representam 45,9% da PEA.

3. EMPREGO, DESEMPREGO E SUBEMPREGO

Os critérios adotados pelo DIEESE para o estudo da força de trabalho, aplicados aos levantamentos de campo realizados em 1981, 1982 e 1983, na Região Metropolitana de São Paulo, resultam num conjunto de informações que se mostraram valiosas tanto para a identificação das situações de emprego, desemprego e subemprego, como para que se captasse a interrelação dessas situações durante o período estudado.

São apresentados aqui os primeiros resultados da aplicação da metodologia desenvolvida pelo DIEESE ao estudo de situações concretas. Este documento, entretanto, mesmo não esgotando os dados coletados, constitui uma análise da estrutura de ocupação da população da Grande São Paulo, evidenciando a gravidade da situação de desemprego, subocupação e sub-remuneração enfrentada pela população trabalhadora.

Nesse sentido, são apresentados, inicialmente, os dados referentes ao levantamento de 1981 que, pelo dimensionamento de sua amostra, oferece uma possibilidade maior de detalhamento das variáveis e, a seguir, uma análise dos outros períodos pesquisados.

A área pesquisada em 1981 e em 1982/83 corresponde às áreas urbanas do Município de São Paulo e de mais 26 municípios de sua Região Metropolitana, que são os seguintes: Arujá, Barueri, Caieiras, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embú, Embú Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Poá, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Suzano e Taboão da Serra.

3.1. FORÇA DE TRABALHO E POPULAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO — 1981

Na Grande São Paulo, a força de trabalho empregada e desempregada, ou seja, a população economicamente ativa (PEA), representa 47,8% do total da população. Assim, o contingente que constitui a força de trabalho da Região Metropolitana é quase a metade da sua população, restando, aos inativos, uma proporção de 52,2%. Disso decorre uma relação de dependência de 2,1 pessoas. Em outras palavras, a cada trabalhador corresponde o sustento de si mesmo e de mais uma pessoa (1,1 pessoas). Contudo, considerando-se a alta proporção de desempregados, a relação de dependência entre a população total e os ocupados é maior, da ordem de 2,5 pessoas por trabalhador ocupado.

A população economicamente ativa ⁽⁶⁾, composta pelo conjunto de trabalhadores ocupados e desempregados, é, em 1981, da ordem de 5 milhões e 896 mil pessoas (3 milhões e 665 mil do sexo masculino e 2 milhões e 230 mil do sexo feminino) ⁽⁷⁾.

Os efetivamente ocupados na época da pesquisa representam 84,1% da PEA. Deve-se, entretanto, destacar que 11,4% desses ocupados estão subempregados, ou seja, estão sendo absorvidos pelo mercado de trabalho em precárias condições de remuneração e/ou em condições irregulares de contratação; ou ainda, excluídos dos benefícios da Previdência Social ⁽⁸⁾.

A parcela da força de trabalho que se encontra desempregada em 1981 representa 15,9% da PEA.

Esta taxa de desemprego, embora bastante elevada para ambos os sexos, incide de forma proporcionalmente mais acentuada sobre as mulheres. Encontram-se desempregados 19,5% da PEA feminina e 13,7% da PEA masculina.

A elevada taxa de subemprego (11,4%) associada a esta alta taxa de desemprego (15,9%), são indicadores evidentes da gravidade da situação em que já se encontrava o mercado de trabalho na Grande São Paulo em 1981. Ambas as taxas, apesar de mensurarem fenômenos distintos, porém profundamente inter-relacionados, apontam para a agudização, em momentos de recessão, dos problemas estruturais que caracterizam o mercado de trabalho no Brasil, mesmo em áreas mais desenvolvidas como é o caso da Região Metropolitana de São Paulo.

⁽⁶⁾
Deve-se ter presente que o conceito de PEA aqui utilizado se diferencia do conceito usado mais correntemente. Maior detalhamento sobre isto se encontra na parte 2 — Metodologia e Conceitos Básicos.

⁽⁷⁾
Os números absolutos foram obtidos através da expansão da amostra. Adotou-se, como população base para a expansão dos dados do levantamento de 1981, a população urbana dos municípios mencionados acima, apresentada pelo Censo de 1980 da FIBGE.

⁽⁸⁾
Para maiores esclarecimentos sobre o conceito de subemprego ver parte 2 — Metodologia e Conceitos Básicos.

Tabela 1
Região Metropolitana de São Paulo
Distribuição da População Total por Condição de Atividade e Sexo
1981

Condição de atividade	Homens	Mulheres	Total
PEA	3.665.237	2.230.325	5.895.562
- Ocupados	3.162.073	1.796.493	4.958.566
- Desempregados	503.164	433.832	936.996
INATIVOS	2.399.829	4.050.183	6.450.012
- ≥ 10 anos	1.161.823	2.826.733	3.988.556
- < 10 anos	1.238.006	1.223.450	2.461.456
NÃO INFORMADOS	958	685	1.643
TOTAL	6.066.024	6.281.193	12.347.217

Tabela 2
Região Metropolitana de São Paulo
Distribuição da População Economicamente Ativa
1981

População Economicamente Ativa (PEA)	Homens		Mulheres		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
OCUPADOS	3.162.073	53,6	1.796.493	30,5	4.958.566	84,1
- Ocupados	2.905.336	49,3	1.378.745	23,4	4.284.081	72,7
- Ocup. subempregados	256.737	4,3	417.748	7,1	674.485	11,4
DESEMPREGADOS	503.164	8,5	433.832	7,4	936.996	15,9
TOTAL	3.665.237	62,2	2.230.325	37,8	5.895.562	100,0

Tabela 3
Região Metropolitana de São Paulo
Distribuição Percentual da População Economicamente Ativa por Sexo
1981

Em %

População Economicamente Ativa (PEA)	Homens	Mulheres	TOTAL
OCUPADOS	86,3	80,5	84,1
DESEMPREGADOS	13,7	19,5	15,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0

3.1.1. Força de Trabalho Desempregada

A força de trabalho desempregada, como apontado nas tabelas anteriores, chega a 937 mil pessoas na Grande São Paulo em 1981.

As taxas de desemprego apresentadas pelo DIEESE são muito mais elevadas que as taxas de desemprego oficiais, em decorrência de diferenças metodológicas na mensuração do desemprego, como foi explicitado na parte 2. É evidente que a metodologia adotada pelo DIEESE tem por objetivo captar a realidade, levando em consideração a heterogeneidade do mercado de trabalho. Nesse sentido, o tempo de procura de trabalho foi dilatado na medida em que os sete dias, como período de referência, mostraram-se insuficientes, subestimando a taxa de desemprego, principalmente em épocas de crise. Além disso, não deixou de ser considerado, dentro do conceito de desemprego, o indivíduo que tinha algum trabalho ocasional, tipo "bico", desde que ele tenha procurado emprego.

Assim, quanto ao tempo de procura, considera-se como desempregado não apenas aquele indivíduo que procurou trabalho na semana anterior mas também aquele que, embora não tenha procurado na última semana por algum motivo, procurou em momento imediatamente anterior. Portanto, nesta última parcela de desempregados estão incluídos tanto aqueles que, apesar de não terem procurado emprego na semana anterior, procuraram antes e não conseguiram encontrar trabalho, como aqueles que, tendo se declarado inativos, procuraram trabalho permanente nos últimos três meses.

Estes desempregados, não considerados como tais pelas pesquisas oficiais (370 mil), representam aproximadamente 40% do total dos desempregados, muito embora o maior contingente seja o dos desempregados que procuraram trabalho na última semana (570 mil).

O outro critério utilizado na mensuração do desemprego diz respeito ao trabalho ocasional. Dessa maneira, o indivíduo que se encontra involuntariamente desprovido de um trabalho remunerado regular e se encontra competindo em busca de trabalho, continua sendo considerado como desempregado mesmo que tenha algum tipo de trabalho ocasional para sobreviver (bico). A não existência do seguro desemprego, ou outro apoio ao desempregado, obriga esse trabalhador a realizar alguma atividade esporádica ou distinta de sua atividade habitual para poder viver durante o período de desemprego. Na medida em que as pesquisas oficiais con-

Tabela 4
Região Metropolitana de São Paulo
Distribuição dos Desempregados por Tipo
1981

Desempregado	Número	% em relação ao total de desempregados	% em relação à PEA
Procurou trabalho na última semana (desemprego aberto)	566.986	60,5	9,6
Não procurou trabalho na última semana mas procurou em período anterior	366.748	39,1	6,2
Sem algumas informações	3.262	0,4	0,1
TOTAL	936.996	100,0	15,9

sideram ocupado o indivíduo que tenha tido qualquer tipo de trabalho na semana de referência, o desempregado que faz trabalho tipo "bico" passa a ser considerado como ocupado, baixando assim a taxa de desemprego e, conseqüentemente, aumentando a proporção de pessoas ocupadas.

Pelo menos duas características merecem ser ressaltadas quanto a esse estoque de desempregados:

- a. Correspondendo à acentuada queda no nível de emprego industrial que marcou o ano de 1981, mais da metade (52,4%) dos desempregados da Grande São Paulo teve seu último emprego na indústria de transformação.
O setor de serviços, que sofre os efeitos da redução da atividade industrial, é responsável por um terço dos desempregados no período (30,9%).
- b. A análise dos desempregados, considerando-se o tempo de procura de trabalho, mostra que para 59,3% deles, esse tempo era de 3 meses ou menos. Dentre os 40,7% que procuraram trabalho há mais de 3 meses, 23,3% estavam procurando há mais de 3 meses e até 6 meses e 17,4% o faziam há mais tempo.

Tabela 5
Região Metropolitana de São Paulo
Distribuição dos Desempregados segundo o Setor de Atividade Econômica do Emprego Anterior
1981

		<i>Em %</i>
Setor de atividade		Desempregados
INDÚSTRIA		60,1
- Transformação		52,4
- Construção Civil		7,7
COMÉRCIO		8,1
SERVIÇOS		30,9
OUTROS		0,9
TOTAL		100,0

Tabela 6
Região Metropolitana de São Paulo
Distribuição dos Desempregados por Tempo de Procura de Trabalho
1981

		<i>Em %</i>
Tempo de Procura		desempregados
Até 3 meses		59,3
De 3 a 6 meses		23,3
De 6 a 12 meses		13,4
Mais de 12 meses		4,0
TOTAL		100,0
Tempo médio de procura de trabalho		4 meses e 21 dias

O tempo médio de procura de emprego, no momento pesquisado, foi de quase 5 meses, ou de 20 semanas. Isto significa um período bastante longo para se sobreviver sem rendimentos, principalmente quando se leva em conta a não existência de seguro desemprego.

3.1.2. Força de Trabalho Ocupada

A força de trabalho efetivamente ocupada (5 milhões de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo) pode ser melhor analisada quando considerada sua distinção pelos setores de atividade econômica e por posição na ocupação.

Na Região Metropolitana de São Paulo os setores de maior peso, quanto à absorção da força de trabalho, são, naturalmente, a indústria e o setor de serviços. Estes dois setores empregam 85,1% da população ocupada. Cabe ressaltar que, dentro do setor industrial, a indústria de transformação absorve 39,5% do total de ocupados.

Com relação à inserção dos trabalhadores segundo posição na ocupação, os assalariados constituem a maior parcela, representando 75,5% dos ocupados. A força de trabalho não assalariada, que engloba desde o "patrão" até o "biscateiro", passando pelo trabalhador autônomo e o profissional liberal, representa 22,0% dessa população. Os trabalhadores familiares constituem apenas 2,5%, sendo portanto a menor parcela do total de ocupados (9).

Tabela 7

Região Metropolitana de São Paulo
Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade e Posição na Ocupação
1981

Setor de atividade	Assalariados		Não assalariados		Trab. familiares		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
INDÚSTRIA	1.852.245	37,4	373.359	7,5	24.088	0,5	2.249.692	45,4
- Transformação	1.676.075	33,8	262.462	5,3	18.564	0,4	1.957.101	39,5
- Construção Civil	176.170	3,6	110.897	2,2	5.524	0,1	292.591	5,9
COMÉRCIO	318.471	6,4	276.941	5,6	60.483	1,2	655.895	13,2
SERVIÇOS	1.550.631	31,3	381.609	7,7	35.672	0,7	1.967.912	39,7
OUTROS (*)	22.634	0,5	59.960	1,2	2.473	0,0	85.067	1,7
TOTAL	3.743.981	75,5	1.091.869	22,0	122.716	2,5	4.958.566	100,0

Obs.: (*) Estão incluídas nesta categoria "outras atividades mal definidas" e "atividades agrícolas".

(9)

Esta categoria de inserção na produção, por ter apresentado pequeno número de casos não comporta os cruzamentos necessários e, desta forma, não será tratada neste estudo.

a. Força de Trabalho Assalariada

O contingente de assalariados na Região Metropolitana de São Paulo, em 1981, é de 3 milhões e 744 mil pessoas. Essa força de trabalho está empregada principalmente na indústria de transformação (44,8%) e no setor serviços (41,4%), sendo que este inclui os funcionários públicos.

Algumas outras características dos assalariados podem ser adiantadas, embora o perfil dos trabalhadores seja objeto de próximos relatórios. Do total de assalariados, 39% são chefes de família. Não possuem carteira assinada 13% da força de trabalho assalariada da Grande São Paulo, excluindo-se os funcionários públicos. Esta proporção é elevada e reflete a burla ao princípio básico da condição de assalariamento. O percentual mais elevado de trabalhadores sem registro verifica-se na construção civil (13,0%) e nos setores de comércio e serviços (20,0%) incluindo-se, neste último caso, a empregada doméstica.

Tabela 8
Região Metropolitana de São Paulo
Distribuição da Força de Trabalho Assalariada por Setor de Atividade Econômica 1981

Setor de atividade	Assalariados
INDÚSTRIA	49,5
- Transformação	44,8
- Construção Civil	4,7
COMÉRCIO	8,5
SERVIÇOS	41,4
OUTROS (*)	0,6
TOTAL	100,0

Obs.: (*) Estão incluídas nesta categoria "outras atividades mal definidas" e "atividades agrícolas"

b. Força de Trabalho não Assalariada

Nesta categoria estão incluídas todas as pessoas não assalariadas tais como patrões e trabalhadores autônomos. Dentre os autônomos estão desde biscateiros até profissionais liberais. Foram estimados em 1 milhão e 92 mil pessoas que se concentram, em decorrência do trabalho que desenvolvem, principalmente nos setores de serviço e de comércio (60,4%). Deve-se apontar também que na indústria de transformação estão 24,0% dos trabalhadores não assalariados.

Dentre os não assalariados, 21% manifestaram o desejo de trabalhar por salário fixo e com carteira assinada, o que significa que pelo menos um quinto dessas pessoas estariam insatisfeitas com a sua situação de trabalho.

Tabela 9
Região Metropolitana de São Paulo
Distribuição da Força de Trabalho Não Assalariada por Setor de Atividade
Econômica
1981

Setores	Em %
Não assalariados	
INDÚSTRIA	34,2
- Transformação	24,0
- Construção Civil	10,2
COMÉRCIO	25,4
SERVIÇOS	35,0
OUTROS (*)	5,5
TOTAL	100,0

Obs.: (*) Estão incluídas nesta categoria "outras atividades mal definidas" e "atividades agrícolas".

3.2. EMPREGO, DESEMPREGO E SUBEMPREGO: ALGUNS DADOS COMPARATIVOS — 1981, 1982, 1983

Sabe-se que, em face de uma situação de crise econômica e conseqüente redução de empregos, a saída que se oferece à população que busca trabalho é o refúgio nas atividades ocasionais, nem sempre condizentes com a sua formação profissional. São trabalhadores que, acuados pela sobrevivência, vêm neste mercado de trabalho sem garantias legais e com baixa remuneração a única forma de enfrentar a situação de desemprego. Assim, entre os dois pólos — população ocupada e população desempregada — avoluma-se o contingente de subempregados ou subremunerados.

Objetivando detectar o volume de desemprego e subemprego neste período de agravamento da crise econômica enfrentada pelo país, realiza-se aqui uma tentativa de destacar alguns dados relevantes para essa análise, utilizando-se os diversos momentos pesquisados nos anos de 1981, 1982 e 1983.

Apresentou-se, anteriormente, a estrutura da força de trabalho na Grande São Paulo referente a abril/maio de 1981. Vale agora estabelecer algumas comparações com os dados referentes a junho de 1983, último momento pesquisado, o que permite perceber as principais variações havidas no período; e, em seguida, analisar a interação daqueles fenômenos relativos à absorção da força de trabalho, recorrendo-se então, aos dados disponíveis para os demais períodos.

Um esclarecimento deve ser feito em relação aos contingentes estimados nos diferentes momentos de pesquisa, como é o caso da Tabela 10. Esta tabela,

Tabela 10
Região Metropolitana de São Paulo
População em Idade Ativa por Condição de Atividade
1981 - 1982 - 1983

Condição de atividade	Abril/Maio 1981	Setembro 1982	Dezembro 1982	Março 1983	Junho 1983
ASSALARIADOS	3.743.981	4.066.835	4.337.971	4.027.887	4.213.069
- Assalariados	3.451.071	3.603.983	3.440.016	3.560.665	3.607.836
- Assalariados subempregados	292.910	462.852	897.955	467.222	605.233
NÃO ASSALARIADOS	1.091.869	1.517.054	1.240.919	1.166.736	1.179.585
- Não assalariados	743.022	913.881	727.494	766.343	631.817
- Não assalariados subempregados	348.847	603.173	513.425	400.393	547.768
TRABALHADORES FAMILIARES (*)	122.716	134.284	70.119	92.456	99.953
- Trabalhadores familiares	89.988	115.789	70.119	83.059	87.155
- Trabalhadores familiares subempregados	32.728	18.495	—	9.397	12.798
OCUPADOS	4.958.566	5.718.173	5.649.009	5.287.079	5.492.607
- Ocupados	4.284.081	4.633.653	4.237.629	4.410.067	4.326.808
- Ocupados subempregados	674.485	1.084.520	1.411.380	877.012	1.165.799
DESEMPREGADOS	936.996	844.963	989.288	1.112.641	956.017
PEA	5.895.562	6.563.136	6.638.297	6.399.720	6.448.624
INATIVOS 10 ANOS	3.988.556	4.168.567	3.953.884	4.316.992	4.561.768
PIA (POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS)	9.885.761	10.802.675	10.634.557	10.799.183	11.025.944

(*) Essa parcela dos ocupados não será analisada porque os dados não apresentam o nível de significância exigido.

embora não permita uma análise do crescimento desses contingentes, pois envolve projeções de população para sua construção, dá uma idéia da gravidade do problema, porquanto exhibe números que tornam mais palpável a realidade do fenômeno do emprego/desemprego na Região Metropolitana de São Paulo.

Os números dessa tabela resultaram da aplicação das taxas encontradas no levantamento de campo sobre a população total adotada. Adotou-se, para 1981, como já afirmado anteriormente, a população urbana da área da pesquisa levantada no Censo de 1980 (FIBGE) e, para 1982/83, a média da população dessa mesma área, a partir de projeções de população para julho de 1982 e julho de 1983. Desta forma, a população total utilizada foi de 12.347.217 pessoas em 1981, e de 13.600.524 pessoas em 1982/83.

No intervalo entre 1981 e junho de 1983, tomando-se por base a PEA, observa-se que as taxas estimadas para ocupados e desempregados não apresentam diferenças significativas, mantendo-se praticamente nos mesmos níveis — 84,1% e 85,2% para ocupados e 15,9% e 14,8% para desempregados — em 1981 e 1983 respectivamente.

Há, no entanto, indicações mais nítidas quando se destacam da população ocupada as pessoas subempregadas ou sub-remuneradas. Enquanto as taxas de ocupados que não se encontram em condições de subemprego caem de 72,6% para 67,1%, as de subempregados crescem de 11,5% para 18,1% entre 1981 e 1983 (ver tabela 11 e gráfico 1).

Este mesmo comportamento é observado quando se analisa a população ocupada por posição na ocupação, ou seja, enquanto assalariada e não assalariada.

Tabela 11
Região Metropolitana de São Paulo
Distribuição da População Economicamente Ativa por Ocupados, Ocupados
Subempregados e Desempregados
1981 - 1982 - 1983

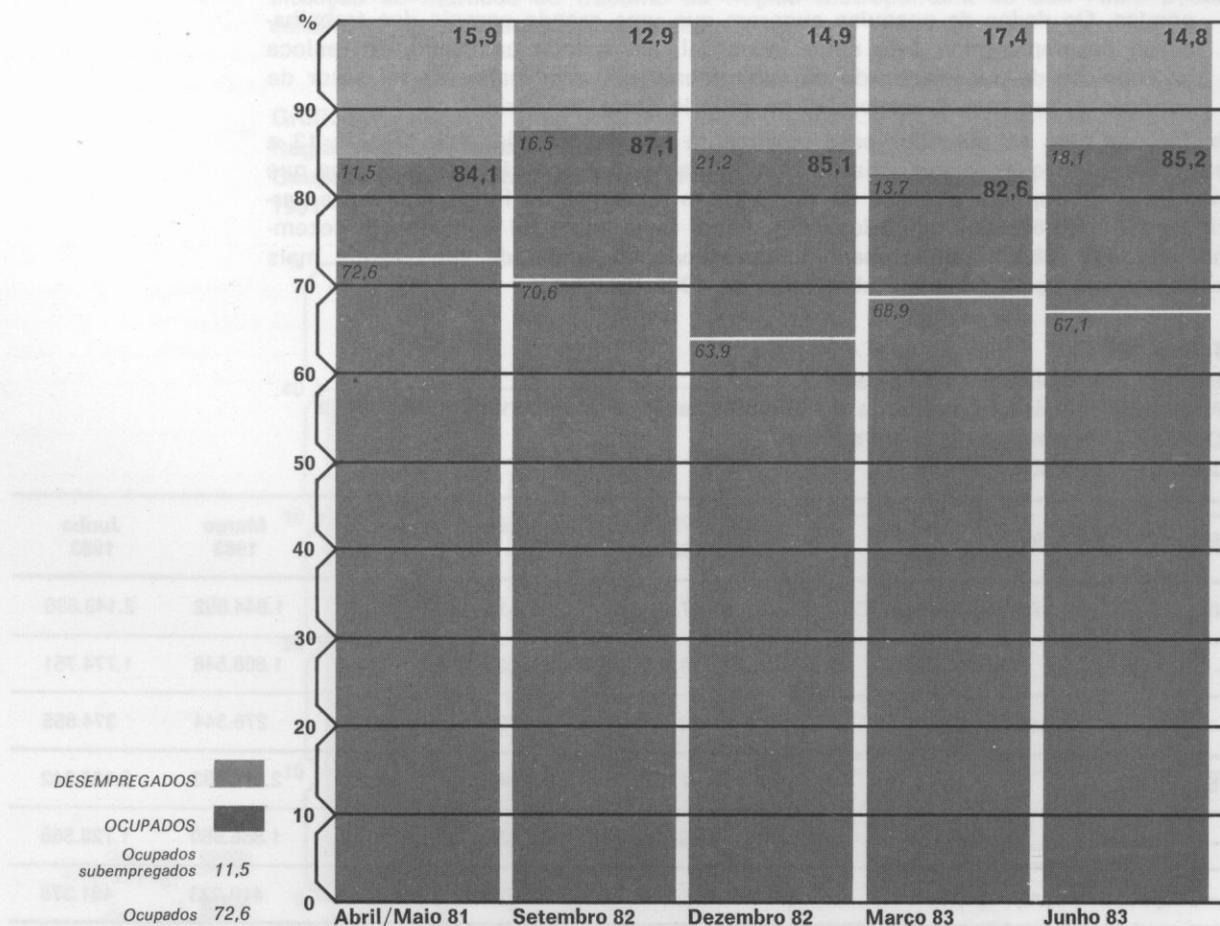
Condição de ocupação	Abril/Maio 1981	Setembro 1982	Dezembro 1982	Março 1983	Junho 1983
ASSALARIADOS	63,5	62,0	65,3	62,9	65,3
- Assalariados	58,5	54,9	51,8	55,6	55,9
- Assalariados subempregados	5,0	7,1	13,5	7,3	9,4
NÃO ASSALARIADOS	18,5	23,1	18,7	18,2	18,3
- Não assalariados	12,6	13,9	11,0	12,0	9,8
- Não assalariados subempregados	5,9	9,2	7,7	6,2	8,5
TRABALHADORES FAMILIARES	2,1	2,0	1,1	1,4	1,5
- Trabalhadores familiares	1,5	1,8	1,1	1,3	1,4
- Trabalhadores familiares subempregados	0,6	0,3	—	0,1	0,2
OCUPADOS	84,1	87,1	85,1	82,6	85,2
- Ocupados	72,6	70,6	63,8	68,9	67,1
- Ocupados subempregados	11,4	16,5	21,3	13,7	18,1
DESEMPREGADOS	15,9	12,9	14,9	17,4	14,8
TOTAL (PEA)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A estimativa do total de assalariados passa de 63,5% em 1981 para 65,3% em junho de 1983, mas a de assalariados subempregados avança de 5,0% para quase o dobro, 9,4%. Quando são consideradas as taxas referentes aos não assalariados nota-se a mesma tendência de crescimento na sua parcela de subempregados. Enquanto a estimativa dos subempregados cresce de 5,9% para 8,5%, o total de não assalariados apresenta a mesma taxa, 18,5% e 18,3% nos dois períodos em questão.

Estes dados evidenciam a necessidade de se incorporar os subempregados ou sub-remunerados à análise, para que se possa entender de forma mais adequada a questão do desemprego na Região Metropolitana de São Paulo. Assim, ao lado da elevada taxa de desemprego observada no período (15%), há que se considerar o elevado volume de subempregados acima mencionados. E, na medida em que estes dois conjuntos estão diretamente ligados ao volume da população ocupada, é importante que a análise desses dados seja vista de forma global.

Dessa maneira, são tratadas a seguir as categorias básicas: os desempregados e os ocupados e, constituindo uma parcela que se amolda segundo o comportamento destas duas primeiras, os subempregados.

Gráfico 1
Região Metropolitana de São Paulo
Distribuição da População Economicamente Ativa por Ocupados, Ocupados Subempregados e Desempregados
1981 - 1982 - 1983



A relação de complementariedade detectada neste estudo entre as taxas de desemprego, subemprego e de ocupação, fica evidenciada ao se examinar o gráfico 1. Nesse sentido alguns aspectos devem ser destacados:

- a. a taxa de desemprego oscilou em torno de 15% para todo o período. Esta taxa extremamente elevada em relação à estatística oficial é explicada, como mencionado, pela metodologia adotada uma vez que ela abarca o desemprego aberto, o desemprego oculto e aqueles casos onde o indivíduo, apesar de estar procurando trabalho, vem desenvolvendo atividades irregulares, tipo "bico".
- b. A proporção de ocupados situou-se em cerca de 85% da população economicamente ativa para todo o período pesquisado, como pode ser observado pelo gráfico 1 e tabela 11. Contudo, isto se deu graças ao comportamento do subemprego, que variou de forma a complementar a absorção dos ocupados que não se encontram na situação de subemprego. Um bom exemplo desse movimento complementar é o mês de dezembro. Mesmo considerando-se a sazonalidade devida ao desaquecimento das atividades da produção industrial no final do ano, pode-se observar que à queda significativa dos ocupados não subempregados corresponde uma expansão igualmente significativa de subempregados. A tendência dessas duas parcelas dos ocupados, no período estudado, é de redução daqueles que não se encontram subempregados (de 72,6% da PEA para 67,1%) e de crescimento dos subempregados, que passam de 11,5% para 18,1% da população economicamente ativa.
- c. Este mecanismo compensador do refluxo da mão-de-obra empregada em atividades regulares para atividades sub-remuneradas pode ser percebido com algum detalhamento quando considerados os vários setores de atividade econômica. Os dados da pesquisa sugerem que uma grande parcela dos trabalhadores desempregados pelo setor industrial, no período analisado, se realoca na condição de subempregado ou sub-remunerado, principalmente no setor de serviços e, em menor proporção, no próprio setor industrial.

Indicações para se perceber esse movimento são encontradas nas tabelas 12 e 13. Observa-se que, na indústria de transformação, a proporção dos ocupados que não se encontram em situação de subemprego retraiu-se de forma drástica a partir de 1981 (35,8% dos ocupados). O patamar mais baixo foi atingido em dezembro de 1982 (28,3% dos ocupados), alcançando em junho de 1983 níveis mais próximos aos verificados em abril/maio de 1981 (32,3%).

Tabela 12
Região Metropolitana de São Paulo
Pessoas Ocupadas na Indústria de Transformação e nos Serviços segundo a
Condição de Emprego e Subemprego
1981 - 1982 - 1983

Setor de atividade	Abril/Maio 1981	Setembro 1982	Dezembro 1982	Março 1983	Junho 1983
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1.957.101	1.987.615	2.019.255	1.944.892	2.149.636
- Ocupados	1.773.660	1.741.839	1.599.826	1.668.548	1.774.751
- Ocupados subempregados	183.441	245.776	419.429	276.344	374.855
SERVIÇOS	1.967.927	2.484.940	2.510.006	2.276.983	2.189.942
- Ocupados	1.636.826	1.821.835	1.832.338	1.866.960	1.728.566
- Ocupados subempregados	331.086	663.105	677.668	410.023	461.376

Os ocupados subempregados ou sub-remunerados na indústria de transformação, por sua vez, apresentam nesse período, acentuado crescimento até dezembro de 1982 (3,7% dos ocupados em 1981 e 7,4% em dezembro de 1982). A partir daí, embora apresentem redução de volume, mantém-se praticamente com o dobro dos números de 1981.

Paralelamente, no setor serviços, os ocupados que não se encontram em situação de subemprego se mantêm, com pequenas oscilações, em torno de um mesmo patamar durante o período analisado.

Os ocupados subempregados ou sub-remunerados neste setor são, durante o período analisado, um contingente sempre maior que os subempregados na indústria. Apresentam forte crescimento em setembro e em dezembro de 1982 (12% dos ocupados), decrescendo nos últimos dois momentos estudados (em torno dos 8% dos ocupados), mantendo-se entretanto, também neste caso, em níveis mais elevados do que aqueles registrados em 1981 (6,7%).

Finalizando, deve-se ressaltar mais um aspecto dessa problemática. A precariedade da absorção dos trabalhadores pelo mercado de trabalho pode ser indicada pela proporção de pessoas em situação de subemprego e de desemprego. Em 1981 esse contingente era, de acordo com as estimativas, de 1 milhão e 611 mil pessoas. Chega, em junho de 1983, a ser estimado em 2 milhões e 122 mil pessoas. Estas cifras significam que, durante esse período, 27,3% da população economicamente ativa em 1981 e 32,9% dela em 1983 se encontram desempregados ou em precária situação de emprego e remuneração, evidenciando o agravamento da situação do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo e das condições de vida de sua população.

Gráfico 2
Região Metropolitana de São Paulo
Ocupados na Indústria de Transformação
1981 - 1982 - 1983

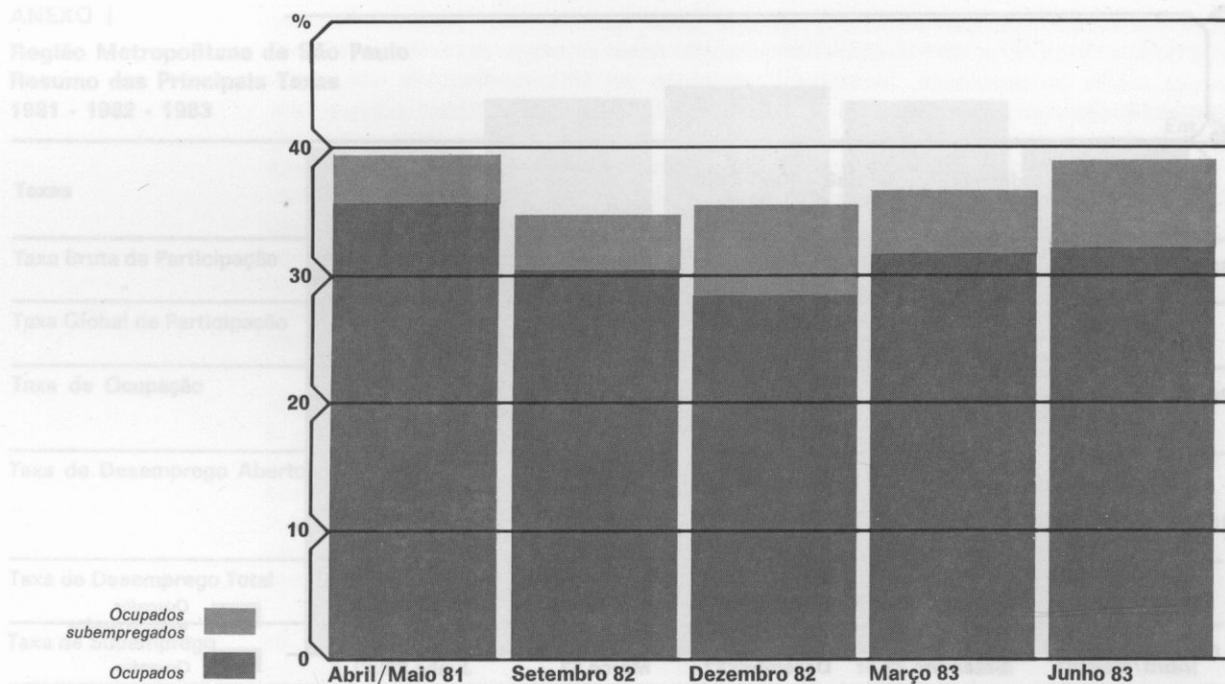


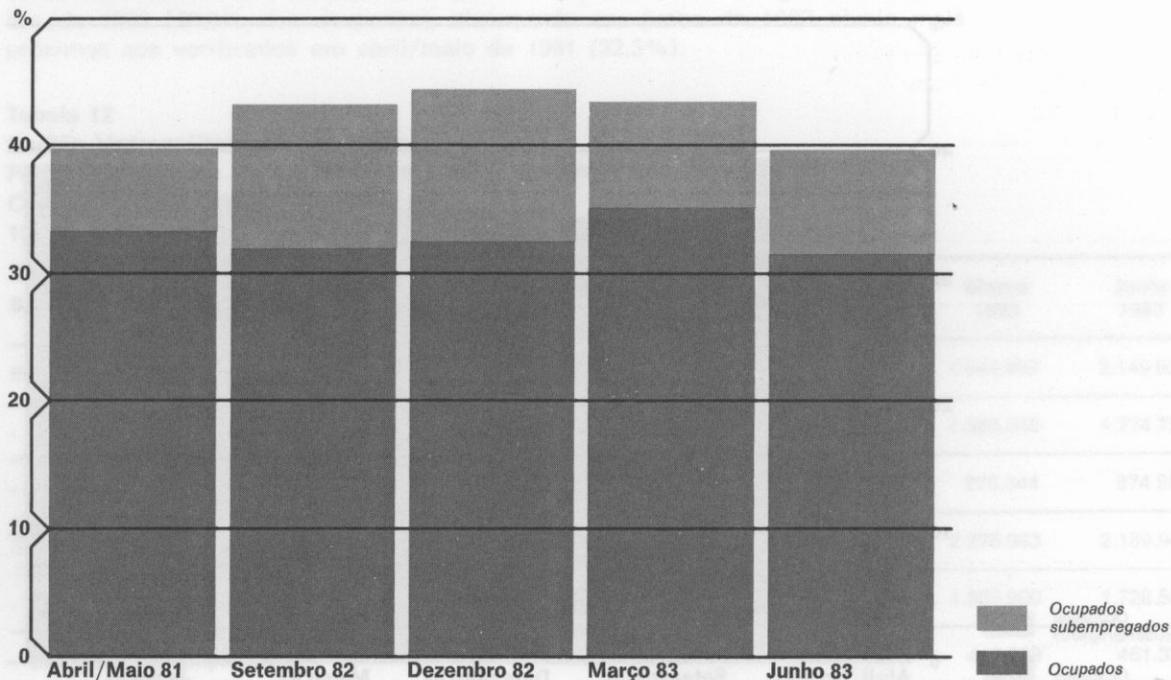
Tabela 13
Região Metropolitana de São Paulo
Pessoas Ocupadas na Indústria de Transformação e nos Serviços segundo a
Condição de Emprego e Subemprego em relação ao Total de Ocupados
1981 - 1982 - 1983

Em %

Setor de atividade	Abril/Maio 1981	Setembro 1982	Dezembro 1982	Março 1983	Junho 1983
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	39,5	34,8	35,7	36,8	39,1
- Ocupados	35,8	30,5	28,3	31,6	32,3
- Ocupados subempregados	3,7	4,3	7,4	5,2	6,8
SERVIÇOS	39,7	43,5	44,4	43,1	39,9
- Ocupados	33,0	31,9	32,4	35,3	31,5
- Ocupados subempregados	6,7	11,6	12,0	7,8	8,4
TOTAL (*)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
- Ocupados	86,4	81,0	75,0	83,4	78,8
- Ocupados subempregados	13,6	19,0	25,0	16,6	21,2

Obs.: (*) Estão incluídos neste total também os ocupados dos demais setores de atividade econômica.

Gráfico 3
Região Metropolitana de São Paulo
Ocupados no Setor de Serviços
1981 - 1982 - 1983



ANEXOS

Os anexos I e II contém informações complementares ao estudo. O anexo I constitui-se no resumo das principais taxas de emprego e desemprego relativas aos cinco momentos do levantamento de campo.

O anexo II refere-se à amostragem, detalhando os critérios utilizados na definição da amostra nos diferentes momentos do levantamento.

ANEXO I

Região Metropolitana de São Paulo
Resumo das Principais Taxas
1981 - 1982 - 1983

Taxas	Definição	Em %				
		Abril/Maio 1981	Setembro 1982	Dezembro 1982	Março 1983	Junho 1983
Taxa Bruta de Participação	% entre PEA e a população total	47,7	48,3	48,8	47,1	47,4
Taxa Global de Participação	% entre PEA e a população em idade de trabalhar (PIA)	59,6	60,8	62,4	59,3	58,5
Taxa de Ocupação	% entre os ocupados e a população em idade de trabalhar (PIA)	50,2	52,9	53,1	49,0	49,8
Taxa de Desemprego Aberto	% entre os que procuraram emprego na semana de referência (desemprego aberto) e PEA	9,6	6,7	7,8	12,0	9,8
Taxa de Desemprego Total	% entre o total de desempregados e PEA	15,9	12,9	14,9	17,4	14,8
Taxa de Subemprego	% entre os subempregados e a PEA	11,4	16,5	21,3	13,7	18,1

ANEXO II METODOLOGIA

Para a definição da amostra da Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego de 1981, adotou-se o método de amostragem estratificada, levando-se em conta a disparidade existente entre os distritos e subdistritos que compõem o Município de São Paulo, e demais municípios da Região Metropolitana entre si, apontada pelos indicadores econômicos e sociais, assim como através da análise da organização do espaço urbano.

Para dar suporte à estratificação da Capital, lançou-se mão do estudo sobre a "Subdivisão do Município de São Paulo em Áreas Homogêneas", realizado pela Secretaria de Economia e Planejamento em 1977. Este estudo permitia agrupar os 55 distritos e subdistritos do Município de São Paulo em três, seis ou oito áreas homogêneas, segundo variáveis que estivessem relacionadas com a qualidade de vida da população.

No caso dos demais municípios da Região Metropolitana de São Paulo utilizou-se o trabalho "Tamanho Funcional, Perfil Ocupacional e Especialização Setorial dos Municípios da Grande São Paulo" (Emplasa, mimeo 1979).

Os municípios foram agrupados mediante a sua classificação na combinação de três categorias: tamanho funcional, perfil ocupacional e especialização setorial. Ao todo, foram definidas 13 áreas homogêneas, sendo 8 referentes a subdivisões da Capital e 5 englobando os demais municípios.

A escolha deste método foi possível através do aproveitamento dos produtos finais (principalmente o Cadastro da Pesquisa Domiciliar e o material cartográfico) da "Pesquisa Origem Destino-77" executada pela Emplasa, cujos dados sócio-econômicos coletados encontram-se sistematizados por zona O-D (Zona Origem-Destino). Estas zonas constituíram as menores parcelas de desagregação da área da pesquisa O-D, cujos dados foram tratados estatisticamente em função das principais variáveis. É importante ressaltar que cada uma das unidades político-administrativas abrange uma ou mais zonas O-D inteiras, de forma a compatibilizar os dados resultantes daquela pesquisa com outras fontes secundárias de dados.

A estratificação adotada reduziu a variância dos estimadores. Testes empíricos realizados, para fins de dimensionamento de uma amostra para estimação da renda média da população, mostraram um ganho de 41% mediante o uso dessa estratificação, em relação a uma amostra aleatória simples. Embora para a estimação de porcentagens, o uso da estratificação não traga vantagens consideráveis, a menos que os parâmetros se diferenciem muito entre estratos, os demais estimadores (salário médio, tempo de serviço etc.) serão certamente beneficiados.

A amostra foi dimensionada para a obtenção da renda média na área de estudo servindo-se dos dados obtidos pela "Pesquisa Origem-Destino-77", a partir dos quais foram estimadas as variâncias dos estratos adotados. Para os 2.000 domicílios selecionados, calculou-se um erro amostral de 3,86% ao nível de confiança de 95%. A alocação das observações pelos estratos foi realizada de acordo com o critério de Neyman Pearson.

Para a elaboração do plano de amostragem da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada entre 1982 e 1983 seguiu-se o mesmo procedimento acima e outra vez optou-se pela realização de 2.000 entrevistas domiciliares que também seriam selecionadas no Cadastro de Domicílios da Emplasa segundo o critério de alocação anterior. Entretanto, como a metodologia desta pesquisa impunha o levantamento das variações sazonais de consumo de bens pelas famílias, adotou-se a partição das entrevistas pelos quatro trimestres de estudo, planejando-se a realização de 500 entrevistas em cada um deles.

Na época, surgiu a possibilidade de realizar-se, juntamente com a Pesquisa de Orçamentos Familiares, a aplicação do mesmo questionário usado na Pesquisa

de Padrão de Vida e Emprego realizada em 1981, visando com isso aproveitar os ganhos de escala sobre a estrutura montada. Tal procedimento permitiria, de fato, a realização de quatro levantamentos semelhantes ao de 1981, cada um deles com aproximadamente 500 observações, cobrindo o período de um ano com avaliações trimestrais. O problema estabeleceu-se sobre a comparabilidade entre os resultados das quatro pesquisas entre si e destas com a pesquisa realizada em 1981 que contou com um número de observações quatro vezes maior. Em média, sabe-se que o número de elementos de uma amostra que pertencem a uma determinada categoria ou "cruzamento de variáveis" é proporcional ao tamanho das amostras, desde que estas sejam retiradas da mesma população. Assim, se uma característica tem uma incidência estimada em 20% baseada em uma amostra de 2.000 elementos em 1981 e de 22% a partir de uma amostra de 500 elementos em 1983, não se pode afirmar que houve mudança no percentual da população, sem levar-se em conta, entre outros, o número de elementos da amostra em cada caso, e o valor das estimativas obtidas.

Da mesma forma, análises comparativas realizadas sobre subconjuntos das amostras deveriam merecer bastante cuidado em suas conclusões. Um estudo sobre a população desempregada, por exemplo, baseado em uma amostra de 2.000 domicílios permite o exame de desagregações muito mais refinadas do que suportaria uma amostra de 500 domicílios. Neste tipo de análise, as conclusões são, via de regra, limitadas pelas desagregações possíveis para a amostra menor. Por ocasião do planejamento da Pesquisa de Orçamentos Familiares, não eram disponíveis resultados completos da pesquisa de 1981 que poderiam dar pistas sobre os cruzamentos de variáveis entre as pesquisas, o que contribuiria inclusive para uma redução dos quesitos dos questionários de emprego que se aplicariam nos quatro trimestres da Pesquisa de 82/83.

No entanto, a existência de alguns resultados preliminares da Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego e a pormenorizada re-análise dos questionários aplicados em 1981 permitiram a elaboração de instrumentos de coleta menos pormenorizados e, portanto, mais reduzidos mas que continham as variáveis mais fundamentais para o estudo do problema do emprego, para a aplicação nos quatro trimestres da Pesquisa de Orçamentos Familiares.

O processamento dos resultados da Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego permitiu descobrir-se quais as comparações possíveis de serem realizadas, algumas das quais são apresentadas no presente trabalho.

Em análises posteriores serão explorados outros aspectos da estrutura de emprego possíveis de sofrerem comparações intertemporais, utilizando-se a massa de informações coletadas nas cinco pesquisas realizadas pelo DIEESE.

ÍNDICE

1. Introdução	7
2. Metodologia e Conceitos Básicos	11
2.1. Marco Teórico	11
2.2. Principais Conceitos Operacionais	13
2.3. Classificação da Situação Ocupacional Básica	15
2.4. Diferenças Conceituais entre a Pesquisa Mensal de Emprego da FIGBE e a Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego do DIEESE	24
3. Emprego, Desemprego e Subemprego	25
3.1. Força de Trabalho e População na Região Metropolitana de São Paulo 1981	26
3.1.1. Força de Trabalho Desempregada	28
3.1.2. Força de Trabalho Ocupada	30
3.2. Emprego, Desemprego e Subemprego: Alguns Dados Comparativos - 1981, 1982, 1983	33
Anexos	
I - Resumo das Principais Taxas	39
II - Metodologia	40
QUADROS	
1 - Distribuição da População por Condição de Atividade	14
2 - Classificação dos que se declararam Desempregados	16
3 - Classificação dos que se declararam Inativos	17
4 - Classificação dos Ocupados	19
5 - Esquema de Classificação da População Desempregada	20
6 - Esquema de Classificação da População Ocupada	21
7 - Esquema de Classificação da População Inativa	22
8 - Região Metropolitana de São Paulo: Classificação da Situação Ocupacional Básica	23

TABELAS

1 - Região Metropolitana de São Paulo Distribuição da População Total por Condição de Atividade e Sexo	26
2 - Região Metropolitana de São Paulo Distribuição da População Economicamente Ativa - 1981	27
3 - Região Metropolitana de São Paulo Distribuição Percentual da População Economicamente Ativa por Sexo - 1981	27
4 - Região Metropolitana de São Paulo Distribuição dos Desempregados por Tipo - 1981	28
5 - Região Metropolitana de São Paulo Distribuição dos Desempregados segundo o Setor de Atividade Econômica do Emprego Anterior - 1981	29
6 - Região Metropolitana de São Paulo Distribuição dos Desempregados por Tempo de Procura de Trabalho - 1981	29
7 - Região Metropolitana de São Paulo Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade e Posição na Ocupação - 1981	30
8 - Região Metropolitana de São Paulo Distribuição da Força de Trabalho Assalariada por Setor de Atividade Econômica - 1981	31
9 - Região Metropolitana de São Paulo Distribuição da Força de Trabalho não Assalariada por Setor de Atividade Econômica - 1981	32
10 - Região Metropolitana de São Paulo População em Idade Ativa por Condição de Atividade - 1981 - 1982 - 1983	33
11 - Região Metropolitana de São Paulo Distribuição da População Economicamente Ativa por Ocupados, Ocupados Subempregados e Desempregados - 1981 - 1982 - 1983	34
12 - Região Metropolitana de São Paulo Pessoas Ocupadas na Indústria de Transformação e nos Serviços segundo a Condição de Emprego e Subemprego - 1981 - 1982 - 1983	36
13 - Região Metropolitana de São Paulo Pessoas Ocupadas na Indústria de Transformação e nos Serviços segundo a Condição de Emprego e Subemprego em relação ao Total de Ocupados - 1981 - 1982 - 1983	35

GRÁFICOS

1 - Região Metropolitana de São Paulo Distribuição da População Economicamente Ativa por Ocupados, Ocupados Subempregados e Desempregados - 1981 - 1982 - 1983	36
2 - Região Metropolitana de São Paulo Ocupados na Indústria de Transformação - 1981 - 1982 - 1983	37
3 - Região Metropolitana de São Paulo Ocupados no Setor de Serviços 1981 - 1982 - 1983	38

Indústria paulista cresceu 8% em 1984, diz Fiesp

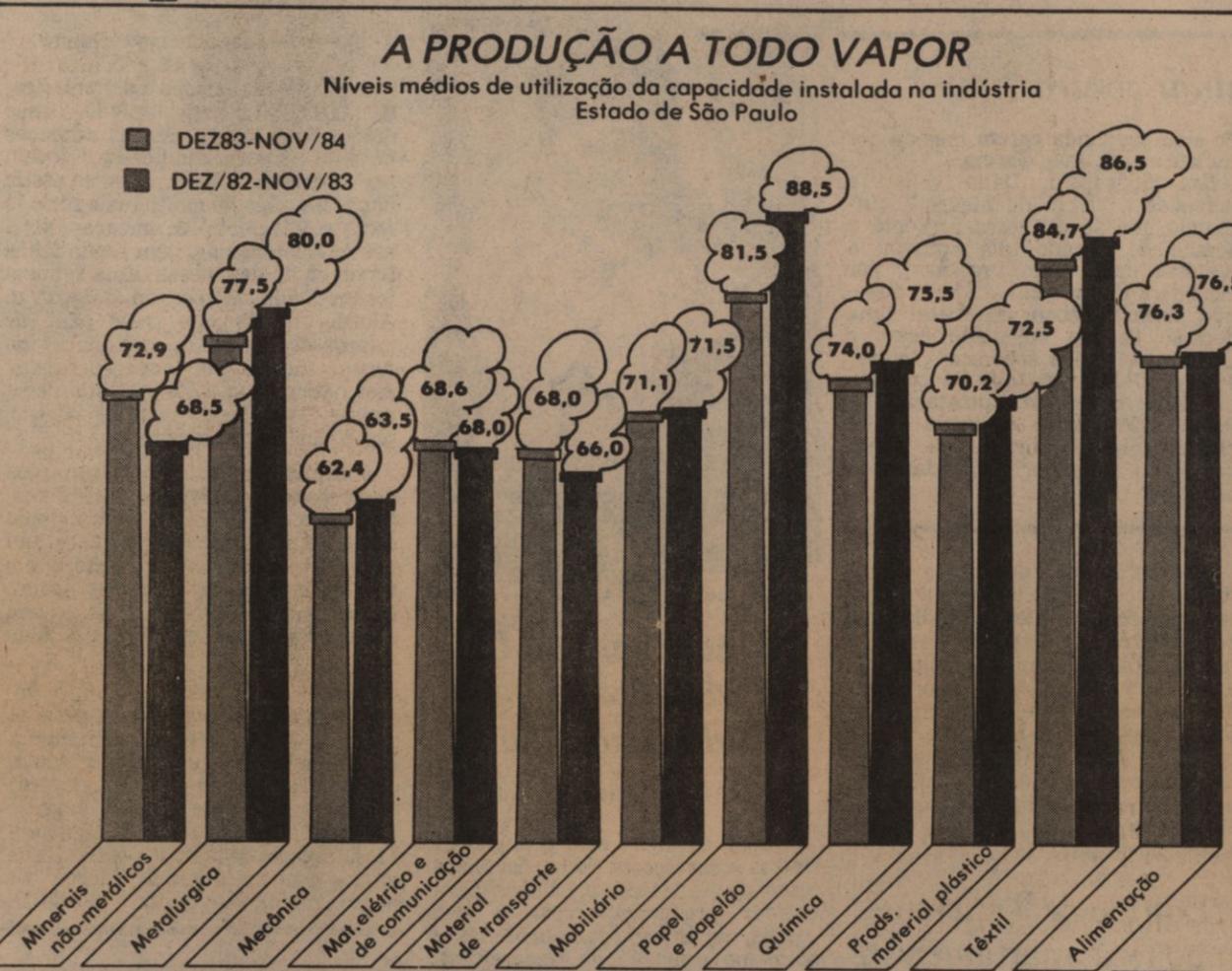
ANAMÁRCIA VEINSENER
Da nossa equipe de reportagem

Ao fim e ao cabo, 1984 foi um ano de excelentes resultados para a indústria paulista, como mostram dados preliminares sobre seu desempenho, anunciados ontem pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Fiesp. O indicador do nível de atividades (INA) cresceu 8% em relação a 1983, as vendas reais se expandiram de 7 a 8%, o número de horas trabalhadas na produção subiu 4,5%, o nível de emprego diminuiu 0,9% (até novembro), a massa de salários e o salário médio real tiveram elevação de 3,5 e 4%, respectivamente e a utilização da capacidade instalada foi de 76,5%.

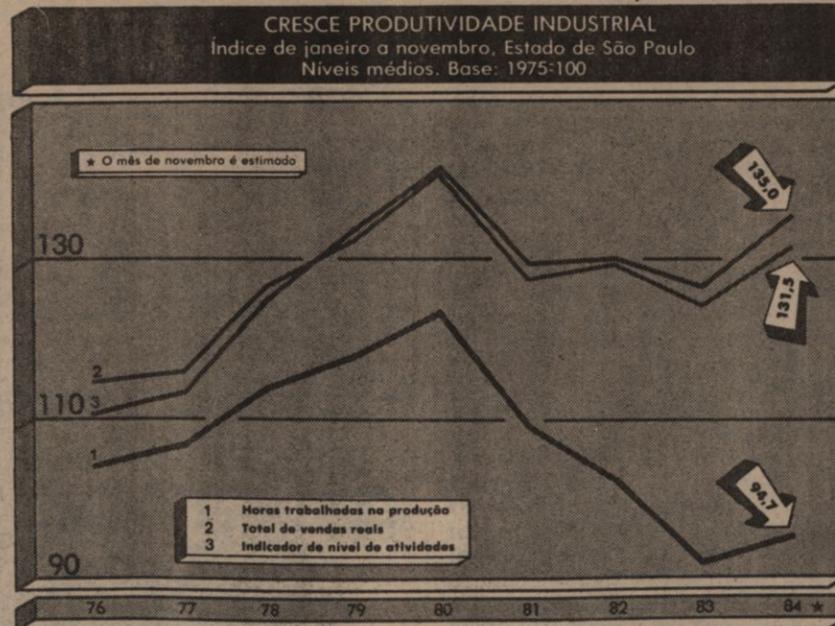
Mas se o conjunto da indústria paulista apresentou boa performance, os dados desagregados mostram que alguns setores foram bem melhor que outros: os maiores aumentos de vendas reais ficaram com as indústrias metalúrgica (39%), material de transporte (31%) e mecânica (21%). As mais elevadas quedas de vendas reais ficaram por conta das indústrias de plástico (-1,5%), minerais não-metálicos (-10%) e alimentação (-7,2%).

Com relação à utilização da capacidade instalada industrial, considerando que a plena utilização só é 100% teoricamente — na prática só por volta dos 84%, o levantamento da Fiesp indica que alguns segmentos, para se expandir, "precisam investir já", se expandindo o vice-presidente de entidade e diretor de seu Departamento de Economia (Decon), Paulo Francini, 43. De fato, enquanto o nível médio agregado de utilização foi de 74% no período de um ano (dez/83-nov/84), a indústria de papel e papelão trabalhou com utilização de 88,5% de sua capacidade instalada; a têxtil com 86,5%; a metalúrgica com 80%; a de alimentação com 76,5%. Um detalhe importante assinalado pelo próprio "Levantamento de Conjuntura" da Federação: o indicador de utilização da capacidade instalada, em novembro, de 76,5%, atingiu um nível não alcançado desde novembro de 1982.

Como mostra o gráfico e afirma Paulo Francini, a indústria teve "ganho expressivo de produtividade". Isto fica claro quando é feita a comparação do crescimento do número de horas trabalhadas na produção (4,5% no ano passado), muito mais modesto que o das vendas reais (7 a 8%) e do que o próprio INA (8%). Tomado um período de nove anos (1976/84, como no gráfico), enquanto o índice de horas trabalhadas variou 4,7%, o do total de vendas reais subiu 31,5% e o INA 35%. "E não há marcha à ré no processo de aumento da produtividade", acrescenta o empresário. Processo que também fica claro quando o levantamento constata que há "acréscimo do número de horas trabalhadas por empregado", isto é, mais horas extras do que aumento do contingente de mão-de-obra.



Fonte: Departamento de Economia do Fiesp



do nível de emprego foi o único negativo na indústria.

Mais espanto?

Se o INA de outubro (15,9%) causou espanto aos empresários industriais, o de novembro (variação anual em relação ao mesmo mês de 1983), de 18%, causou espanto "ainda maior", segundo Francini. Esta evolução foi a maior de 1984. O crescimento acumu-

na indústria aumentou 5,6%. Mas a variação acumulada no ano até novembro foi de -0,9% e em doze meses, -1,5%.

No mês (novembro), o total de horas pagas aumentou 7,1%; no ano, 0,8% e nos últimos doze meses, 0,2%. As horas trabalhadas na produção cresceram 13,3% em novembro, 3,4% até novembro e 2,4% em doze meses. O total de salários reais (massa de

Fiesp diz que trabalhador não teve perda

"Quando eu disse a Arnaldo Gonçalves e a Luiz Inácio Lula da Silva que o trabalhador da indústria não teve perda de seu salário médio real, eles se espantaram". A afirmação é do vice-presidente da Fiesp e diretor de seu Departamento de Economia (Decon), Paulo Francini e se baseia em levantamento da indústria segundo o qual de 1980 a 1984 o salário real médio cresceu 18,8%. A questão foi tema central da reunião de ontem do Conselho Superior de Economia da Fiesp, que decidiu aprontar, até fevereiro, minucioso trabalho sobre as relações trabalhistas, particularmente na indústria, abordando salário, sindicalismo, emprego, legislação trabalhista.

Há pelo menos dois fortes motivos para a preocupação da Fiesp: o desejo dos trabalhadores de recuperar o poder de compra de seu salário, perdido há anos, e as próximas negociações salariais com os metalúrgicos. "Houve perda? De quanto? Quando?", indaga Francini, para afirmar em seguida que "os salários pagos pela indústria se recompuseram em relação ao período anterior à crise" (1980). Segundo ele, a "indú-

31,5% e o INA 35%. "E não há marcha à ré no processo de aumento da produtividade", acrescenta o empresário. Processo que também fica claro quando o levantamento constata que há "acréscimo do número de horas trabalhadas por empregado", isto é, mais horas extras do que aumento do contingente de mão-de-obra empregado. Contingente este que não deverá crescer substancialmente sem que o mesmo aconteça com o nível de atividades. Aliás, o indicador

Mais espanto?

Se o INA de outubro (15,9%) causou espanto aos empresários industriais, o de novembro (variação anual em relação ao mesmo mês de 1983), de 18%, causou espanto "ainda maior", segundo Francini. Esta evolução foi a maior de 1984. O crescimento acumulado do INA até novembro foi de 6,4%. Em novembro de 1984, em relação ao mesmo mês do ano anterior, o total de pessoal ocupado

variação acumulada no ano de novembro foi de -0,9% e em doze meses, -1,5%.

No mês (novembro), o total de horas pagas aumentou 7,1%; no ano, 0,8% e nos últimos doze meses, 0,2%. As horas trabalhadas na produção cresceram 13,3% em novembro, 3,4% até novembro e 2,4% em doze meses. O total de salários reais (massa de salários, folha de pagamentos) subiu 19,9% em novembro de 1984 em relação ao mesmo mês de 1983 e 1,8% no ano passado até novembro.

desejo dos trabalhadores de recuperar o poder de compra de seu salário, perdido há anos, e as próximas negociações salariais com os metalúrgicos. "Houve perda? De quanto? Quando?", indaga Francini, para afirmar em seguida que "os salários pagos pela indústria se recompuseram em relação ao período anterior à crise" (1980). Segundo ele, a "indústria acha que não houve perda salarial de 1980 a 1984 para os que permaneceram em seus empregos". O vice-presidente da Fiesp admite que "eventualmente tenha ocorrido perda em relação à massa de salários pagos, o que envolve a produtividade". Mas insiste na dificuldade de configurar uma perda salarial. E diz: "É injusto um pleito para recuperar para os que não perderam o emprego uma massa de salários que já foi maior para mais gente".

Francini considera que "o País precisa de grandes transformações trabalhistas", mas não acredita que estas relações incluam (como ocorreu recentemente em acordo da Ford com seus empregados) a estabilidade no emprego. "Mesmo que o grau de liberdade no campo da admissão e demissão de trabalhadores pelas empresas se torne mais restrito", acrescenta, finalizando: "Mas não chegaremos à estabilidade". Quanto aos salários, o empresário considera que "não andam de acordo com a lei. É impossível reger ou administrar salários por lei. O que os rege é o mercado, o nível de atividades".

Fiesp também apura inflação

A polêmica entre empresários paulistas e a Fundação Getúlio Vargas, em dezembro último, em São Paulo, quando foi divulgada a inflação do mês e o recorde anual da inflação brasileira em toda a sua história, não é capítulo encerrado. Isto porque, depois de questionar os números da FGV, a qual devolveu a bola atribuindo eventuais discrepâncias às informações incorretas prestadas pelas empresas, a Fiesp partiu para um levantamento próprio, junto a estabelecimentos industriais paulistas. O objetivo: apurar a realidade dos preços. Paulo Francini, vice-presidente da Federação e diretor de seu Departamento de Economia (que fez a pesquisa), insiste que o trabalho não é importante. Mas até o momento, como fez ontem, não divulgou seus resultados à imprensa. Ele diz que quando for anunciada a inflação de janeiro, a opinião pública tomará conhecimento dos fatos (preços) apurados pela indústria paulista.

"A pesquisa da FGV não considera os prazos de pagamentos", diz Francini, argumentando que Cr\$ 100 em trinta dias não é o mesmo valor em sessenta. É necessário, segundo o empresário, tomar a média de preços praticados pela verificação das notas fiscais, o que foi levado em conta no "painel de preços informados" feito pela Fiesp. "Para se chegar no preço médio real praticado, há que levar em consideração valores e prazos". A seu ver, os dados levantados pela FGV em dezembro foram os listados, aqueles que são desejados como preços de venda pela empresa, mas não os efetivamente praticados por ela. (AV)

DR. LINEU CORDEIRO - CRM 13.653
GLANDULAS SEXUAIS, IMPOTENCIA
DOENÇAS VENEREAS, PRE-NUPCIAL
R. SAO BENTO, 181 7 - A
TEL.: 35-1939 - DAS 15 AS 19 HS

MEL DE ABELHAS
Produtor entrega em
sua casa a partir de 1 Kg.
Fones: 495-3941/4399

LOJAS GLÓRIA COMUNICA

Uma de nossas 37 lojas, localizada no bairro do Ipiranga, foi parcialmente destruída por um incêndio ocorrido ontem. Agradecemos ao apoio eficiente do Corpo de Bombeiros, das autoridades presentes e de nossos funcionários, bem como as manifestações de solidariedade de fornecedores e amigos. Informamos ainda que, graças a esta soma de esforços, em breve reabriremos a referida filial.

LOJAS GLÓRIA LTDA.

SÃO PAULO, 30 DE JANEIRO DE 1985

credimatic crédito pessoal por telefone

ligue para:
região faria lima
813.1811
região centro
34.3716
34.1813

O sistema de Crédito Pessoal Credimatic é rápido e fácil. Você liga e terá seu crédito aprovado pelo telefone, sem taxas extras, sem intermediários e com segurança. O dinheiro é creditado em sua conta bancária em poucas horas. Comprove.

ZOGBI/PROMOVEL
Av. Brigadeiro Faria Lima, 896
Rua Direita, 191 - 6º andar

CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL

AVISO

Comunicamos a prorrogação do prazo para habilitação e abertura das propostas para a TOMADA DE PREÇOS N.º 009/85 - fornecimento de embalagens para moedas (tecido de algodão), conforme abaixo:
DATA DA HABILITAÇÃO: Até 04.02.85
DATA DA LICITAÇÃO: 11.02.85, às 15:00 horas
INFORMAÇÕES E FORNECIMENTO DO EDITAL: Na CPL/PÓLO/SP - à Praça da Sé, 111, 6.º andar, sala 605, no horário das 10:00 às 16:30 horas, telefone: 34.7131.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO
DEMAQ/PÓLO/SP

O FORTE DA CAIXA É VOCÊ

FACULDADE DE MEDICINA DA FUNDAÇÃO DO ABC

Reconhecida pelo Decreto n.º 76.850, em 17.12.1975

EDITAL

- 1 - Achem-se abertas, na Secretaria desta Faculdade nos dias 31 de janeiro e 1.º de fevereiro de 1985, das 9 às 12 e das 14 às 16 horas, as MATRÍCULAS para o PRIMEIRO ANO do Curso de Graduação em Medicina, aos candidatos que obtiverem classificação no Concurso Vestibular, realizado de 13 a 16.1.1985 e que estão sendo convocados conforme relação abaixo;
- 2 - A lista de classificação geral estará afixada na Faculdade de Medicina a partir de 30.1.1985;
- 3 - O candidato classificado, quando menor de 18 anos, deverá fazer-se acompanhar pelo responsável;
- 4 - As matrículas poderão ser feitas por terceiros, desde que munidos de procuração especial para esse fim, com firma reconhecida;
- 5 - Os candidatos que não se matricularem no prazo serão considerados desistentes. As vagas correspondentes serão preenchidas pelos candidatos classificados na ordem subsequente e convocados até o preenchimento das vagas existentes, através de Editais Internos, a serem afixados na Faculdade de Medicina;
- 6 - Prazo de matrícula dos candidatos aprovados: 1.º e 2.º listas será de 2 (dois) dias e as demais de 1 (hum) dia;
- 7 - Documentos: a relação acha-se afixada na Faculdade.

Santo André, 29 de janeiro de 1985.

(a) PROF. DR. JOÃO PAULO ACHE DE FREITAS
Diretor

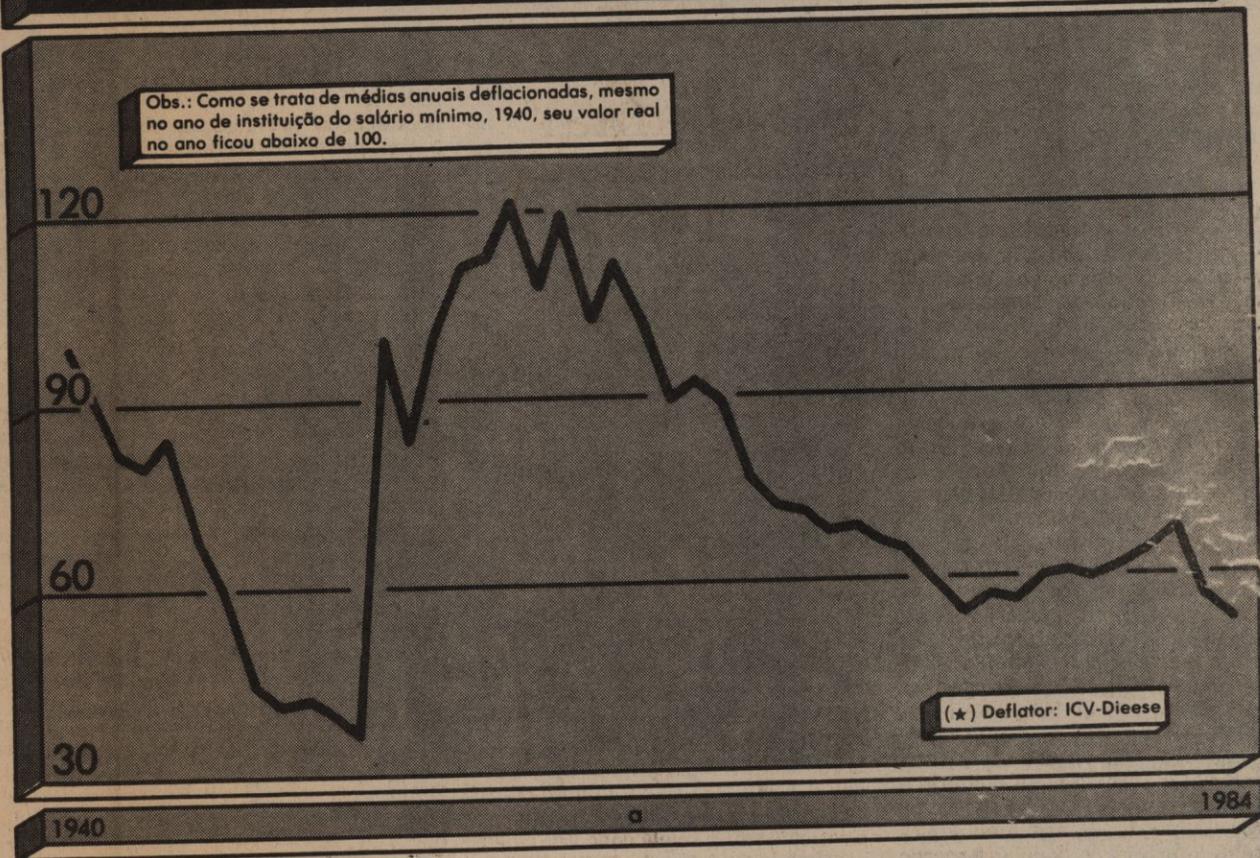
RELAÇÃO GERAL DOS CANDIDATOS EM ORDEM ALFABÉTICA

Adriana Nogueira da Silva; Ana Celia Rodrigues de Souza; Ana Claudia dos Santos Veiga; Ana Lucia Granado; Ana Lucia Mellini Carrera; Ana Paula Alcaraz Zuccato; Ana Paula Beltrán Moschione; Ana Paula Sampaio; Andrea Cristina de Freitas Rodrigues; Andrea Keiko Fujinami; Antonio Fang Hing Youn Lui; Carla de Fatima Carvalho Retroz; Carla Franchi Pinto; Carlos Alberto Balda; Carlos Alberto de Souza Iemini; Carlos Augusto Leite; Carlos Eduardo Cintra Vita Abreu; Carlos Eduardo Ferreira Fernandes Lopes; Chiu Seing Tsok Paulo; Claudio Carduz; Daniel Hatem; Edgar Dominello; Eduardo Francisco Mendes; Eduardo Morçjikian; Elias Sadalla Filho; Erik Vecina; Fabio Luis Ferrari Regatieri; Fabio Pupo Cecon; Fernando Lerro; Flavio Marson; Flavio Serafini; Francisco Cyro Reis de Campos Prado Filho; George Alfred de Latorre; Giuseppina Rinaldi; Hamilton Cabral de Menezes Filho; Inacio Peres Lopes Junior; Isabele Liskauskas de Paula Gomes; Italo Dutra; Joaquim Moraes Sarmiento Filho; José Antonio Amaral Moniz; José Domingos Djabraian; Jose Fogundes Altenfelder Silva; Jozian Quantal Mendes; Juliana Maria Ferraz; Karen Borelli; Luis Paves; Luiz Claudio Landolfi Pereira; Luiz Jose de Miranda; Luiz Otavio Choin Campana; Maila Fernandes Ribeiro; Marcelo Chedid Awada; Marcelo Jovchelevich; Marcelo Vieira; Marcia Andrea Moreira; Marco Aurelio Salles Asses; Marcos Antonio Perrotti; Margarete de Jesus Cavalho; Maria Angelina Guimarães Cabral; Maria Gabriella Giusa; Marina Cestari de Rizzo; Mauricio de Maio Domingos; Mauricio Garcia; Mauricio Martinelli Filho; Miguel Anjel Filgueira Monzu; Milton Borrelli Junior; Mohamad Ali Barakat; Monica Satsuki Shimoda; Monica Tochetto; Oscar Augusto Porto Sobrinho; Patricia Pereira Lopes; Paulo José Francolini; Paulo Sergio Bergonzine Perez; Raul Jose Mauad Junior; Ricardo Vanzetta; Roberto Aroujo Ranzini; Roberto Blasbalg; Roberto Monclus Romanek; Rogerio Abdo Naser; Rogerio Labbate; Ronei Renato Rubbo; Ros Vitor Ferreira; Rubens Prota; Ruy Carlos Pollastrini Pistelli; Sandra Cayres Nauful; Sandra Renata Tuma; Sergio Sztajnbock; Silvio da Ressureição Pires; Solange Aparecida Estevão; Suemi Marui; Suzan Menosce; Thais Helena de Sousa Rocha Poes; Thais Orrico de Brito; Theo Lerner; Tony Piha; Valeria Cristina Moraes Martins; Vania Bechara; Victor Marques de Oliveira; Viking Thor Dosa Acres; Yong Soo Kang; Zuleica Barrio Bortoli.

NO FUNDO DO POÇO

Índices de Salário Mínimo real ★ —
Médias Anuais, 1940/84

Obs.: Como se trata de médias anuais deflacionadas, mesmo no ano de instituição do salário mínimo, 1940, seu valor real no ano ficou abaixo de 100.



SALÁRIO MÍNIMO EM 84 FOI O MAIS BAIXO EM 33 ANOS

Criado por lei em julho de 1940 (em meio à ditadura Vargas), "com o objetivo de atender as necessidades do trabalhador e de sua família", o salário mínimo atingiu um recorde no ano passado: foi o mais baixo dos últimos 33 anos. De fato, segundo as médias anuais do período 1940/84 dos índices de salário mínimo real calculados pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), em 1984 a média anual do mínimo estava em 52,04% do seu valor em relação à data de sua

criação, julho de 1940 (veja gráfico). Antes disto, os patamares inferiores do salário mínimo foram alcançados em 1950/51 (39,84 e 36,80%, respectivamente), ao cabo de oito anos de congelamento (1944/51). A partir de 1952, os reajustes do mínimo foram mais frequentes e, como lembra o Dieese, na maioria das vezes em porcentagens superiores ao custo de vida no período. Até 1962, o mínimo chegou aos seus maiores valores reais. Entre 1964 e meados da década de 70, em consequência da política

salarial restritiva vigente, ocorreu declínio sistemático do mínimo, com seu nível mais baixo, no período, chegando a 54,48% em 1974. Mas, sempre de acordo com o Dieese, as quedas dos últimos dois anos (1983/84) superaram a dos 33 anteriores: só em 1983 foram eliminados todos os ganhos obtidos em oito anos (1975/83). Ao fundo do poço atingido pelo salário mínimo não deixou de corresponder outro recorde histórico, o da inflação brasileira, nos píncaros de 223,8%.

Pesquisa Seade/Dieese acusa 12,4% de desemprego na Grande São Paulo

ROLF KUNTZ

Da nossa equipe de reportagem

Sobrevivendo à custa de parentes, de trabalho precário e de expedientes diversos, os desempregados da Grande São Paulo formavam um contingente de 825 mil pessoas — 12,4% da população economicamente ativa da região — no último trimestre do ano passado, segundo pesquisa realizada em convênio pela Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) e pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos). Em média, eles estavam procurando trabalho há oito meses e nove dias — o que quer dizer que seu Fundo de Garantia há muito tempo havia evaporado.

Segundo o estudo, 480 mil pessoas estavam em situação de desemprego aberto. Esse grupo, correspondente a 7,3% da população pesquisada, inclui desempregados com dez anos de idade e mais que estiveram procurando ocupação nos trinta dias anteriores ao levantamento. A isto se adiciona uma parcela de 5% de desemprego oculto — 345 mil pessoas forçadas a viver de "bicos" ou que simplesmente desistiram de buscar emprego nos últimos trinta dias, por causa da retração do mercado, mas se mostram dispostas a voltar à atividade produtiva. Os dois segmentos formam o conjunto dos 12,4%.

Esses números, disse o professor Rubens Marques, 47, diretor-executivo da Fundação Seade, não são diretamente comparáveis com os do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que em dezembro apontou 4,07% de desemprego aberto na Grande São Paulo. O IBGE, lembrou ele, investiga a população ativa a partir dos dez anos, mas as taxas divulgadas se referem aos trabalhadores de quinze anos e mais. Além disso o órgão federal considera inativo, mas não desempregado, quem não tem emprego e não procurou colocação nos últimos sete dias.

Se as cifras não podem ser diretamente confrontadas, as concepções de pesquisa podem. E o resultado, segundo os responsáveis pelo estudo Seade/Dieese, é que a sua metodologia se revela mais adequada que a do IBGE à situação dos países em desenvolvimento, traduzindo de "forma mais real a heterogeneidade do mercado de trabalho". Não há dúvida, insistiu o professor Rubens Marques, quanto ao fato de que muitas pessoas que o IBGE consideraria ocupadas, por estarem sobrevivendo graças a trabalhos precários,

EM BUSCA DE UMA VAGA

Taxas de desemprego total, aberto e oculto Grande São Paulo, Capital e Outros Municípios Out./Nov./Dez./1984—Em %

Taxa de desemprego	Grande São Paulo	Capital	Outros Municípios
Taxa de desemprego total	12,4	11,7	13,7
Taxa de desemprego aberto	7,3	7,3	7,4
Taxa de desemprego oculto	5,0	4,4	6,3

FONTE: SEP — Convênio SEADE/DIEESE.

O DRAMA DE CADA UM
Taxa de desemprego total segundo atributos pessoais Grande São Paulo Out./Nov./Dez./1984 — Em %

Sexo		Cor		Posição no Domicílio	
Fem.	Masc.	Branca	Não branca	Chefe	Não chefe
15,5	10,4	11,1	15,2	5,7	17,6

FONTE: SEP — Convênio SEADE/DIEESE.

não hesitariam em classificar-se como desempregadas. Os conceitos de emprego e desemprego utilizados na pesquisa não foram, aliás, criados pelos técnicos do grupo Seade/Dieese, mas adaptados do Programa Regional de Emprego para a América Latina (Prealc), elaborado pela Organização Internacional do Trabalho. A idéia de uma pesquisa própria sobre desemprego vem sendo desenvolvida no Dieese desde 1979/80.

Um primeiro estudo foi feito para o período 1981/1983, com resultados que oscilaram entre o mínimo de 12,9% em setembro de 1982 e 17,4% em março de 1983. Mais tarde, uma pesquisa-piloto, já preparada como base para o convênio com o Seade, órgão da Secretaria do Planejamento de São Paulo, apontou uma taxa de 16,3% para o período maio/julho de 1984. O levantamento, porém, foi realizado em apenas oito municípios da Grande São Paulo, sem cobrir a capital. O estudo ontem divulgado foi feito nos 37 municípios da região metropolitana. Os dados, a partir de agora, serão publicados mensalmente, refletindo uma média trimestral móvel (a cada 30 dias sai um mês, entra outro e permanecem dois).

A ambição, segundo Rubens Marques, é enriquecer o estudo, gradativamente, com mais detalhes sobre a

população pesquisada. O levantamento do último trimestre do ano passado indicou, por exemplo, que o desemprego é maior entre as mulheres (15,5%) do que entre os homens (10,4%) e mais elevado entre os não-brancos (15,2%) do que entre os brancos (11,1%). O trabalho mostrou também que o maior contingente de desempregados provinha da indústria de transformação (35,1%), vindo em seguida aqueles originários dos setores de serviços (31,1%), comércio (15,7%), serviços domésticos (11,3%) e outros (7%). Como sobrevivia toda essa gente? Cerca de 70% dependiam de alguém da família. Pouco menos de 18% tinham algum "bico". Pouco mais de 12% viviam de recursos diversos (assistência, por exemplo) e quase ninguém dependia do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que está muito longe de ser uma segurança para os tempos de crise.

Resultados

BIC. MONARK — O lucro líquido (LL) do trimestre findo em 30 de novembro último atingiu Cr\$ 6,64 bilhões, com saldo negativo de Cr\$ 9,05 bilhões na Correção Monetária (CM) e lucro bruto (LB) de Cr\$ 28,93 bilhões. A empresa registrou uma despesa financeira líquida (DFL) de Cr\$ 2,03 bilhões.

BOZANO S. CIA — O LL dos últimos nove meses findos em 30 de novembro atingiu Cr\$ 17,85 bilhões, com saldo de Cr\$ 3,22 bilhões na CM; receita financeira líquida (RFL) de Cr\$ 852 milhões e reserva de equivalência patrimonial (REP) de Cr\$ 14,34 bilhões.

PIRELLI — O LL de 84 foi de Cr\$ 68,32 bilhões, com saldo negativo de Cr\$ 235,64 bilhões na CM e LB de Cr\$ 578,87 bilhões. A RFL atingiu Cr\$ 11,70 bilhões e a REP, Cr\$ 23,12 bilhões.

BRADESCO — O LL de 84 atingiu Cr\$ 433,26 bilhões, com saldo negativo de Cr\$ 76,24 bilhões na CM e LB de Cr\$ 1,8 trilhão. A REP foi de Cr\$ 179,17 bilhões.

PARANAPANEMA — O LL de 84 atingiu Cr\$ 301,44 bilhões, com saldo negativo de Cr\$ 38,47 bilhões na CM e LB de Cr\$ 71,07 bilhões. A RFL foi de Cr\$ 49,67 bilhões e a REP de Cr\$ 239,22 bilhões.

Empresas & Ações

LA FONTE — O LL do semestre findo em 31 de outubro último atingiu Cr\$ 1,4 bilhão, com saldo negativo de Cr\$ 1,88 bilhão na CM e LB de Cr\$ 3,88 bilhões. A DFL foi de 1,37 bilhão e a REP negativa em Cr\$ 6 milhões.

Dividendos

PIRELLI — As AGO/E do dia 4 de março decidirão sobre o pagamento de dividendos (no total de Cr\$ 17,04 bilhões) referentes ao segundo semestre de 84.

SOUZA CRUZ — Na AGO de 8 de março a diretoria propôs a distribuição de Cr\$ 19 por ação relativos ao segundo semestre, valor que, somados aos Cr\$ 6 do primeiro, atingirá Cr\$ 25 no exercício.

SULBRASILEIRO CFI — Está distribuindo Cr\$ 0,29 por ação, relativo ao segundo semestre de 84.

BAMERINDUS SEG./BAMERINDUS FCI — A partir do dia 11 estarão distribuindo dividendos de Cr\$ 1,6847 (Bam. Seg.) e 1,2750 (Bam. FCI) por ação, relativos a janeiro de 85.

Assembléias

PARANAPANEMA — Realiza AGE em 11 de março, a fim de decidir sobre a

distribuição de dividendos e aumento do capital.

CAFÉ BRASÍLIA — Convoca acionistas para o próximo dia 21, a fim de deliberar sobre aumento de capital de Cr\$ 12,97 bilhões para Cr\$ 31,36 bilhões, mediante subscrição pública de 9,19 bilhões de ações.

LINHAS CÍRCULO — Realiza AGE no próximo dia 11 para deliberar sobre emissão particular de debêntures nominativas não endossáveis, conversíveis em ações preferenciais.

FICHET — Convoca acionistas para AGE a ser realizada no próximo dia 15, a fim de homologar aumento do capital.

Subscrições

CEMIG — Subscrição particular em ações de 9,498% no tipo, ao preço de Cr\$ 1; encerramento em 15/2/85.

LA FONTE — Subscrição pública de 218,475% em ações preferenciais da La. Fonte Fechadura S/A, ao preço de Cr\$ 1,20 cada; encerramento em 15/2/85.

POLYMAX — Subscrição pública de 100% no tipo, ao preço de emissão de Cr\$ 1,50 por ação; encerramento em 15/2/85.

ZANINI — Subscrição pública em ações de 21,858% no tipo, ao preço de Cr\$ 1 cada; encerramento em 27/2/85.

NA AUDIO
DESCONTOS
DE

10 a 50%

• Rua Estados Unidos, 609. Fone: 280-2322.

• Rua 24 de Maio, 196. Fone: 222-2344. Até as 19 h. Sábados até as 13 h.

• Av. Faria Lima, 1812. Fone: 210-5511.

• Shopping Center. Fone: 61-1137.

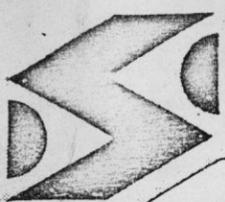
• Shopping Center Norte. Fone: 298-2733.

Aberta até às 22 h. Sábados até às 17 h.

Audio
a lógica do som, vídeo e computador.

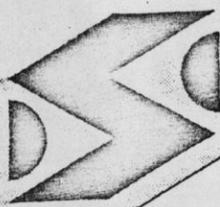
A Pan Am Refresca O Seu Verão.

Para o IBC, alto preço do café



O DESEMPREGO DE JOVENS NA ÁREA METROPOLITANA DE SÃO PAULO

- 1 - HÁ CERCA DE 180/200 MIL JOVENS ENTRE 10 E 20 ANOS DESEMPREGADOS, HOJE NA GRANDE SÃO PAULO - CERCA DE 30% DO TOTAL DE DESEMPREGADOS (ESTIMATIVAS PRELIMINARES DO SINE/SP).
- 2 - A TAXA DE DESEMPREGO DA PEA DE 10-17 ANOS DE IDADE, ALCANÇA ATUALMENTE QUASE 20 %.
- 3 - SE HOJE, SEGUNDO O IBGE, AS TAXAS DE DESEMPREGO JÁ ANUNCIAM UMA TENDÊNCIA DE QUEDA, PARA OS JOVENS ISTO AINDA NÃO É EVIDENTE (DADOS DO MÊS DE JULHO DE 1984), E SERÃO ELES OS ÚLTIMOS A SE BENEFICIAREM DA PRESENTE CONJUNTURA DE RECUPERAÇÃO DOS NÍVEIS DE EMPREGO (VIDE QUADROS).
- 4 - OS JOVENS TRADICIONALMENTE, SEMPRE ENFRENTARAM MAIORES TAXAS DE DESEMPREGO, QUE OS DEMAIS GRUPOS ETÁRIOS (FENÔMENO UNIVERSAL), TODAVIA, PARECE QUE SOFRERAM RELATIVAMENTE MAIS - ENQUANTO A TAXA DE DESEMPREGO DOS MESMOS SALTOU DE 14,43 % NA MÉDIA DO TRIMESTRE ABRIL-JUNHO DE 1982, PARA 20,31 % NO MESMO TRIMESTRE DE 1984 (MAIS 5,88 % DE DESEMPREGO), NA MÉDIA GLOBAL O DESEMPREGO SALTOU DE 5,54 % PARA 7,75 %, NA MESMA COMPARAÇÃO DE PERÍODOS (MAIS 2,21 % DE DESEMPREGO).
- 5 - NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1984, 15.228 MENORES DE 18 ANOS SE INSCREVERAM NOS POSTOS DE ATENDIMENTO DO SINE/SP, NO ESTADO DE SÃO PAULO (11,00 % DO TOTAL DE INSCRIÇÕES), PARA OS MESMOS, NO MESMO PERÍODO, HAVIA APENAS 3.858 VAGAS, OU SEJA, TÃO SOMENTE 25,3 % DAS INSCRIÇÕES. A TÍTULO DE COMPARAÇÃO, PARA O MOVIMENTO GLOBAL DO SINE/SP NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1984, AS VAGAS CORRESPONDIAM À 71,4 % DAS INSCRIÇÕES. PORTANTO, HÁ DE FATO RELATIVAMENTE MUITO MENOS VAGAS PARA OS JOVENS.
- 6 - ESTA ESCASSEZ RELATIVA DE VAGAS PARA OS JOVENS, SE REFLETE EM MAIORES DIFICULDADES DE COLOCAÇÃO DOS MESMOS - HAJA VISTO QUE, ENQUANTO AS COLOCAÇÕES ATINGIRAM 20,4 % DO TOTAL DE INSCRIÇÕES DO 1º SEMESTRE DE 1984, PARA OS JOVENS (MENORES DE



18 ANOS) AS MESMAS ALCANÇARAM APENAS 11,5 % DE SUAS INSCRIÇÕES.

- 7 - OS JOVENS SE INSCREVEM NO SINE PRINCIPALMENTE, PARA AS FUNÇÕES DE AUXILIAR DE ESCRITÁRIO, CONTÍNUO (OFFICE-BOY, MENSAJEIRO ETC), RECEPCIONISTAS, DATILÓGRAFO, E COMO PODE SER VISTO NO QUADRO DE OCUPAÇÕES, EXCETO PARA DATILÓGRAFOS, HÁ REALMENTE MUITO POUCAS VAGAS EM COMPARAÇÃO COM A MÉDIA GLOBAL DAS OCUPAÇÕES.
- 8 - NO CASO DE DATILÓGRAFOS, A ABUNDÂNCIA RELATIVA DE VAGAS, NÃO SE CONCRETIZA EM MUITAS COLOCAÇÕES, PORQUE, GERALMENTE O JOVEM NÃO TEVE CONDIÇÕES DE PASSAR POR UM CURSO DE DATILOGRAFIA (PELO MENOS AQUELES QUE VEM AO SINE/SP).

AREA METROPOLITANA DE SAO PAULO

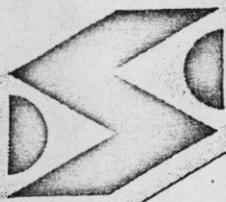
TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO DA PEA DE 10/17 ANOS
DE IDADE (MEDIAS)

	1982	1983	1984
JAN/MAR	-----	17,86	21,62
ABR/JUN	14,43*	18,40	20,31
JUL/SET	13,87	16,36	19,36**
OUT/DEZ	10,38	14,99	

* MÉDIA DE MAIO E JUNHO

** TAXA DO MÊS DE JULHO

SEGUE....



TAXA DE DESEMPREGO ABERTO DA PEA DE 18/24 ANOS

DE IDADE (MÉDIAS)

	1982	1983	1984
JAN/MAR	----	10,91	12,66
ABR/JUN	8,36*	11,60	12,23
JUL/SET	8,81	11,52	11,15**
OUT/DEZ	6,93	9,76	

* MÉDIA DE MAIO E JUNHO

** TAXA DO MÊS DE JULHO

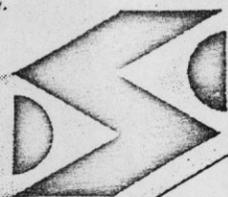
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO DA PEA DE 25/39

ANOS DE IDADE (MÉDIAS)

	1982	1983	1984
JAN/MAR	-----	4,76	5,82
ABR/JUN	3,86*	5,23	5,23
JUL/SET	4,15	5,19	4,87**
OUT/DEZ	3,32	4,78	

* MÉDIA DE MAIO E JUNHO

** TAXA DO MÊS DE JULHO



TAXA DE DESEMPREGO ABERTO DA PEA DE 40 E MAIS DE
IDADE (MÉDIAS)

	1982	1983	1984
JAN/MAR	----	2,68	3,29
ABR/JUN	2,27*	3,43	3,47
JUL/SET	2,31	3,23	3,15**
OUT/DEZ	2,00	3,31	----

*MÉDIAS DE MAIO A JUNHO

**TAXA DO MÊS DE JULHO

TAXA GLOBAL DE DESEMPREGO (MÉDIAS)

	1982	1983	1984
JAN/MAR	----	6,87	8,08
ABR/JUN	5,54*	7,41	7,75
JUL/SET	5,69	7,13	7,01**
OUT/DEZ	4,44	6,34	

* MÉDIAS DE MAIO A JUNHO

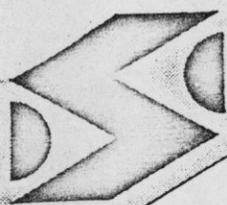
** TAXA DO MÊS DE JULHO

FONTE : IBGE / MTB - SES - SINE/SP

QUADRO XIX
1ª SÉRIE SINF. DE 1984

OCCUPAÇÕES MAIS OFERECIDAS E SOLICITADAS VAGAS OFERECIDAS, CANDIDATOS CADASTRADOS, CANDIDATOS COLOCADOS, RELAÇÕES PÉRIODICAS DE VAGAS E SALÁRIOS REGIONAL ESTÁDIO DE SÃO PAULO

CBO	DENOMINAÇÃO DA OCUPAÇÃO	V. OFERECIDAS		CAND. CADASTRAD.		CAND. COLOCAD.		V. OFERT./ CANDID. CADASTR.	COLOC./ VAGAS OFERTAS	COLOC./ CANDID. CADASTR.	MÍNIMO SALÁRIO SOLICIT.	MÁXIMO SALÁRIO OFERTADO	MÍNIMO SALÁRIO SOLICIT.	MÁXIMO SALÁRIO OFERTADO
		NÚMERO	(%) TOTAL	NÚMERO	(%) TOTAL	NÚMERO	(%) TOTAL							
99990	Ajudante Geral	5937	6,0	15375	11,1	4487	15,8	38,6	79,6	29,2	(Rp)	(Rp)	(Rp)	(Rp)
39310	Auxiliar de Escritório	3931	4,0	12229	8,8	1344	4,7	32,1	34,2	11,0	"	"	"	"
59990	Auxiliar de Serviços Gerais	2441	2,5	9387	6,8	863	3,1	26,0	36,2	9,4	"	"	"	"
55220	Faxineiro	4293	4,3	7587	5,5	1224	4,3	56,6	28,5	16,1	"	"	"	"
54020	Empregada Doméstica	5695	5,7	6997	5,0	2903	10,2	81,4	51,0	41,5	"	"	"	"
45130	Vendedor de Comércio Varejista Contínuo	2830	2,9	6596	4,7	1204	4,2	42,9	42,5	18,3	"	"	"	"
39970	Vigia	864	0,9	5230	3,8	379	1,3	16,5	43,9	7,2	"	"	"	"
96560	Motorista de Combustível	4134	4,2	4138	3,0	860	3,0	99,9	20,8	13,3	"	"	"	"
95110	Pedreiro, em geral	1163	1,2	3740	2,7	498	1,8	31,1	42,8	10,8	"	"	"	"
99920	Servente de Obras	2613	2,6	3549	2,6	947	3,3	73,6	36,2	26,7	"	"	"	"
39410	Recepcionista, em geral	2438	2,5	3452	2,5	1002	3,5	70,6	41,1	29,0	"	"	"	"
63320	Torneiro Mecânico	885	0,9	3017	2,2	268	0,9	29,3	30,3	8,9	"	"	"	"
79510	Costureiro Confecção em série, em geral	977	1,0	1446	1,0	368	1,3	67,6	37,7	25,4	"	"	"	"
67210	Soldador em geral	789	0,8	1301	0,9	386	1,4	60,4	49,1	16,3	"	"	"	"
95220	Atendente de Enfermagem	730	0,7	1274	0,9	205	0,7	57,3	28,1	16,1	"	"	"	"
95590	Motorista	461	0,5	1132	0,8	150	0,5	40,7	32,5	13,3	"	"	"	"
85405	Eletricista de Manutenção, em geral	639	0,6	1092	0,8	319	1,1	76,8	38,0	29,2	"	"	"	"
53110	Cozinheiro, em geral	679	0,7	1058	0,8	245	0,9	62,4	36,1	22,5	"	"	"	"
53260	Copeiro	419	0,4	1037	0,7	105	0,4	40,4	25,1	10,1	"	"	"	"
33130	Caixa	722	0,7	970	0,7	180	0,6	74,4	24,9	18,6	"	"	"	"
32105	Secretária, em geral	537	0,5	960	0,7	197	0,7	55,9	36,7	20,5	"	"	"	"
95410	Carpinteiro, em geral	575	0,6	861	0,6	177	0,6	66,8	30,8	20,6	"	"	"	"
85410	Mecânico Manutenção de Máq. em geral	507	0,5	845	0,6	157	0,6	60,0	31,0	18,6	"	"	"	"
39115	Alpoxarife	307	0,3	828	0,6	116	0,4	37,1	37,8	14,0	"	"	"	"
99950	Alimentador de Linha de Produção	320	0,3	806	0,6	195	0,7	39,7	60,9	24,2	"	"	"	"
93120	Pinotor de Obras	528	0,5	780	0,6	150	0,5	67,7	28,4	19,2	"	"	"	"
58320	Guarda de Segurança	574	0,6	749	0,5	242	0,9	76,6	42,2	32,3	"	"	"	"
45230	Vendedor a Domicílio	4955	5,0	675	0,5	226	0,8	73,1	5,6	33,5	"	"	"	"
84010	Ajustador Mecânico, em geral	361	0,4	663	0,5	155	0,5	54,4	42,9	23,4	"	"	"	"
87105	Encanador, em geral	836	0,8	658	0,5	305	1,1	127,1	36,5	46,4	"	"	"	"
81110	Harceneiro	646	0,7	633	0,5	262	0,9	102,1	40,6	41,4	"	"	"	"
42220	Vendedor Praeista	1738	0,2	617	0,4	207	0,7	281,7	11,9	33,5	"	"	"	"
84320	Mecânico Manut. Autom.Velo. e Simil.	555	0,6	615	0,4	184	0,6	90,2	33,2	29,9	"	"	"	"
53190	Ajudante de Cozinha	313	0,3	609	0,4	66	0,2	51,4	21,1	10,8	"	"	"	"
85510	Eletricista de Instalações em geral	488	0,5	606	0,4	126	0,4	80,5	25,8	20,6	"	"	"	"
33115	Auxiliar de Contabilidade	740	0,7	588	0,4	115	0,4	125,9	15,5	19,6	"	"	"	"
03985	Inspeor de Qualidade	287	0,3	558	0,4	89	0,3	51,4	31,0	15,9	"	"	"	"
32320	Dactilografia	506	0,5	557	0,4	97	0,3	90,8	19,2	17,4	"	"	"	"
95415	Carpinteiro de Obras	453	0,5	506	0,4	133	0,5	69,5	29,4	26,3	"	"	"	"
79550	Costureiro Confecções à máq. em série	803	0,8	496	0,4	98	0,3	161,9	12,2	19,8	"	"	"	"
97150	Embalador à Mão	171	0,2	493	0,4	51	0,2	34,7	29,8	10,3	"	"	"	"
38020	Telefonista	377	0,4	469	0,4	91	0,3	77,1	24,1	18,6	"	"	"	"
83915	Serralheiro	430	0,4	468	0,3	123	0,4	91,9	28,6	26,3	"	"	"	"
55125	Porteiro de Edifício	330	0,3	466	0,3	82	0,3	70,84	24,8	17,6	"	"	"	"
98535	Motorista de carro passeio	98	0,1	443	0,3	49	0,2	22,1	50,0	11,1	"	"	"	"
45120	Vendedor de Comércio Ascendista	4317	4,4	432	0,3	112	0,4	999,3	2,6	25,9	"	"	"	"
45220	Vendedor Ambulante	855	0,9	432	0,3	243	0,9	197,9	28,4	56,3	"	"	"	"
33960	Cobrador (Creditário)	215	0,2	380	0,3	73	0,3	56,6	34,0	19,2	"	"	"	"
84110	Montador de Máquinas, em geral	209	0,2	361	0,3	80	0,3	57,9	38,3	22,2	"	"	"	"
TOTAL "10 MAIS"		33.901	34,2	74.828	53,9	14.729	51,8	45,3	43,4	19,7	"	"	"	"
TOTAL "50 MAIS"		67.627	68,2	109.521	78,8	22.372	78,8	61,7	33,1	20,4	"	"	"	"
TOTAL GERAL DO ESTADO		99.211	100,0	138.914	100,0	28.407	100,0	71,4	28,6	20,4	"	"	"	"



O MENOR EM BUSCA DE EMPREGO

- 1- É EVIDENTE QUE A NECESSIDADE DO MENOR INGRESSAR NO MERCADO DE TRABALHO É CAUSA DIRETA DE UMA FAMÍLIA NUMEROSA E DO DESEMPREGO FAMILIAR.
- 2- ALÉM DA DIFICULDADE DE EXPRESSAR SUAS IDEIAS É SIGNIFICATIVO O NÚMERO DE MENORES QUE COMPARECEM ÀS NOSSAS AGÊNCIAS APRESENTANDO GAUEIRA, CAUSA ESTA QUE ESTÁ SENDO SERIAMENTE OBSERVADA.
- 3- OS MENORES QUE VÊM EM BUSCA DE EMPREGO APRESENTA GRANDE DESINFORMAÇÃO A NÍVEL GERAL E, PRINCIPALMENTE SOBRE EMPREGO (TRABALHO), NÃO SABENDO COMO SE COMPORTAR FRENTE A ENTREVISTA, ALÉM DE COMPARECEREM SUJOS E MAL VESTIDOS.
- 4- A MAIORIA DAS EMPRESAS QUE ACEITAM MENORES EM SEU QUADRO DE FUNCIONÁRIOS, PARA DIVERSAS FUNÇÕES, EXIJEM QUE OS MESMOS ESTEJAM ESTUDANDO, POREM, O MENOR ALEGA QUE É OBRIGADO A LARGAR SEUS ESTUDOS PARA IR EM BUSCA DE TRABALHO.
- 5- PELAS PRÓPRIAS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO, GRANDE PARTE DE MENORES NÃO APRESENTAM BOAS CONDIÇÕES FÍSICAS, E ESTE É UM REQUISITO / QUASE QUE CONSTANTE NAS VAGAS OFERTADAS.
- 6- É GRANDE O NÚMERO DE RASURAS NOS REGISTROS DAS CARTEIRAS PROFISSIONAIS, UMA VEZ QUE A MAIORIA DELAS APRESENTAM GRANDE INSTABILIDADE, NÃO PERMANECENDO, O MENOR, MUITO TEMPO EM SUAS FUNÇÕES, O QUE NOS LEVA A ARRISCAR UMA RELAÇÃO DE QUE A SATISFAÇÃO DE UM EMPREGO É, EM ALGUNS CASOS, APENAS MOMENTÂNEA.
- 7- PARA MELHOR APROVEITAMENTO DO FUNCIONÁRIO, AS EMPRESAS PREFEREM OS CANDIDATOS QUE MORAM PRÓXIMO AO TRABALHO E QUE POSSUAM BOA DACTILOGRAFIA.



RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E DESEMPREGO

Fato inconteste o atual processo de recuperação da economia brasileira, capitaneado pelo desempenho da produção industrial, elevados níveis de desemprego não impedem que a indústria ou outros setores de atividade econômica já se resintam da escassez de alguns tipos de mão-de-obra mais qualificada. Tal fato merece nossa consideração, pois abriga duas problemáticas complexas: de um lado, o perfil do desemprego, e de outro, o perfil da demanda de mão-de-obra já nesta fase de recuperação.

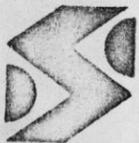
O PERFIL DO DESEMPREGO. Em primeiro lugar cabe lembrar que se o atual processo de recuperação da atividade econômica já produz sinais de queda das taxas de desemprego, estas ainda mantêm-se em elevados níveis relativamente ao passado próximo - especificamente todas as Regiões Metropolitanas investigadas pelo IBGE apresentam taxas de desemprego atuais superiores as de 1982 ou até de 1983, conforme o quadro registra.

TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO DA PEA DE 15 ANOS
OU MAIS DE IDADE POR REGIÕES METROPOLITANAS

PERÍODOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE
SET 81	8,96%	8,39%	8,21%	8,25%	7,27%	5,89%
SET 82	6,82%	5,69%	5,76%	5,06%	5,57%	5,01%
SET 83	8,40%	5,55%	8,09%	6,66%	7,22%	7,32%
SET 84	9,61%	7,80%	7,71%	6,45%	6,38%	6,06%

FONTE: IBGE

Na área metropolitana de São Paulo, onde é notoriamente visível a redução das taxas de desemprego, uma análise de seu perfil revela que indivíduos de 10 a 24 anos de idade representam cerca de 60% do total de desempregados (estimativa elaborada pelo Setor de Informática do SINE/SP com base na PNAD de 1983 e PME do IBGE). Efetivamente, em setembro último, indivíduos entre 10 e 17 anos e entre 18 e 24 anos ostentavam as maiores taxas de desemprego -



SINE/SP MINISTÉRIO DO TRABALHO
SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Relações do Trabalho

nome do capítulo

nome do volume

vigência	00 revisão	01 volume	capítulo	página
----------	---------------	--------------	----------	--------

16,05% para o primeiro grupo e 10,33% para o segundo, enquanto que a PEA de 25 a 39 anos de idade e a PEA de 40 anos e mais apresentavam taxas bastante inferiores, ou seja, 4,57% e 3,19% respectivamente. Pessoas de 25 anos e mais, representando, cerca de 40% do total de desempregados naquele mês, compunham um número relativamente reduzido de desemprego na Grande São Paulo - 177.000 pessoas. Assim o desemprego é fundamentalmente um fenômeno que afeta os / mais jovens e é predominantemente composto pelos mesmos.

À qualidade de jovens podemos associar também outras características à maioria dos desempregados: baixos níveis de instrução formal, baixa qualificação técnico-profissional e reduzida experiência de trabalho. E com relação aos demais desempregados, ou seja, pessoas com mais de 24 anos de idade, apresentam, grosso modo, as mesmas características anteriores, o que os faz impróprios para assumirem posições ocupacionais que exigem mais elevados níveis de instrução formal, maior qualificação técnico-profissional e maior experiência ocupacional.

Ressalta-se todavia que não afirmamos que não há indivíduos qualificados e experientes desempregados. Certamente que existem, contudo, são um número relativamente menor e predominantemente devem estar circunscritos a determinadas profissões e ocupações típicas de setores e ramos de atividade que viveram com mais dramaticidade a recessão econômica dos últimos anos, e ou recuperam-se à um ritmo mais lento que outros setores e ramos da economia. Um exemplo típico desta situação é a Construção Civil, que na Área Metropolitana de São Paulo vem apresentando desde há muito as maiores taxas de desemprego setorial. Em setembro último a taxa de desemprego do setor era de 11,96%, contra 6,62% da indústria, 7,62% do comércio, 5,37% dos serviços e 2,33% das demais atividades econômicas não classificadas (estatísticas do IBGE).

Devemos acrescentar ainda que os mais qualificados e experientes foram os últimos a serem demitidos e os primeiros a serem reempregados, e de todo modo, foram estes tipos de trabalhadores / os que, ao serem dispensados das empresas, mais reuniam condições materiais e técnicas para instalarem-se por conta própria - alguns voltaram a seus locais de origem onde até possuíam pequenas propriedades rurais; quantos instalaram-se em oficinas de manutenção e



nome do capítulo

nome do volume

vigência	00 revisão	01 volume	capítulo	página
----------	---------------	--------------	----------	--------

reparos as mais diversas; muitos tornaram-se proprietários e motoristas de taxi; outros passaram a desenvolver pequenas atividades comerciais, com ambulantes ou até mesmo com ponto fixo; etc,etc.De tal forma que estes, mais qualificados e experientes, foram os que menos sofreram a crise, os que menos passaram pela trágica e humilhante experiência do desemprego.

É preciso contar ainda que outras regiões do Brasil, à despeito de uma crise globalizada, ofereciam novas e recentes oportunidades econômicas capazes de atrair e fixar indivíduos.O Centro-Oeste parece ser o exemplo mais claro de situações como esta.E ademais, a expansão de determinadas atividades, em meio à própria crise,abriu a possibilidade para que alguns profissionais, na ausência de oportunidades vocacionais mais próprias, se empregassem condignamente, e aqui vale citar o caso dos engenheiros, que de uma maneira geral, encontraram muitos empregos como analistas de sistemas e profissionais de computação.

Verifica-se portanto que é plenamente compatível a escassez de mão-de-obra mais qualificada e experiente com a existência de elevadas taxas de desemprego, e até mesmo um fato previsível, uma vez recordada a recorrente experiência internacional.

O PERFIL DA DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA.Certamente não podemos / afirmar que este perfil tenha mudado substantivamente nos últimos anos.Não há indicadores suficientemente capazes para demonstrar que algo assim tenha ocorrido.Contudo, há tempo temos assistido à um vigoroso processo de transformações tecnológicas ao nível de processos de produção e de controles, atingindo todos os setores de atividade econômica.Notadamente, as inovações tecnológicas mais importantes estão diretamente ligadas ao computador, à microeletrônica e à informática em geral, e naturalmente que estas transformações produzem novas necessidades em termos de requisitos de mão-de-obra, e afetam portanto o mercado de trabalho.

Assim é que a crescente utilização de máquinas e equipamentos de controle numérico na indústria impõe modificações nas formas técnicas de organização dos processos de produção, extingue ocupações, cria e recria outras.Nas atividades burocrático administrativas o impacto da computação também é notável, e não requer grande esforço de imaginação para anteciparmos alguns de seus efeitos.

Estamos assim, sem dúvida, diante de transformações tecnoló-



SINE/SP MINISTÉRIO DO TRABALHO
SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Relações do Trabalho

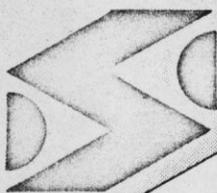
nome do capítulo

nome do volume

vigência	00 revisão	01 volume	capítulo	página
----------	---------------	--------------	----------	--------

gicas de magníficas proporções, e que deverão inexoravelmente produzir choques no mercado de trabalho, cujos efeitos já podem ser sentidos em alguns casos, quando por exemplo, uma empresa não se satisfaz com um torneiro mecânico de forno convencional para operar um torno eletrônico, quando escritórios administrativos inteiros / são substituídos por um computador e profissionais próprios para operar o sistema etc, etc, etc.

Assim é que o perfil do desemprego e o perfil da demanda de mão-de-obra, particularmente daquela que ora se define no contexto de profundas modificações tecnológicas, não são completamente conciliáveis. Provavelmente reduzir o desempenho de jovens e não qualificados de uma maneira geral será um problema permanente por muitos anos dado o fato de que nesta metade de década o crescimento do emprego ficou muito aquém de corresponder ao crescimento da força de trabalho, mas a questão da disponibilidade de mão-de-obra qualificada e apta a operar - novo aparelho de produção deve ser uma preocupação infinda, que deve tocar não apenas as instituições mais afetar às tarefas de formação profissional, mas à Governo, / particularmente quanto à formulação de uma política de emprego.



DIFÍCIL RECRUTAR QUALIFICADOS
APESAR DE ELEVADO DESEMPREGO

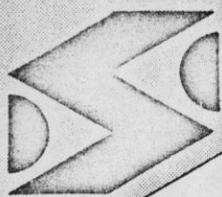
RESUMO : A) O DESEMPREGO HOJE NE GRANDE SÃO PAULO NÃO É
O DESEMPREGO DE TRABALHADORES QUALIFICADOS
FUNDAMENTALMENTE

B) AS EMPRESAS SÃO MUITO EXIGENTES NOS PROCESSOS
DE RECRUTAMENTO E SELAÇÃO

C) JÁ HÁ UM DESCOMPASSO TECNOLÓGICO ENTRE O PER-
FIL DO TRABALHADOR E O PERFIL DAS QUALIFICA-
ÇÕES NECESSÁRIAS ÀS EMPRESAS. ESTE DESCOMPAS-
SO TENDE A CRESCER

FATO 1 : O DESEMPREGO NA ÁREA METROPOLITANA DE SÃO PAULO É
AINDA ELEVADO. A RECUPERAÇÃO DOS NÍVEIS DE EMPRE-
GO AINDA NÃO FOI SUFICIENTE PARA REDUZIR AS TAXAS
DE DESEMPREGO AOS NÍVEIS DE 1982 - JÁ UM ANO DE
CRISE E DE ELEVADAS TAXAS RELATIVAMENTE À 1981 /
(VIDE QUADRO I).

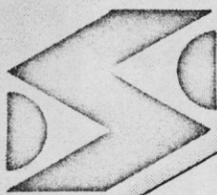
É VERDADE CNTUDO, QUE TAIS TAXAS APRESENTAM SIN-
AIS DE TENDÊNCIA DE REDUÇÃO (OBSERVE JUL/SET DE
1984 CONTRA JUL/SET DE 1983)



FATO 2 : O DESEMPREGO É FUNDAMENTALMENTE UM FENÔMENO QUE AFETA OS MAIS JOVENS, TRABALHADORES POUCO QUALIFICADOS, DE BAIXO NÍVEL DE INSTRUÇÃO E OU COM REDUZIDA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL. PELO MENOS C/ RELAÇÃO AO DESEMPREGO POR FÁIXAS ETÁRIAS, HÁ EVIDÊNCIAS DEFINITIVAS QUANTO A ESTE ASPECTO (COMPARE AS TAXAS DE DESEMPREGO DOS QUADROS II, III, IV E V, PARA CONSTATAR QUE SÃO OS MAIS JOVENS QUE PADECEM DE MAIS DESEMPREGO RELATIVO). PODE-SE ASSOCIAR ENTÃO, À CONDIÇÃO DE JOVEM, GROSSO MODO, AS CARACTERÍSTICAS DE : MENOR QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E MAIS BAIXOS ÍNDICES DE INSTRUÇÃO; E MENOR EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL. TEM-SE ENTÃO, O PERFIL MÉDIO DO DESEMPREGADO.

FATO 3 : PARA REFORÇAR ESTE PANORAMA, CONSTATAMOS QUE EM JULHO ÚLTIMO HAVIA NA GRANDE SÃO PAULO, CERCA DE 470.000 PESSOAS DESEMPREGADAS (MTB - IBGE), DOS QUAIS O SINE ESTIMA QUE DE 180.000 A 200.000 ERAM PESSOAS ENTRE 10 E 20 ANOS DE IDADE. SE ACRESCENTASSEMOS A ESTE NÚMERO OS INDIVÍDUOS DE ATÉ 25 ANOS DE IDADE, ALCANÇARÍAMOS TRANQUILAMENTE ALGO COMO 60/70 % DO TOTAL DE DESEMPREGADOS. O RESTANTE DO DESEMPREGO SERIA COMPOSTO POR PESSOAS DE OUTRAS FAIXAS ETÁRIAS, MAS FUNDAMENTALMENTE GUARDAM AS CARACTERÍSTICAS CITADAS ACIMA - PRINCIPALMENTE BAIXA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

FATO 4 : HÁ REALMENTE DESEMPREGO ABERTO DE TRABALHADORES DE MAIOR QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, NÍVEL DE INSTRUÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, MAS DIRIAMOS QUE ESTÃO MAIS CIRCUSCRITOS A DETERMINADAS FUNÇÕES/PROFISSÕES/OCUPAÇÕES CARACTERÍSTICAS DE DETERMINADOS SEGMENTOS DE ATIVIDADE QUE SOFRERAM MAIS AGUDA -



MENTE A CRISE E TARDAM A INICIAR O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO.

NESTE PONTO, DESTACA-SE A CONSTRUÇÃO CIVIL, QUE APRESENTAVA EM JULHO ÚLTIMO UMA TAXA DE DESEMPREGO DE 11,21% CONTRA 6,90 DA INDÚSTRIA, 7,23% DO COMÉRCIO, 5,70% DOS SERVIÇOS E 2,79% DE OUTRAS ATIVIDADES NÃO CLASSIFICADAS

O QUE OCORREU?

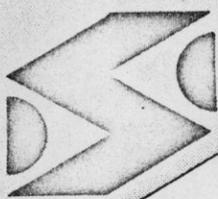
EM TODO ESSE PERÍODO RECENTE DE RECESSÃO ECONÔMICA QUE O BRASIL, E EM PARTICULAR O ESTADO DE SÃO PAULO ATRAVESSOU, A FORÇA DE TRABALHO NÃO SOFREU DE MAIS DESEMPREGO PORQUE:

A) MIGROU-SE PARA AS REGIÕES ONDE A CRISE DE EMPREGO ERA MENOR OU INEXISTENTE - EXEMPLO DO CENTRO OESTE DO BRASIL, E INCLUSIVE O PRÓPRIO INTERIOR DO ESTADO, QUE NOS ÚLTIMOS 8/9 ANOS VEM APRESENTANDO UMA PERFORMANCE RELATIVA MUITO MELHOR DO QUE A DA REGIÃO METROPOLITANA, INCLUSIVE NESTE ANO, ONDE O EMPREGO JÁ RECUPEROU-SE EM 5,52% , CONTRA 2,36% NA ÁREA METROPOLITANA.

B) PASSOU-SE AO SUBEMPREGO E OU AO MERCADO DE TRABALHO NÃO FORMAL - PARA SE TER UMA IDÉIA DA MAGNITUDE DESSES PROCESSOS NA ÁREA METROPOLITANA DE SÃO PAULO BASTA VERIFICAR AS MAGNITUDES DAS VARIÁÇÕES DO EMPREGO NÃO FORMAL EM ALGUNS PERÍODOS:

MAIO/82-MAIO/83.....	+ 5,7%
DEZ/83-MAIO/83.....	+ 4,6%
JUL/84-DEZ/83.....	+ 16,0%

É NOTÁVEL PORTANTO, O COMPORTAMENTO DESTA MERCADO, QUE EM JULHO DESTA ANO REPRESENTAVA 52% DO EMPREGO GLOBAL NA ÁREA METROPOLITANA DE SÃO PAULO (CONTRA 39% EM MAIO 82). DADOS SUJEITOS À REVISÃO. FONTE MTB-IBGE



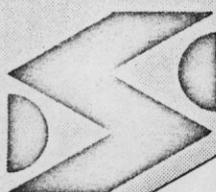
C) OS MAIS JOVENS RETARDARAM SUA ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO.

COM RELAÇÃO AS EXIGÊNCIAS POR PARTE DAS EMPRESAS HÁ DOIS TIPOS QUE MERECEM ATENÇÃO ESPECIAL:

A) A PRIMEIRA REFERE-SE AO HISTÓRICO PROFISSIONAL, PRIVILEGIANDO-SE AQUELES QUE TIVERAM UMA VIDA DE TRABALHO ESTÁVEL NO EMPREGO, QUANDO SABEMOS QUE UMA INTENSA ROTATIVIDADE MARCA A TRAJETÓRIA DOS TRABALHADORES, EM ESPECIAL AQUI NO BRASIL MESMO. PORTANTO ESTE É O TIPO DE EXIGÊNCIA DRACONIANA QUE AS EMPRESAS FAZEM E QUE É MUITO DIFÍCIL DE ATENDER. O SINE/SP TEM UMA LARGA EXPERIÊNCIA EM ENFRENTAR ESSE PROBLEMA.

B) A SEGUNDA REVELA ASPECTOS MAIS GRAVES E REFERE-SE ÀS QUALIFICAÇÕES DOS CANDIDATOS - HOJE REQUER-SE QUE UM DETERMINADO TIPO DE TRABALHADOR DESEMPEHE MAIS TAREFAS DO QUE AQUELAS TRADICIONAMENTE ERA LEVADO A REALIZAR. EXEMPLO: UM MOTORISTA DE CAMINHÃO PRECISA ATUALMENTE CONHECER QUASE COMPLETAMENTE OS PROCEDIMENTOS DE FATURISTA - NÃO É MAIS APENAS UM MOTORISTA.

NUMA FÁBRICA, QUALQUER TIPO DE TRABALHADOR É OBRIGADO A TAREFAS MAIS DIVERSIFICADAS DO QUE AQUELAS QUE SEMPRE EXECUTOU. HÁ UMA HORIZONTALIZAÇÃO MAIOR DO TRABALHO TANTO NAS LINHAS DE PRODUÇÃO, QUANTO NA ÁREA ADMINISTRATIVA BUCROCRÁTICA DAS EMPRESAS. O MAIS GRAVE, NO ENTANTO É QUE À DESPEITO DA CRISE ECÔNOMICA AS EMPRESAS INICIARAM UM VIGOROSO PROCESSO DE AJUSTAMENTO TECNOLÓGICO (FUNDAMENTALMENTE A INTRODUÇÃO DE PROCESSOS DE AUTOMAÇÃO, SEMI-AUTOMAÇÃO, UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E DE COMPUTADOR) QUE REQUER NOVAS QUALIFICAÇÕES PARA OS TRABALHADORES. EXEMPLOS: A CAIXA DE SUPERMERCADO ANTI-



GA NÃO OPERA UMA CAIXA REGISTRADA ELETRÔNICA SEM UM PREPARO E TREINAMENTO ADEQUADO ; UM OPERADOR DE MÁQUINA FERRAMENTA MECÂNICA NÃO OPERA TAMBÉM UMA MÁQUINA FERRAMENTA DE CONTROLE NUMÉRICO,

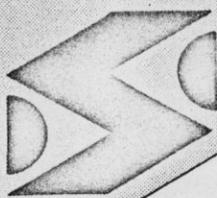
HÁ ENTÃO, EM MARCHA UM PROCESSO DE MUDANÇA DO PERFIL TÉCNICO-PROFISSIONAL DO TRABALHADOR EM RAZÃO DAS PRÓPRIAS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS PELAS QUAIS A ECONOMIA ATRAVESSA. PARA ILUSTRAR O QUE ESTAMOS AFIRMANDO TEMOS OS SEGUINTE FATOS:

- 1 - NO SEGUNDO TRIMESTRE DESTE ANO CAPTAMOS 625 VAGAS PARA COSTUREIROS DE CONFECÇÃO À MÁQUINA EM SÉRIE. PARA ESSAS MESMAS VAGAS HAVIA APENAS 277 CANDIDATOS INSCRITOS, PORTANTO UMA ÓTIMA RELAÇÃO VAGAS/INSCRITOS (225,6%), E MESMO ASSIM FORAM COLOCADOS APENAS 50 CANDIDATOS
- 2 - PARA ELETRICISTA DE INSTALAÇÕES CAPTAMOS NO MESMO PERÍODO 315 VAGAS, SURTI- RAM APENAS 214 CANDIDATOS, MAS TAMBÉM FORAM APROVEITADOS UM MÍNIMO DE 38 CANDIDATOS.

COMO ENTENDER ESTE FATOS SEM CONCLUIR QUE OS CANDIDATOS NÃO ATENDEM AS EXIGÊNCIAS DAS EMPRESAS?

CONCLUSÕES :

- 1 - HÁ REALMENTE ESCASSEZ DE TRABALHADORES QUALIFICADOS, DE UM LADO PORQUE O DESEMPREGO NÃO É FUNDAMENTALMENTE DESTE TIPO, E DE OUTRO, PORQUE HÁ UMA INADEQUAÇÃO TECNOLÓGICA CRESCENTE ENTRE AS

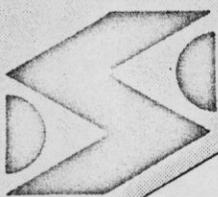


EXIGÊNCIAS DAS EMPRESAS E O QUE HÁ DISPONÍVEL NO MERCADO DE TRABALHO.

- 2 - AS EMPRESAS DEVERÃO PASSAR A DISPUTAR COM MAIORES OFERTAS DE SALÁRIO E MENORES EXIGÊNCIAS O QUE HÁ DE TRABALHADORES QUALIFICADOS DISPONÍVEIS NO MERCADO DE TRABALHO. LEMBRAMOS AINDA QUE ESTES FORAM OS ÚLTIMOS A SEREM DISPENSADOS E FORAM OS PRIMEIROS A SEREM REEMPREGADOS.

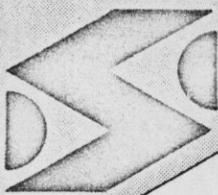
A EMPRESA QUE NÃO SE ORGANIZOU NA RETIRADA E NÃO SE ORGANIZA NA RECUPERAÇÃO TERÁ DIFICULDADES CADA VEZ MAIORES PARA SATISFAZER SUAS EXIGÊNCIAS.

- 3 - URGE QUE AS INTITUIÇÕES VOLTADAS A FORMAÇÃO PROFISSIONAL REVISEM E ADEQUEM SEUS PROGRAMAS À NOVA REALIDADE DO MERCADO DE TRABALHO QUE SE AFIRMA NO CONTEXTO DE UMA VERDADEIRA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA, QUE É ALIAS MUITO VIGOROSA, E ATINGE TODOS OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA: INDÚSTRIA, SERVIÇOS, COMÉRCIO, CONTRUÇÃO CIVIL ETC.

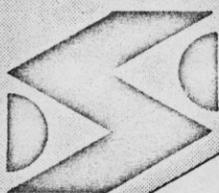


" DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO MERCADO DE TRABALHO "

- 57,1% DA FORÇA DE TRABALHO É COMPOSTA POR BRANCOS, 41% POR NEGROS E PARDOS.
- 81,4% DOS EMPRESÁRIOS, ADMINISTRADORES E PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR SÃO BRANCOS.
- 75% DO MERCADO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO É OCUPADO POR BRANCOS, E ESSES TÊM AS MELHORES POSIÇÕES E SALÁRIOS NA INDÚSTRIA, NA AGRICULTURA E NO SETOR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NO TRABALHO AUTÔNOMO É ONDE HÁ MAIOR DESPROPORÇÃO SALARIAL, ENTRE NEGROS, PARDOS E BRANCOS. EM MÉDIA, OS NEGROS E PARDOS GANHAM A METADE DO RENDIMENTO DOS BRANCOS.
- O NEGRO REPRESENTA O MAIOR CONTINGENTE DE POPULAÇÃO POBRE DO PAÍS- DO TOTAL DE 47% DOS BRASILEIROS COM RENDA IGUAL OU INFERIOR A UM SALÁRIO MÍNIMO, 38% SÃO BRANCOS, 63% DA POPULAÇÃO NEGRA.
- EM TODAS AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS, O NEGRO OCUPA POSIÇÕES INFERIOR AO DO BRANCO. NA CATEGORIA "OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR, EMPRESÁRIOS E ADMINISTRADORES" É ONDE EXISTEM MAIORES DESIGUALDADES, COM OS PRETOS E PARDOS GANHANDO, RESPECTIVAMENTE, 36,9% E 49,6% DO RENDIMENTO MÉDIO DOS BRANCOS.
- A MAIOR PARCELA DOS RENDIMENTOS FICA NA MÃO DOS BRANCOS, INDEPENDENTE DAS CATEGORIAS EM QUE ESTEJAM: OS BRANCOS DETÊM 85,4% DOS RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES NÃO-MANUAIS; 65,8% DOS RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES MANUAIS URBANOS E 57% DOS TRABALHADORES MANUAIS RURAIS.
- MESMO NA CATEGORIA DE TRABALHADORES MANUAIS RURAIS ONDE BRANCOS REPRESENTAM UMA PARCELA DE F. DE TRABALHO INFERIOR (48,3%) À DOS NEGROS, A PROPORÇÃO DE RENDIMENTOS DELES É SUPERIOR.
- NA CATEGORIA DE TRABALHADORES NÃO-MANUAIS, 77% DAS PESSOAS SÃO BRANCOS, E RECEBEM 85,4% DA RENDA. OS NEGROS QUE REPRESENTAM 20,5%



- DAS PESSOAS DA CATEGORIA, RECEBEM APENAS 11,5% DOS RENDIMENTOS.
- A PROPORÇÃO DE RENDIMENTO TENDE A SE ACENTUAR NAS OCUPAÇÕES QUE EXIGEM MAIOR QUALIFICAÇÃO, HABILIDADE OU MESMO A PROPRIEDADE DE ALGUNS INSTRUMENTOS DE TRABALHO PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADES AUTÔNOMAS.
 - A DESIGUALDADE SE FAZ PRESENTE TAMBÉM ENTRE OS BRANCOS E NEGROS RICOS. DOS 5% DA FORÇA DE TRABALHO CONSIDERADOS MAIS RICOS, 85,5% SÃO BRANCOS; OS NEGROS E PARDOS CORRESPONDEM RESPECTIVAMENTE A 1 E 9,9%. É TAMBÉM ENTRE OS BRANCOS ONDE A CONCENTRAÇÃO DE RENDA É MAIOR: 1% DOS BRANCOS MAIS RICOS SE APROPRIAM DE 17,9% DO RENDIMENTO TOTAL DOS BRANCOS, A MESMA PROPORÇÃO DE PARDOS MAIS RICOS FICA COM 14,4% DA RENDA DOS PARDOS, ENQUANTO OS NEGROS SE APROPRIAM DE 8,9% DO RENDIMENTO DO SEU GRUPO RACIAL. SE TRADUZIDO EM NÚMEROS, OS BRANCOS GANHARIAM SIES VEZES MAIS QUE OS NEGROS E TRÊS VEZES MAIS QUE OS PARDOS.
 - ATÉ OS 17 ANOS, 83,5% DOS BRASILEIROS SÃO OBRIGADOS A SE INSERIR NO MERCADO DE TRABALHO PARA AJUDAR SUAS FAMÍLIAS. MAS NO CASO DOS NEGROS E DOS PARDOS, A DESPROPORÇÃO É MAIOR QUE ENTRE OS BRANCOS: 90,4% DOS NEGROS E 87,3% DOS PARDOS RECORREM A UM EMPREGO QUALQUER ATÉ OS 17 ANOS, ENQUANTO QUE O PERCENTUAL DE BRANCOS É DE 80% (TAMBÉM UMA TAXA ALTÍSSIMA).
 - O TRABALHO DOS 5 AOS 14 ANOS IGUALMENTE UMA QUESTÃO DRAMÁTICA PARA TODOS: ATINGE 63,5% DOS BRASILEIROS, SENDO 61,4% DOS BRANCOS, 73,1% DOS NEGROS E 70,9% DOS PARDOS.
 - IGUALMENTE DRAMÁTICA É A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA. AS CHEFES DE FAMÍLIA DE COR NEGRÁ E PARDA CORRESPONDEM A 36,7% DO TOTAL DE FAMÍLIAS BRASILEIRAS, ENQUANTO AS BRANCAS CORRESPONDEM A 13,4%. SEUS RENDIMENTOS SÃO DUPLAMENTE AVILTADOS: EM RELAÇÃO AOS CHEFES DE FAMÍLIA HOMENS, QUE GANHAM O DOBRO QUE ELAS; E EM RELAÇÃO ÀS CHEFES DE FAMÍLIA BRANCAS, QUE GANHAM, TAMBÉM, SALÁRIO SUPERIOR. ENQUANTO A RENDA DE UMA FAMÍLIA CHEFIADA POR UM HOMEM BRANCO É DA ORDEM DE 6,2 SALÁRIOS, A FAMÍLIA DE UM NEGRO OU DE UM PARDO TEM RENDA MÉDIA DE 3 SALÁRIOS MÍNIMOS; SE ESSA FAMÍLIA CHEFIADA POR



UMA MULHER, A RENDA SERÁ DE 1,3 SALÁRIOS PARA A MULHER PRETA E 1,7 PARA A MULHER PARDA. NAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES BRANCAS, A RENDA MÉDIA É DE 3,2, SALÁRIOS MÍNIMOS.

- 60,6% DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS TÊM RENDIMENTOS ATÉ 3 SALÁRIOS, SENDO QUE A PRESENÇA DAS FAMÍLIAS NEGRAS (PRETAS E PARDAS) É MAIOR: 80,5% DAS FAMÍLIAS DE PRETOS E 74,7% DE PARDOS.

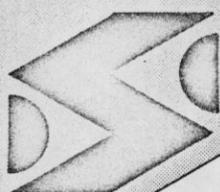
LUÍCIA HELENA GARCIA DE OLIVEIRA, ROSA MARIA PORCARO E TEREZA CRISTINA ARAÚJO COSTA - 2 O LUGAR DO NEGRO NA FORÇA DE TRABALHO ".

BASEADOS EM DADOS DE 1976, DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD) E ESTUDOS DE VIABILIDADE DE COR MÃO-DE-OBRA DO IBGE.

NO SINE NÃO TEMOS ESTATÍSTICAS PRÓPRIAS SOBRE DISCRIMINAÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO. NEM SOBRE QUALQUER OUTRO TIPO DE DISCRIMINAÇÃO DESTA NATUREZA.

QUANDO UMA EMPRESA NOS OFERECE UMA VAGA, NÓS NÃO RESERVAMOS, NA FICHA DE VAGA CORRESPONDENTE, UM ESPAÇO PARA A EMPRESA INDICAR SE ACEITA OU NÃO UMA PESSOA DE COR. ASSIM, NÃO TEMOS MEIOS DE CONTROLAR ISTO. ALIÁS, NÃO PODEMOS MODIFICAR NOSSA FICHA DE VAGAS PARA REGISTRAR FATOS COMO ESTES, MESMO COM A FINALIDADE ESTATÍSTICA. SERIA COMO LEGITIMAR A DISCRIMINAÇÃO RACIAL. SERIA FACILITAR ÀS EMPRESAS QUE ELAS PROCEDESSEM A DISCRIMINAÇÃO. SERIA COMO ADMITÍ-LA COMO UMA RESTRIÇÃO MORALMENTE ACEITÁVEL.

ASSIM, NOSSA EXPERIÊNCIA EM LIDAR COM O PROBLEMA É FUNDAMENTALMENTE PESSOAL. PERCEBEMOS A DISCRIMINAÇÃO TODOS OS DIAS EM NOSSOS POSTOS DE ATENDIMENTO. SABEMOS POIS, QUE A DISCRIMINAÇÃO ATINGE TODO TIPO DE OCUPAÇÃO EM TODO E QUALQUER POSTO HIERARQUICO DAS EMPRESAS. E ATÉ MESMO NAS OCUPAÇÕES EM QUE NOSSA MISERÁVEL E DISCRIMINATÓRIA CULTURA RESERVOU E IMPÔS FUNDAMENTALMENTE AO NEGRO NO BRASIL, COMO COPEIRA, ARRUMADEIRA, FAXINEIRA, EMPREGADA DOMÉSTICA ETC, OBSER



VAMOS COTIDIANAMENTE O TACÃO DO PRECONCEITO DE COR. QUE DIRÍAMOS ENTÃO, DAS OCUPAÇÕES NO COMÉRCIO E NOS SERVIÇOS ONDE AS TAREFAS E O TRABALHO EM GERAL ESTÁ MAIS ASSOCIADO AO ATENDIMENTO AO PÚBLICO.

Esta publicação faz parte de uma ação social desenvolvida pelo Governo Democrático de São Paulo, para implantação do Programa Nossa Horta articulado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, com a participação da Caixa Econômica do Estado de São Paulo e demais órgãos públicos estaduais, em apoio às iniciativas das Prefeituras, Fundos Sociais de Solidariedade Municipais, Entidades Sociais e da Comunidade.

Mãos à Horta.

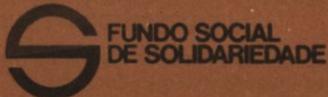
Programa Nossa Horta
Semente na terra, comida na mesa.

INFORMAÇÕES

Informações e inscrições para o Programa Nossa Horta devem ser encaminhadas para o endereço abaixo, com o nome completo e endereço completo. O prazo para inscrições é até 31 de maio de 1988. O programa é destinado a famílias de baixa renda e a pessoas que não possuem acesso à terra para cultivo de hortaliças. O programa é gratuito e não exige qualquer tipo de contribuição financeira. O programa é destinado a famílias de baixa renda e a pessoas que não possuem acesso à terra para cultivo de hortaliças. O programa é gratuito e não exige qualquer tipo de contribuição financeira.

Programa Nossa Horta
Semente na terra, comida na mesa.

PROMOÇÃO



FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



GOVERNO DEMOCRÁTICO DE SÃO PAULO
FRANCO MONTORO

APOIO



CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DE SÃO PAULO SA



POR QUÊ?

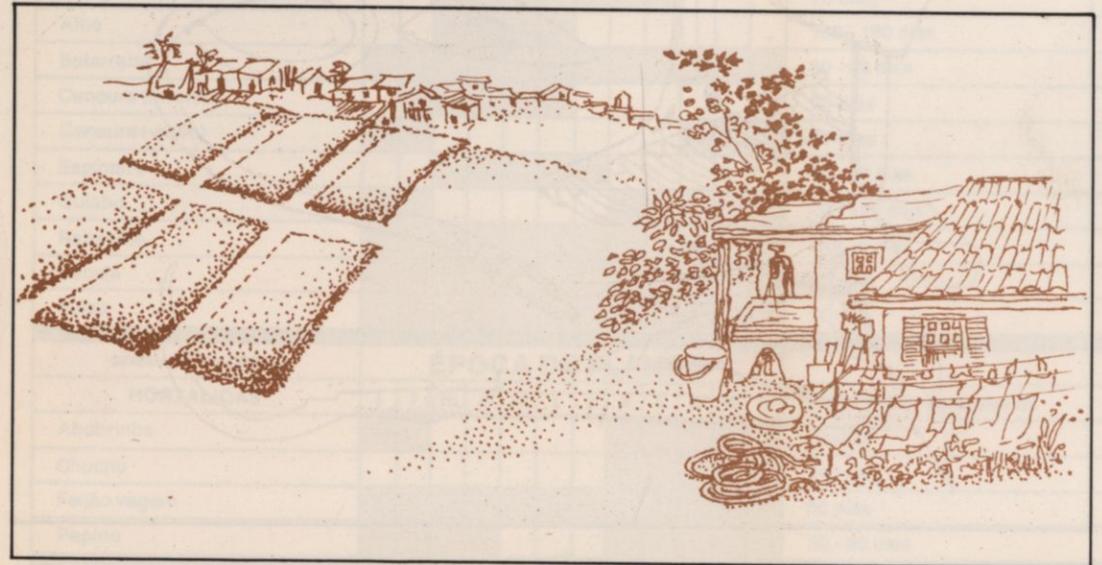
Uma das maneiras de você enriquecer sua alimentação com calorias, proteínas, vitaminas e sais minerais é fazer uma horta.

A horta permitirá que você tenha em sua mesa alimentos energéticos (milho, mandioca), proteicos (feijão) e os que possuem vitaminas e sais minerais (cenoura, almeirão). Esses alimentos farão com que seu organismo tenha um bom funcionamento e desenvolvimento.

As verduras e os legumes estão cada vez mais caros, mas para quem cultiva sua própria horta, estão de graça. É só semear a terra e colher o ano inteiro, sem gastar nada.

Para ajudá-lo nesse trabalho, fornecemos aqui algumas instruções bem simples para o cultivo de sua horta, desde o preparo do terreno, adubação e plantio, até a colheita. O restante vai depender de você, do seu esforço e dedicação.

ONDE?



Escolha do local

1. Perto das casas das famílias participantes.
2. Perto de onde exista água de boa qualidade.
3. Em local que receba bastante sol.
4. Longe das árvores, porque fazem sombra e retiram do solo os elementos nutritivos necessários às hortaliças.
5. Em terrenos não encharcados, ligeiramente inclinados.

COMO?

Preparar o terreno

1. Roce o mato usando a foice.



2. Capine o que sobrou com a enxada.



3. Limpe bem o local, retirando paus, pedras, vidros, latas e o mato, com o rastelo.



4. Cerque a área da horta com tela, bambu, arame farpado, etc.



Preparar os canteiros

1. Cave todo o terreno com enxada ou enxada a 1 palmo de fundura.



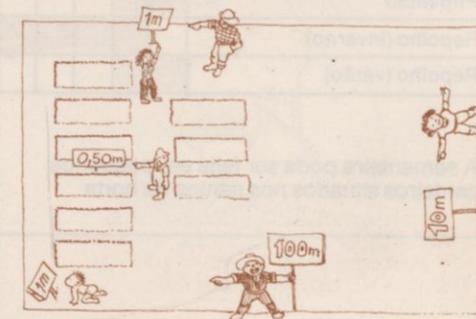
2. Desfaça os torrões, retire as pedras e afofe a terra.



3. Marque com estacas de madeira cada canteiro, de forma que tenha 1 m (5 palmos) de largura e o comprimento pode variar até 8 m.



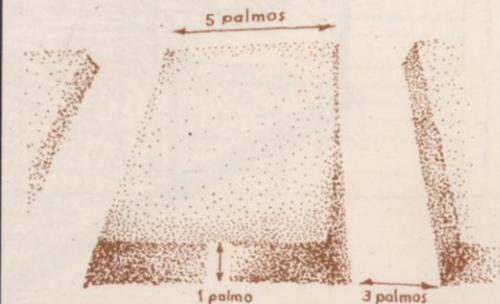
4. Mantenha os canteiros separados entre si por caminhos de 50 cm (3 palmos), afastados 1 m da cerca e nos corredores.



5. Coloque o adubo ou composto orgânico curtido, na base de 20 litros por metro quadrado de canteiro. Se for adubo de galinha, utilize a metade.



6. Misture bem com a terra, de forma que o canteiro fique com altura aproximada de 1 palmo.



Plantar em sementeira

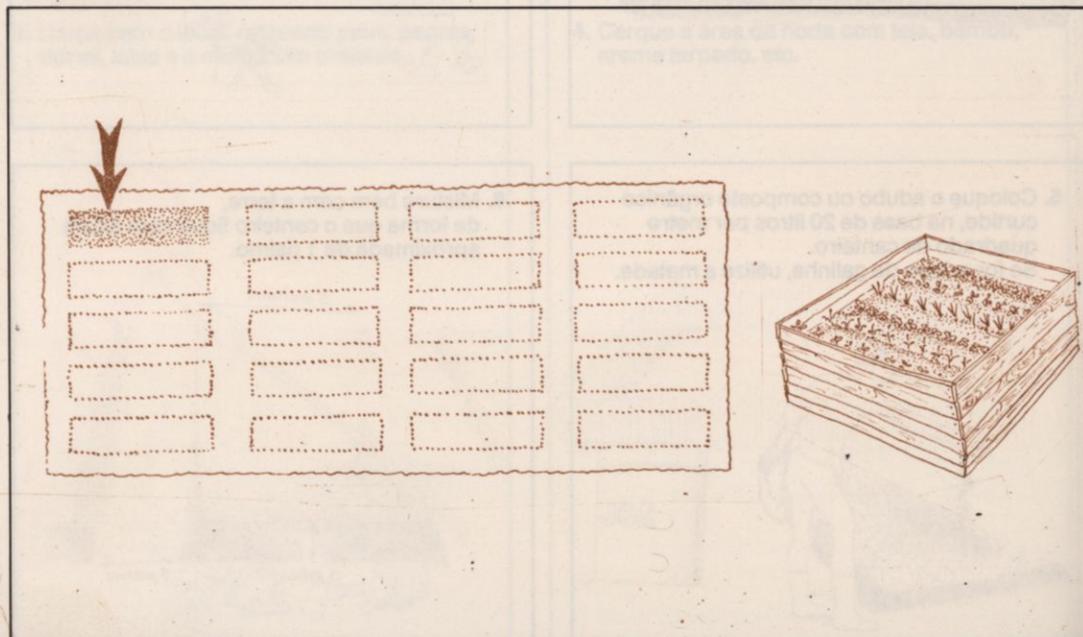
1. Algumas hortaliças, conforme tabela abaixo, devem ter suas sementes

inicialmente plantadas em sementeiras e depois transplantadas para os canteiros.

HORTALIÇAS	ÉPOCA DE PLANTIO												COLHEITA
	j	f	m	a	m	j	j	a	s	o	n	d	
Agrião													60 - 70 dias
Alface (inverno)													90 dias
Alface (verão)													90 dias
Beringela													110 - 120 dias
Brócolo (inverno)													100 dias
Brócolo (verão)													100 dias
Cebola													170 dias
Cebolinha													60 dias
Chicória													90 dias
Couve-Manteiga													70 dias
Couve-Chinesa													90 dias
Couve-flor (inverno)													90 dias
Couve-flor (verão)													90 dias
Pimentão													100 - 120 dias
Repolho (inverno)													100 dias
Repolho (verão)													100 dias

2. A sementeira pode ser feita em pequenos canteiros situados nos cantos da horta

ou em caixote. A terra deve ser fina e solta, se possível peneirada, e bem adubada.



3. Faça sulcos no sentido da largura do canteiro, distantes meio palmo uns dos outros, com 2 cm de fundura.



4. Distribua uniformemente as sementes nos sulcos.



5. Cubra as sementes com terra fina do próprio canteiro.



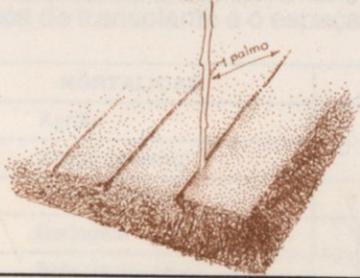
6. Regue de manhã e à tarde, até as sementes brotarem. Depois, basta uma vez por dia.



7. Proteja a sementeira com cobertura de bambu, folhas de bananeira, coqueiro, ramos de árvores ou tela de plástico verde ou preto, colocada 2 a 3 palmos acima do chão.



1. Nos canteiros já preparados, abra sulcos no sentido da largura do canteiro, distantes um palmo uns dos outros, com 2 cm de fundura.



2. Distribua uniformemente as sementes nos sulcos.



3. Cubra as sementes com terra fina, do próprio canteiro.



4. Molhe todos os dias, pela manhã e à tarde.



5. Quando as mudas tiverem de 4 a 5 folhas, faça o desbaste, arrancando as mudas mais fracas, deixando espaço para as que ficarem se desenvolvam melhor.

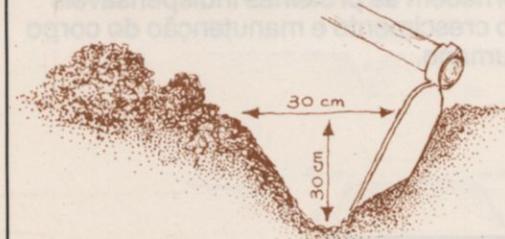


Plantar em covas

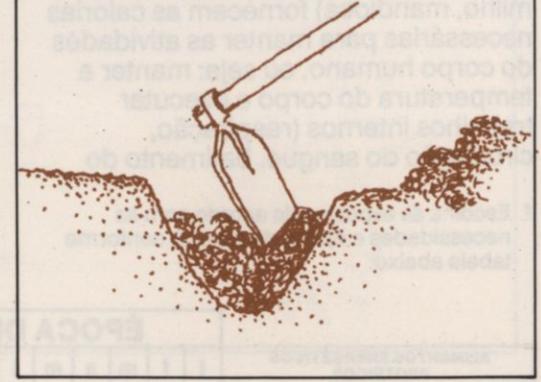
1. Algumas hortaliças, conforme tabela abaixo, são plantadas diretamente em covas fora dos canteiros.

HORTALIÇAS	ÉPOCA DE PLANTIO												COLHEITA: Após plantio	
	j	f	m	a	m	j	j	a	s	o	n	d		
Abobrinha														60 dias
Chuchu														240 dias
Feijão vagem														60 dias
Pepino														50 - 60 dias

2. Faça com o enxadão uma cova grande, contendo 30 centímetros de boca, por 30 centímetro de profundidade. A distância entre as covas deve ser de 40 centímetro a 1,60 metro.



3. Misture bem a terra com 3 a 4 litros de esterco e recolque no buraco da cova, junto com a terra. Deixe alguns dias antes de plantar.



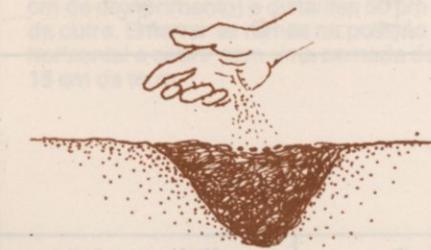
4. Faça uma cova rasa de 3 a 5 centímetros de profundidade.



5. Coloque de 3 a 4 sementes em cada buraco.



6. Cubra com pouca terra.



7. Molhe bem, diariamente, pela manhã ou à tarde.



8. O chuchu que nasce a partir de outro chuchu que estiver brotando não precisa ser totalmente enterrado.

9. O feijão-vagem e chuchu podem ser plantados junto a cercas ou em locais onde cresçam como trepadeiras.

Produzir alimentos energéticos e protéicos

Os alimentos energéticos (batata, milho, mandioca) fornecem as calorias necessárias para manter as atividades do corpo humano, ou seja: manter a temperatura do corpo e executar trabalhos internos (respiração, circulação do sangue, batimento do

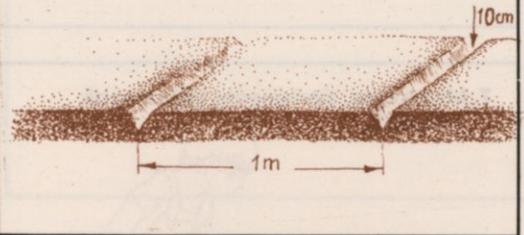
coração, etc.) e externos (andar, trabalhar, etc).
Os alimentos protéicos (feijão) fornecem as proteínas indispensáveis ao crescimento e manutenção do corpo humano.

1. Escolha as espécies de acordo com as necessidades e época de plantio, conforme tabela abaixo:

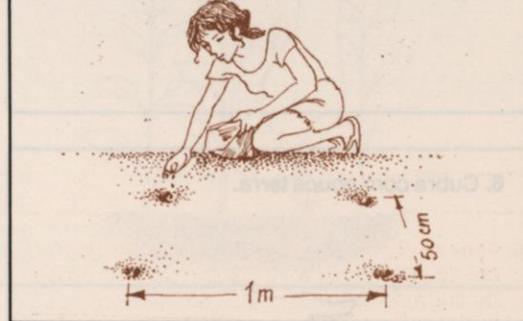
ALIMENTOS ENERGÉTICOS PROTÉICOS	ÉPOCA DE PLANTIO												COLHEITA: Após plantio	
	J	f	m	a	m	J	J	a	s	o	n	d		
Batata-doce														210 dias
Feijão-fava														150 dias
Feijão-guandu														240 dias
Mandioca														190 - 360 dias
Milho														90 - 150 dias

Plantar milho

1. Para plantar milho temos que: fazer os sulcos distantes 1 metro um do outro e com 10 cm de profundidade, colocar 7 sementes por metro de sulco e cobrir com 5 cm de terra.



2. Em terrenos pequenos pode-se semear o milho em covas, colocando 3 a 4 sementes por cova, a cada 50 cm por 1 metro.

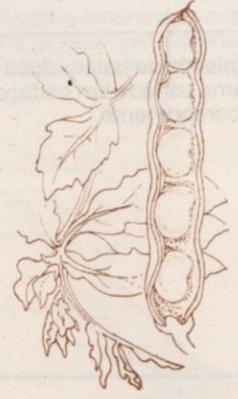
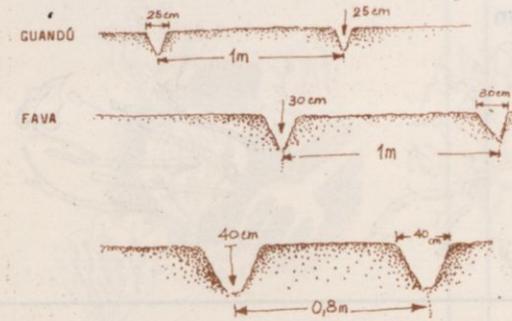


Plantar feijão

1. O feijão-guandu e o feijão-fava devem ser semeados em covas. Olhe o quadro abaixo.

Espécie	Distância entre as covas	Tamanho da cova	Nº de sementes por cova
Feijão guandu	1,0m x 1,0m	25cm fundura X 20cm largura	2 a 3
Feijão fava	1,0m x 0,5m 0,5m x 0,2m (variedade baixa)	30cm fundura X 30cm largura	2 a 3

2. O feijão-fava pode ser plantado próximo a cercas ou com estacas, porque cresce como trepadeira.



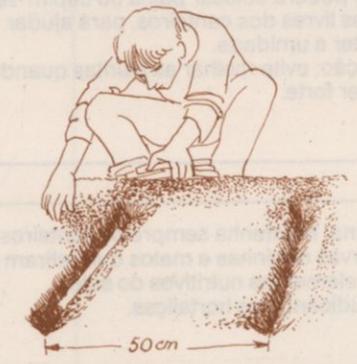
3. O feijão-guandu é uma planta perene, portanto, na colheita, colha apenas as vagens.

Plantar mandioca

1. Deve-se plantar a mandioca desta forma: utilizar as ramas da planta cortadas na região do "meio", com 20 cm de comprimento.



2. Faça covas de 25 cm de profundidade (por 40 cm de comprimento) e distantes 50 cm uma da outra. Enterrar as ramas na posição horizontal e cobrir com uma camada de 10 a 15 cm de terra.



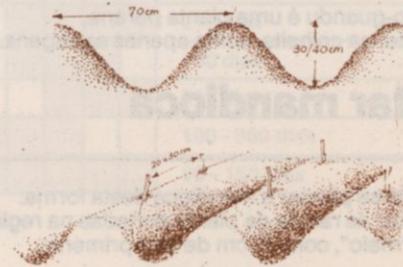
3. Para manter a produção constante, plantar novamente outra rama no local onde fez a colheita.

Plantar batata-doce

1. No plantio de batata-doce usa-se a rama cortada em pedaços de 30 - 40 cm de comprimento.



2. Levante os camalhões (leiras) com 30 a 40 cm de altura e separados 70 cm um do outro. A cada 20 a 30 cm enterre metade de um pedaço de rama no camalhão, retirando as folhas da parte que foi enterrada.



3. Afofamento da terra. Deixe sempre a terra dos canteiros bem fofa. Isso permite o arejamento e facilita a entrada da água na terra.



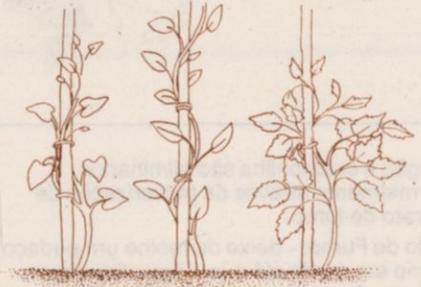
4. Amontoa. Quando você capinar ou afofar a terra, aproveite para amontoá-la nos pés das hortaliças, para facilitar o enraizamento. Algumas hortaliças só se desenvolvem bem dessa forma.



5. Adubação por cobertura. Além da adubação feita nos canteiros, você poderá fazer outro tipo, misturando 3 quilos de adubo para cada 20 litros de água. Deixe a mistura fermentar por uma noite e, no dia seguinte, regue próximo aos pés das hortaliças, usando a mistura no lugar da água.



6. Estaqueamento. O estaqueamento é necessário para as plantas trepadeiras ou para as que precisam de um suporte, a fim de evitar que cresçam encostadas na terra, como é o caso do tomate, da vagem e da ervilha, entre outras. As trepadeiras se prendem sozinhas nas estacas, mas o tomateiro, por exemplo, deve ter os seus ramos amarrados nos suportes.

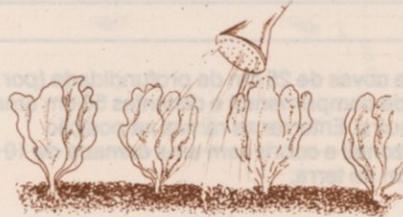


Conservar sua horta

Agora que suas hortaliças estão plantadas, resta cuidar delas para que cresçam saudáveis até serem colhidas.

Eis alguns tratos que a elas devem ser dispensados:

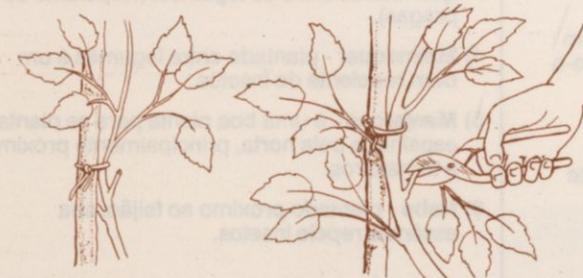
1. Regas. Depois que as hortaliças estiverem mais desenvolvidas, uma rega diária é suficiente para manter a umidade necessária. Você poderá colocar palha ou capim-seco nas partes livres dos canteiros, para ajudar a manter a umidade. Atenção: evite molhar as plantas quando o sol estiver forte.



2. Capina. Mantenha sempre os canteiros livres de ervas daninhas e matos que retiram a água e os elementos nutritivos do solo, prejudicando as hortaliças.



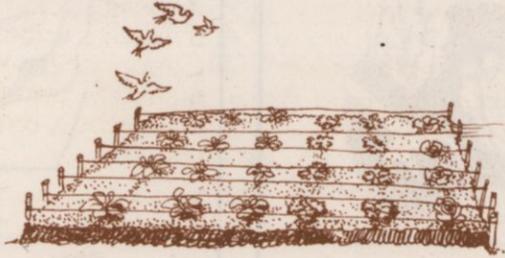
7. Retirada dos brotos. A retirada dos brotos que formam as ramificações para os lados faz com que as plantas produzam mais. O tomateiro é uma das espécies que se beneficiam desse cuidado.



8. Rotação. Faça rotação de cultura, ou seja, evite a repetição contínua de um mesmo tipo de hortaliça no mesmo canteiro.

Controlar pragas pelo processo natural

1. Proteja a horta da ação destruidora dos pardais, fazendo um trançado de barbante em cima do canteiro.



2. Observe diariamente as plantas, procurando descobrir sinais de pragas e doenças.



3. As pragas ou insetos devem ser eliminados manualmente, se possível, caso contrário indicamos a seguir algumas formas de combatê-las:

- a. Pulgão e colchonilha são eliminados normalmente através da pulverização de extrato de fumo.

Extrato de Fumo: - deixe de molho um pedaço de fumo em corda até que a água fique com coloração de chá fresco. Pulverize por toda planta quando do aparecimento de pulgão e colchonilha.

- b. Certas pragas que atacam especificamente determinadas plantas podem ser combatidas com a ajuda de misturas elaboradas através de outras espécies de plantas, cujas essências e princípios ativos afugentam ou matam tais pragas, como por exemplo:

- 1) Cebola espremida com alho, misturada com água - aplicada no pé de abóbora - protege-a contra o ataque de pragas.
- 2) Cebola espremida mais água - quando aplicada no pé de beterraba e batata é bastante eficiente, principalmente contra o pulgão.
- 3) Alho espremido mais água - eficiente para proteger plantas como feijão.
- 4) Manjerição espremido e socado com água - aplicado no pé de batata - protege-o contra o ataque de besourinhos.

- 5) Pimenta vermelha bem socada e misturada com bastante água e um pouco de sabão líquido ou em pó - funciona muito bem como repelente de insetos para todas as plantas.
- c. Outro método que pode ser usado é o plantio associado de plantas afins em que uma favorece o desenvolvimento da outra, como:
 - 1) **Alho** - deve ser plantado espalhado pela horta.
 - 2) **Camomila** - deve ser plantada próxima a cebola, hortelã e repolho.
 - 3) **Gerânio** - deve ser plantado em pequena quantidade entre os legumes. (Repelente de pragas).
 - 4) **Malmequer** - plantado entre legumes é um bom repelente de insetos.
 - 5) **Manjerona** - é uma boa planta para se plantar espalhada pela horta, principalmente próxima a tomateiros.
 - 6) **Nabo** - plantado próximo ao feijão, sua essência repele insetos.

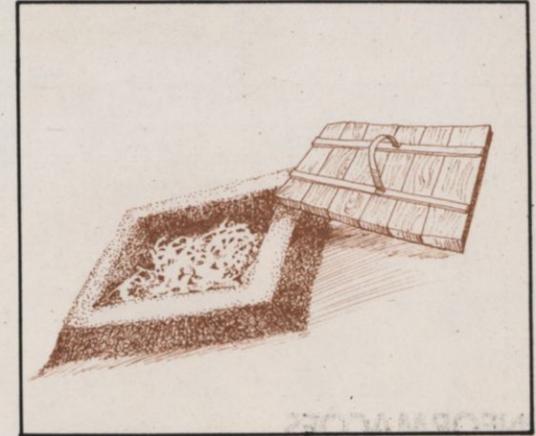
Como preparar o composto orgânico

O esterco animal bem curtido é um adubo de ótima qualidade. Para curtir o esterco animal, deve ser feita uma esterqueira, ou seja, depositar em um local esse esterco para que ele fermente e possa ser usado como adubo.

Os restos de cultura ou restos de alimentos também podem se transformar em adubo orgânico de boa qualidade, chamado composto. Nesse caso, deve-se fazer uma composteira, procedendo da seguinte maneira:

1. Você pode abrir um buraco no chão ou separar um caixote para depositar matéria orgânica.
2. Deposite em camadas: cascas de legumes, de ovos, de frutas, papéis, pó de café ou chá, poda de grama, folhas verdes ou secas, serragem, cinzas ou restos de cultura. Procure sempre alternar camadas de matéria-orgânica seca e úmida, separando-se por uma camada fina de terra.

3. Coloque uma camada de cal sobre o monte. A cal evita o mau-cheiro e as moscas e contribui, ainda, para diminuir a acidez do solo.
4. É importante que a composteira se mantenha sempre úmida, mas não encharcada, devendo permanecer coberta.





DIEESE

BOLETIM DO

ANO II MARÇO DE 1983

edição especial

**O trabalhador
e a crise
econômica**

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Rua das Carmelitas 149 -- 3º andar Fone 32 4823 (DDD-011) -- CEP: 01020 -- São Paulo



Política econômica agrava desemprego

A questão mais importante para os trabalhadores e para o movimento sindical, quando se trata de analisar a conjuntura pela qual passa o País, diz respeito às condições atuais e às perspectivas do mercado de trabalho.

No caso do Brasil a questão do emprego assume características de vida ou morte para a população assalariada, uma vez que, contrariamente a inúmeros outros países, aqui não há qualquer tipo de alternativa que garanta ao trabalhador e à sua família o mínimo essencial enquanto estiver desempregado.

Nesse sentido, o ano de 1981 não poderia ter sido mais adverso e dramático para a classe trabalhadora.

Ainda não existem dados definitivos sobre o desemprego no ano passado, mas algumas estimativas indicariam por volta de um milhão de trabalhadores desempregados, somente no setor industrial.

E, se considerarmos que para cada posto de trabalho industrial correspondem, segundo alguns, aproximadamente outros 3 no comércio, serviços, etc., o quadro teria sido ainda mais grave do que aquele apontado pelas estatísticas oficiais.

A pesquisa de Padrão de Vida e Emprego, realizada pelo DIEESE entre abril e junho de 1981, na região metropolitana de São Paulo, revelou que havia nessa época 774.000 pessoas desempregadas, o que representava 12,8% da População Economicamente Ativa da região. Além disso, numa perspectiva mais ampla, o problema do emprego passou a se tornar mais grave na medida em que, 18,4% dessa população, se encontrava numa situação de subemprego.

Esta situação, que em grande medida se deveu à política econômica recessiva adotada pelo governo a partir de novembro de 1980, como forma de enfrentar as dificuldades da economia (inflação, desequilíbrios das contas com o exterior, etc.), implicou numa opção de descarregar o peso maior da crise sobre os trabalhadores, uma vez que não foram tomadas quaisquer medidas que diminuíssem o impacto sobre a queda do nível de emprego.

Até o presente nenhuma iniciativa efetiva foi tomada para se reverter o aprofundamento da crise, permanecendo o governo, aparentemente, com a intenção de reeditar a política econômica restritiva para este ano.

Isto pode ser visto através das diretrizes adotadas no orçamento monetário para 1982, que muito pouco alteram o quadro de aperto creditício, dos juros elevados, etc. que constituem o centro da política recessiva.

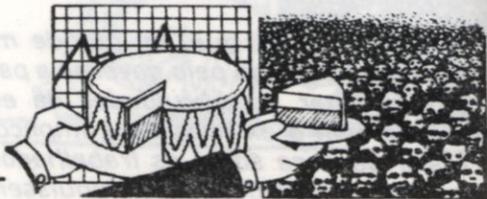
Outros exemplos que reforçam essa visão pessimista, diz respeito ao pequeno impacto sobre o nível de atividade e emprego causado pela ampliação dos prazos de financiamento dos bens de consumo durável, pelo modesto aumento das aplicações do BNH (89% em termos nominais), e pelo ainda restrito orçamento de investimentos das empresas estatais (inferior ao de 1978).

A estes pequenos estímulos contrapõem-se alguns elementos negativos como o esperado fraco desempenho do setor agrícola em virtude da redução da área plantada, quebras de safra, e da diminuição das margens de subsídios, que podem mais que compensar a parcial retomada do nível de emprego no setor urbano.

Portanto, quando o Ministério do Planejamento estima um crescimento da Produção Nacional (PIB) de 4% a 5% em 1982, isso não deve ser motivo de euforia. De fato, com essas taxas em dois anos, o PIB crescerá entre 1,9% e 2,9% (supondo-se uma queda de 1,9% em 1981). Nas condições brasileiras, um crescimento tão pequeno da produção, não gerará os empregos necessários para incorporar a parcela da população que chega a idade de trabalhar. Somente para efeito de comparação, a experiência recente no Brasil mostra que para cada 1% de crescimento no PIB significa cerca de 0,4% de aumento do emprego.

Assim, ao elevado número de desempregados em 1981, que dificilmente serão reocupados, juntar-se-á, em 1982, um contingente de novos cidadãos aptos para o trabalho, para os quais não haverá emprego.

Em resumo, a se manter a atual política econômica, nada leva a crer que assistiremos a uma recuperação dos níveis de emprego do passado recente, que já não eram satisfatórios. As consequências disso, em termos da situação sócio-econômica da classe trabalhadora, serão crescimento da mortalidade geral e em especial da infantil; a desnutrição, a "favelização" e, no limite, o aumento da criminalidade.



ALÉM DA INFLAÇÃO, RECESSÃO

Durante todo o ano de 81, o movimento sindical manifestou-se contrário à política econômica adotada pelo governo, apontando, várias vezes, os danos que aquela política causaria à economia do país e, principalmente, aos trabalhadores.

As manifestações contrárias que recebia, o governo respondia apresentando, como aspectos favoráveis da sua política econômica, o superávit da balança comercial: 1,2 bilhão de dólares de superávit em 81 contra 2,8 bilhões de dólares de déficit em 80; e a queda das taxas de inflação: 95,2% em 81 contra 110,2% em 80.

Para conseguir este superávit da balança comercial, ou seja, para exportar mais do que importar, o governo impôs medidas econômicas que acabaram reduzindo sensivelmente as importações de máquinas, equipamentos, matérias-primas e combustível. Na medida que estes produtos essenciais à produção foram importados em escala bem menor, muitas empresas precisaram reduzir a produção, cancelar planos de expansão, adiar projetos, etc.

O superávit, portanto, foi conseguido muito mais às custas da queda da importação, do que em consequência do bom desempenho das nossas exportações, e ninguém de bom senso pode considerá-lo um "resultado favorável", como alegou o governo, pois foi arrancado em meio a uma crise que atingiu todos os setores da economia, deixando milhares de trabalhadores sem emprego.

Quanto a queda das taxas inflacionárias, que segundo o governo teria sido obtida através da sua política econômica, que levou a crise ao setor industrial provocando demissões em massa, há pontos a serem considerados.

O primeiro seria um questionamento sobre o custo, demasiadamente alto, desta pequena queda nas taxas de inflação: para ver a inflação reduzida de 110,2% para 95,2%, no período de um ano, o Brasil enfrentou a pior crise econômica dos últimos 50 anos, com todas as suas consequências no plano social. Mas, ao contrário do que alega o governo, não foi a sua política recessiva que fez a inflação cair.

Segundo dados apresentados por alguns estudiosos, o sofrimento dos trabalhadores em 81 poderia ter sido aliviado. O que contribuiu efetivamente para reduzir as taxas inflacionárias foi a agricultura, exatamente o setor menos castigado com a política recessiva do governo. Pelo contrário, atravessou um ano de expansão, já que o governo teve de facilitar o crédito agrícola, para ter alimentos de sobra, mas, principalmente, ter o que exportar (milho, soja, etc).

Embora o crédito não fosse fácil para os pequenos produtores, a agricultura acabou recebendo recursos. Com isso, mais o fato de que 81 foi um bom ano em termos de clima e de chuvas, a produção agrícola cresceu e seus preços, ao contrário do que aconteceu no setor industrial, subiram bem menos em relação ao ano anterior: 70,7% em 81, contra 138,7% em 80.

Já no setor industrial, sobre o qual recaíram além das restrições de crédito e as altas taxas de juros, as consequências da redução nos investimentos públicos, e a desmobilização dos programas das empresas estatais, — características básicas da política recessiva — a produção teve uma queda próxima dos 10% e os preços continuaram subindo.

Analisando a evolução dos preços dos produtos que entraram no cálculo do índice de inflação do ano passado, nota-se que o crescimento dos preços dos produtos agrícolas teve uma redução acentuada, caindo de 138,2% (em 80) para 70,7% (em 81), enquanto os produtos industriais apresentaram uma evolução de preços da ordem de 99,7%, superior portanto, aos 95,2% da inflação global.

VARIAÇÃO ANUAL DOS PREÇOS POR ATACADO E DO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS

(EM %)

A N O	PRODUTOS INDUSTRIAIS	PRODUTOS AGRÍCOLAS	I G P (inflação)
1980	110,3	138,2	110,2
1981	99,7	70,7	95,2

Isto demonstra que se a inflação caiu em 81 foi em função do bom desempenho da agricultura que não sofreu restrições por parte do governo, pelo contrário, até que recebeu alguns estímulos.

Os dados disponíveis para os primeiros dois meses de 82 apontam para uma repetição do que aconteceu no ano passado. Os preços dos produtos industriais, comparados aos agrícolas, mostram uma elevação bem maior, pois enquanto os produtos agrícolas

apresentaram uma elevação de 5,3% em janeiro e 3,6% em fevereiro, os produtos industriais subiram 6,3% e 6,7% nos mesmos meses.

O quadro apresentado demonstra que os trabalhadores foram bastante prejudicados e inutilmente, já que a política econômica recessiva pode até ter contribuído para manter as altas taxas inflacionárias. E não foi por falta de advertência do movimento sindical, que o tempo todo apontou os danos desta política e exigia sua mudança.

CONJUNTURA

OU MUDA A ECONOMIA OU AUMENTA O DESEMPREGO

Dentre as muitas questões de que se tem ocupado o movimento sindical, a do desemprego assume proporção cada vez maior porque os níveis de desemprego e subemprego são alarmantes. A única proposta oficial como forma de resolver o problema é a retomada do crescimento da economia, tanto que o governo espera para este ano um crescimento de 5% no PIB — Produto Interno Bruto. Mas será que tal crescimento resolverá o problema do desemprego?

Durante o Seminário Regional de Estudos Sócio-econômicos promovido pelo Escritório Regional do DIEESE, em Belo Horizonte, o professor Paulo Piva, da Universidade Federal de Minas Gerais, demonstrou que esse crescimento de 5% é insuficiente para criar emprego aos atuais desempregados e para os novos contingentes de trabalhadores que, a cada ano, chegam à idade de trabalhar.

VARIAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO E DESEMPREGO

	1980	1985(*)
PEA	41.000.000	48.300.000
Empregados	38.950.000	43.046.000
Desempregados	2.050.000	5.254.000
Taxa de Desemprego	5%	10,9%

Fonte: FIBGE e CEDEPLAR
(*) Estimativa

Em 1980, conforme a tabela, a População Economicamente Ativa do Brasil era de 41 milhões, sendo que 2 milhões estavam sem emprego, o que representa uma taxa de 5% de desempregados naquele ano. Projetando estes dados para 1985 e considerando um crescimento do PIB de 5%, espera-

vai dobrar nestes 5 anos, passando dos atuais 5% para 10,9% em 1985 pois, pela experiência da economia brasileira, cada 1% de crescimento do PIB representa 0,4% de crescimento de emprego.

Esta previsão, no entanto, é muito otimista. Em 1981, por exemplo, o PIB brasileiro caiu 3,5%. Para recuperar

essa queda, nos próximos quatro anos o crescimento deveria ser de 7,3% ao ano. Mas ainda que venha a atingir os 7,3% ao ano — o que é difícil — o número de empregados dobrará. Portanto, a solução para o problema do desemprego não reside na simples ativação da economia. Este impasse, provocado por um modelo econômico que não atende aos interesses dos trabalhadores, deixa claro a necessidade de se redefinir os rumos da economia brasileira.

Para que o País apresente um crescimento socialmente mais justo e menos dependente de importações, o governo precisaria adotar várias medidas sobre as quais o movimento sindical já se manifestou, como, por exemplo:

a) — Alteração profunda da política econômica, dando prioridade para os investimentos de infra-estrutura social, como educação, saúde, saneamento, habitação popular, transportes de massas, etc.

b) — estabilidade e garantia no emprego para que o salário não fosse

achatado pela rotatividade e pudesse ser fortalecido o mercado interno.

c) — Aumento dos vencimentos dos aposentados, para que eles não sejam obrigados a disputar o mercado de trabalho com os mais jovens.

d) — Condições para que os jovens possam estudar e, portanto, retardar sua entrada no mercado de trabalho.

e) — Redução da jornada de trabalho sem redução de salário e limitação das horas-extras para que sejam abertos novos postos de trabalho.

f) — Reforma agrária, não só para dar melhores condições de vida ao homem do campo, também para evitar que ele seja obrigado a sair do seu lugar para aumentar o desemprego nas grandes cidades.

Estas medidas, que por si só, já representariam um grande avanço na direção de um desenvolvimento social mais justo, deveriam, no entanto, vir acompanhadas por decisões explícitas de política econômica que colocassem como questão prioritária dar emprego para a mão-de-obra existente.

SALÁRIO NÃO É INFLACIONÁRIO

Desesperado porque não consegue conter a inflação, o Governo parece disposto a arrochar ainda os salários, mesmo quando se sabe que não são os salários que causam inflação.

Desde que a inflação começou a engordar, atingindo o pesado índice de até 100% num período de apenas 12 meses, o Governo vem ministrando um tratamento antiinflacionário que além de não ser eficaz ainda produz efeitos colaterais.

As limitações de crédito, a contenção das despesas públicas, a elevação das taxas de juros, a concessão de incentivos fiscais para as exportações não serviram para emagrecer os índices e levaram o País a uma crise econômica que deixou centenas de milhares de trabalhadores sem emprego.

Agora, quando não há mais como negar o fracasso do tratamento, o Governo parece disposto a passar uma nova receita que pesará ainda mais no bolso do trabalhador: redução dos salários através de alguma mudança na atual política salarial.

Prescrevendo tal remédio o Governo estará atribuindo aos reajustes semestrais, baseados no atual INPC, as causas do grande mal nacional, o que é um erro, pois não foram os salários dos trabalhadores que levaram a inflação para a altura em que se encontra. Pelo contrário, os salários são reajustados apenas para acompanhar os preços, que sobem por outros motivos e estão sempre na frente do salário. Num período de seis meses (intervalo entre um reajuste e outro) o salário vai diminuindo mensalmente em relação ao custo de vida. O reajuste vem apenas re-

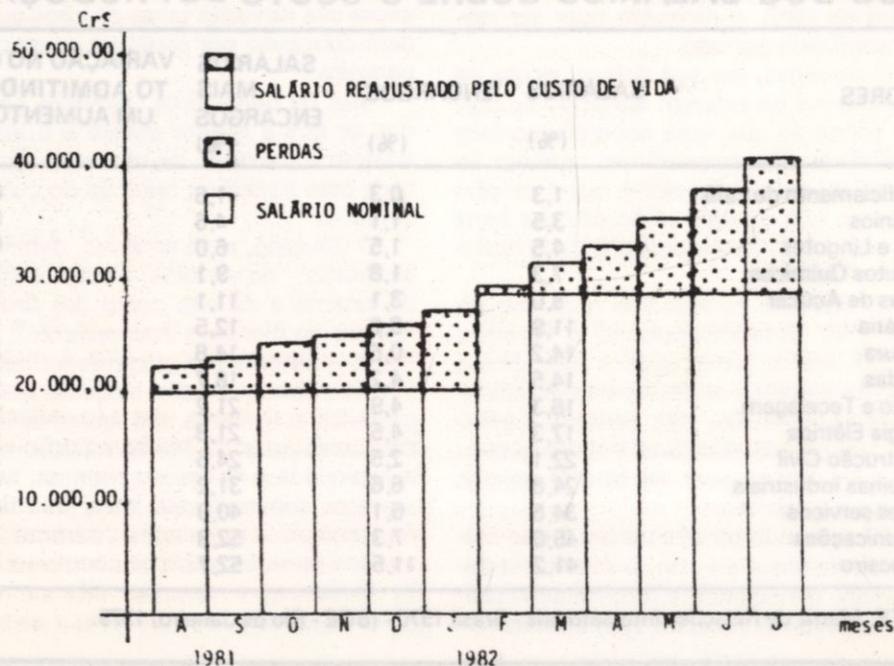
compor o seu valor real, a cada seis meses, sem permitir que os trabalhadores possam reaver o que foi perdido no intervalo entre os reajustes, e, no caso, quem se apropria dessas perdas são os vários agentes econômicos (indústrias, bancos, empresas de serviço e Governo) que têm poder de, constantemente, quase que diariamente, remarcar os preços dos bens e serviços vendidos.

Uma demonstração clara de que a elevação dos preços está sempre na frente pode ser vista através da análise da perda salarial mês a mês. Esta análise consiste na comparação, mês a mês, do valor nominal do salário corrigido semestralmente, conforme a política salarial, e do mesmo salário, só que corrigido mensalmente pelo índice de custo de vida. Um trabalhador com salário de Cr\$ 20.000,00 em agosto de 1981 e Cr\$ 28.272,00 a partir de fevereiro de 1982 (com reajuste semestral) perdeu com a alta do custo de vida, no período de um ano, Cr\$ 70.228,00, o equivalente a quase dois meses e meio do atual salário.

Os salários tanto não são inflacionários que estão sempre abaixo do nível de elevação dos preços, ou seja, enquanto os preços sobem a cada mês, os salários permanecem congelados durante seis meses, impondo aos trabalhadores perdas mensais que vão crescendo à medida que se distanciam do mês do seu reajuste.

PERDAS NO SALÁRIO

EVOLUÇÃO DO CUSTO DE VIDA (%) ATE O MÊS DE:	SALÁRIO REAJUSTADO PELO ÍNDICE DE CUSTO DE VIDA (Cr\$)	EVOLUÇÃO DO SALÁRIO NOMINAL (Cr\$)	PERDAS (Cr\$)	
1981				
Agosto	9,1	21.820,00	20.000,00	1.820,00
Setembro	15,2	23.040,00	20.000,00	3.040,00
Outubro	20,4	24.080,00	20.000,00	4.080,00
Novembro	24,7	24.940,00	20.000,00	4.940,00
50% do 13.º	-	12.470,00	10.000,00	2.470,00
Dezembro	28,9	25.780,00	20.000,00	5.780,00
50% do 13.º	-	13.310,00	10.000,00	3.310,00
1982				
Janeiro	36,9	27.380,00	20.000,00	7.380,00
Fevereiro	46,2	29.240,00	28.272,00	968,00
Março	56,8	31.360,00	28.272,00	3.088,00
Abril	65,5	33.100,00	28.272,00	4.828,00
Maio	75,3	35.060,00	28.272,00	6.788,00
Junho	88,5	37.700,00	28.272,00	9.428,00
Julho	102,9	40.580,00	28.272,00	12.308,00
TOTAL		379.860,00	309.632,00	70.228,00



NÃO É O COMPONENTE SALARIO QUE FAZ OS PREÇOS SUBIREM

Segundo o estudo do IBGE denominado "Matriz de Relações Intersetoriais", o peso dos salários no custo total das empresas é pequeno em relação aos outros itens.

Mesmo quando se consideram os encargos sociais (contribuição para Previdência Social, depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, férias etc), geralmente há outras despesas que têm um impacto maior no custo da produção.

Em toda indústria de alimentação, por exemplo, os salários e encargos pesam mais para a indústria de bebidas: 18,7%; e menos para o beneficiamento de café, produto que subiu 179,3% de julho do ano passado a junho deste ano. Embora o quilo de café custe Cr\$ 780,00 para o consumidor de São Paulo, encargos e salários representam apenas 1,6% dos custos do beneficiamento.

A partir da Matriz de Relações Intersetoriais do IBGE, o DIEESE elaborou um estudo onde se vê que se a indústria de bebidas, que apresenta custo mais elevado comparada a outras indústrias do setor de alimentação nos itens salários e encargos, negociasse um aumento real de 15% (acima da inflação) com seus empregados no ano passado, o aumento das suas despesas com salários seria de apenas 2,8%. Isso prevendo-se a manutenção do nível de produtividade, pois, aumentando a produtividade dos empregados poderá nem ocorrer aumento de custos salariais.

Mesmo tomando-se como base o setor financeiro ou de telecomunicações, onde a folha de pagamento, incluindo os encargos, representa metade dos custos totais, um aumento real de 15% nos salários significaria, para as empresas, mantendo seu nível de produtividade, no máximo, 7,9% a mais.

PESO DOS SALÁRIOS SOBRE O CUSTO DE PRODUÇÃO

SETORES	SALÁRIOS (%)	ENCARGOS (%)	SALÁRIOS MAIS ENCARGOS (%)	VARIÇÃO NO CUSTO ADMITINDO-SE UM AUMENTO DE 15%
Beneficiamento de café	1,3	0,3	1,6	0,2%
Laticínios	3,5	1,1	4,6	0,7%
Gusa e Lingotes	4,5	1,5	6,0	0,9%
Produtos Químicos	7,3	1,8	9,1	1,4%
Usinas de Açúcar	8,0	3,1	11,1	1,7%
Pecuária	11,9	0,6	12,5	1,9%
Lavoura	14,2	0,6	14,8	2,2%
Bebidas	14,5	4,2	18,7	2,8%
Fiação e Tecelagem	16,3	4,9	21,2	3,2%
Energia Elétrica	17,3	4,5	21,8	3,2%
Construção Civil	22,1	2,5	24,6	3,7%
Máquinas Industriais	24,6	6,6	31,2	4,7%
Outros serviços	34,8	6,1	40,9	6,1%
Comunicações	45,0	7,3	52,3	7,8%
Financeiro	41,2	11,5	52,7	7,9%

FONTE: Matriz de Relações Intersetoriais - Brasil 1970 - IBGE - Rio de Janeiro/ 1979.

A própria Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo num trabalho de "Considerações sobre a política salarial" demonstra que um aumento real, isto é, já descontada a inflação, de 7% na folha de salários da indústria metalúrgica pode ser compensado com a redução de apenas 1,19% de outras despesas que, segundo o mesmo trabalho, correspondem a 80,8% do total dos custos da produção.

Muitos trabalhadores já estão pagando caro, com desemprego e rebaixamento salarial através da rotatividade, os erros que o Governo comete. Impor novo arrocho salarial é persistir nos erros apontados até aqui pelo movimento sindical, que terá parte do seu salário confiscada, reforçando a concentração de renda, sem que isso leve à redução dos atuais índices de inflação.

Para complicar a situação, a inflação nos preços dos produtos e serviços no mês de junho subiu 8,0%. O aumento pago pelos atacado e varejo foi de 179,3%. Os preços de produtos e serviços, como bem sabemos, permitiram que as empresas do setor financeiro, que são acusadas pelos empresários de inflação, tenham conseguido um aumento de 15% nos salários por ocasião da negociação com os sindicatos. Isso ocorreu em junho de 1982, e ninguém quer ser responsabilizado por isso.

O Governo, em sua defesa, acusa as empresas de estarem elevando os preços de seus produtos e serviços. Os empresários também se defendem acusando: dizem que o próprio Governo tem elevado os preços dos produtos e serviços sob sua responsabilidade muito além da inflação.

Na verdade, os dois são responsáveis pela nova onda inflacionária: o Governo porque adotou uma política econômica que não resolveu os problemas do país - os pagamentos, não contava a inflação com uma política de desemprego já com as maiores taxas de desemprego já verificadas no País.

Os empresários porque impedem medidas voltadas para uma política de redistribuição de renda e não admitem qualquer controle sobre o seu poder de compra.

Os serviços públicos controlados pelo Governo, a energia elétrica subiu 10,1% nos últimos 12 meses e as tarifas de energia elétrica subiram 143,3% em julho de 1982. Os preços dos produtos e serviços no mês de junho subiram 8,0%. O aumento pago pelos atacado e varejo foi de 179,3%. Os preços de produtos e serviços, como bem sabemos, permitiram que as empresas do setor financeiro, que são acusadas pelos empresários de inflação, tenham conseguido um aumento de 15% nos salários por ocasião da negociação com os sindicatos. Isso ocorreu em junho de 1982, e ninguém quer ser responsabilizado por isso.



GOVERNO E EMPRESÁRIOS LEVAM INFLAÇÃO PARA 97,7%

Governo e empresários têm-se acusado mutuamente devido a última alta da inflação. Embora ninguém assuma a responsabilidade, tanto um quanto outros são responsáveis pela elevação dos preços.

Os aumentos de preços de diversos produtos, bens e serviços no mês de junho desencadearam um movimentado jogo de acusações entre autoridades governamentais e empresários. Tais aumentos levaram a inflação para a incômoda marca de 97,7% no período de julho de 1981 a junho de 1982, e ninguém quer ser responsabilizado por isso.

O Governo, em sua defesa, acusa os empresários de estarem elevando os preços acima do que seria economicamente justificável. Os empresários também se defendem acusando: dizem que o próprio Governo tem elevado os preços dos bens e serviços sob sua responsabilidade muito além da inflação.

Na verdade, os dois são responsáveis pela nova onda inflacionária: o Governo porque adotou uma política econômica que não resolveu os problemas do balanço de pagamentos, não conteve a inflação como seria desejável e ainda provocou as maiores taxas de desemprego já verificadas no País.

Os empresários porque impedem medidas voltadas para uma política de redistribuição de renda e não admitem qualquer controle sobre o seu poder de remar-

car os preços de produtos, bens e serviços, como bem entendem.

No jogo de acusações há um lance todo especial para os empresários do setor financeiro. Eles são acusados pelos demais empresários de estar contribuindo decisivamente para a alta inflacionária por causa das elevadas taxas de juros que andam cobrando por qualquer operação financeira.

Mas os banqueiros, também partidários de que a melhor defesa é o ataque, acusam o Governo de não estar fazendo nada para permitir a redução do custo do dinheiro.

O Governo, mais uma vez, defende-se acusando: "na verdade, a culpa é da dívida externa e do alto custo dos financiamentos no mercado internacional", justificam as autoridades governamentais.

Uma demonstração evidente que empresários e Governo são igualmente responsáveis pelos 97,7% de inflação são os aumentos dos diversos produtos, bens e serviços, determinados tanto pelo Governo como pelos empresários particulares.

Dos serviços públicos controlados pelo Governo, a energia elétrica subiu 108,1% nos últimos 12 meses e as tarifas

de água e esgoto aumentaram 132,3% no mesmo período. Além disso, os preços de gás engarrafado e cigarros, tabelados pelo Governo, subiram 103,5% e 135,0%, respectivamente. Todos bem acima da inflação.

Por outro lado, produtos, bens e serviços, cujos preços estão liberados e pesam bastante no custo de vida, também foram além dos 97,7%. Os remédios, por exemplo, subiram 158,7%; os serviços de saúde, 131,5%; a educação, 143,3%; o vestuário, 104,9% as bebidas, 115,2% e o café, 179,3%.

Para complicar ainda mais, a mesma tendência de crescimento já se observa nos preços dos produtos por atacado, que no mês de junho subiram 9,3%, mais que a própria inflação, que foi de 8,0%. O aumento pago pelos atacadistas em junho será repassado aos consumidores, o que permite dizer que o custo de vida atingirá níveis mais elevados nos próximos meses.

O movimento sindical tem denunciado reiteradas vezes essa política econômica e mostrado que nossos problemas mais

graves, como dívida externa, inflação muito alta, queda do ritmo de atividades econômicas e o alarmante desemprego serão resolvidos somente com medidas mais abrangentes e profundas.

Como exemplos, o movimento sindical tem apontado a necessidade de o Governo estabelecer um controle rigoroso dos preços de setores que são, quase todos, dominados por um pequeno número de grandes empresas; controlar os preços das suas próprias empresas, evitando que continuem a subir como nos últimos 12 meses; reduzir, ou mesmo tabelar, os juros cobrados no sistema financeiro.

Resumindo: é preciso ter claro que um combate eficiente à inflação exige medidas que obriguem banqueiros e demais empresários a abrir mão de uma parcela dos seus lucros.

Esta é a única alternativa para evitar que uns poucos continuem a se beneficiar com a escalada de preços, enquanto a grande maioria da população sofre todas as consequências.



IMPOSTOS PESAM MAIS SOBRE OS POBRES

O sistema tributário brasileiro é tão injusto que as famílias de baixa renda são exatamente as mais atingidas pela carga de impostos, taxas e contribuições.

Toda vez que o trabalhador adquire um bem, compra um produto qualquer, ou usa um serviço, paga um determinado preço. Se pegarmos esse preço para saber como ele é formado veremos que dentro dele há diversos impostos, alguns dos quais raramente ouvimos falar, mas que podem influir muito no que pagamos.

No preço do cigarro que chega ao consumidor, por exemplo, além do custo da matéria-prima (fumo, papel etc.), e da produção (salário dos empregados, manutenção das máquinas etc.) está embutido também o custo de diversos impostos, como ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias, IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, etc.

COMPONENTES DE PREÇO DO CIGARRO

COMPONENTES	%	Cr\$
Fabricante		
Matérias-primas, salários e encargos, instalações e máquinas, despesas gerais e lucros	15,6	23,40
PIS	1,0	1,50
Selo de controle	0,8	1,20
FINSOCIAL	0,6	0,90
ICM	3,4	5,10
Varejista		
Gastos gerais do comércio, aluguéis, salários e encargos, lucros	9,2	13,80
ICM	1,8	2,70
IPI	67,6	101,40
Preço Final	100,0	150,00

Isto acontece por causa do Sistema Tributário, que é o conjunto de impostos propriamente dito, das taxas e contribuições, inclusive as ligadas à previdência social, que o governo (municipal, estadual e federal) cobra da população, de forma direta ou indireta, para a sua arrecadação.

Assim como toda política econômica do País, o sistema tributário brasileiro privilegia os mais ricos em prejuízo dos mais pobres: a carga tributária, ou seja, a parte da arrecadação proveniente de impostos, é baixa em relação a outros países e além disso sua distribuição é injusta, pois os

impostos existentes atingem mais pesadamente a população de baixa renda.

Enquanto na Suécia a carga tributária total de 1979 representava 47,6% do PIB - Produto Interno Bruto - no Brasil não passava de 24,7. O percentual mais baixo, nesta relação carga tributária/PIB, entre 17 países capitalistas industrializados, naquele ano, foi de 27,1%, ainda assim mais elevado que o Brasil.

Mesmo incluído num bloco de 14 países em desenvolvimento, semi-industrializados, o Brasil ficou em sexto lugar no que diz respeito à maior participação da carga tributária bruta total no PIB.

CARGA TRIBUTÁRIA COMO PORCENTAGEM DO PIB

PAISES	Carga Tributária Bruta Total 1979
GRUPO I - PAISES INDUSTRIAIS C/ ECONOMIA DE MERCADO	
Suécia	47,6
Holanda	46,6
Dinamarca	45,1
Noruega	45,1
Bélgica	41,6
Austria	40,8
França	39,5
Alemanha, República Federal	37,8
Finlândia	33,3
Irlanda	32,2
Reino Unido	32,1
Itália	31,3
Suíça	30,4
Canadá	29,0
Nova Zelândia	28,7
Estados Unidos	27,8
Austrália	27,1
GRUPO II - PAISES EM DESENVOLVIMENTO SEMI-INDUSTRIAIS	
Israel	53,9
Iugoslávia	34,3
Grécia	28,6
Egito	25,9
Portugal	25,5
Brasil	24,7
Espanha	23,5
Uruguai	20,9
África do Sul	19,8
Venezuela	19,5
Turquia	18,8
Singapura	17,3
Coreia Rep	17,0
México	13,7

Fonte: F.M. Government Finance Statistics Yearbook, vol. V 1981

Note: Por falta de publicação de dados atualizados não foram incluídos no primeiro grupo o Japão e no segundo: Argentina, Polónia, Romênia, Hong-Kong e Irã

Um sistema tributário justo caracteriza-se pela **progressividade**, ou seja, a carga tributária pesa mais para as pessoas que têm mais dinheiro. O do Brasil é exatamente o contrário: sua principal característica é a **regressividade**; pois a carga tributária pesa mais para os mais pobres.

A essência dessa injustiça começa no fato de o Brasil arrecadar mais em impostos indiretos do que nos diretos.

Imposto direto é o que incide, ou recai, sobre um rendimento, inclusive salário, no momento em que se recebe tal rendimento. O principal exemplo é o imposto de Renda.

Já o imposto indireto é aquele que se paga, como diz o próprio nome, indiretamente, ao adquirir um bem ou serviço, pois está incluído nos preços. ICM - Im-

posto de Circulação de Mercadorias, IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, ISS - imposto sobre Serviços de qualquer natureza, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e contribuição patronal à previdência social são alguns exemplos que formam a carga tributária indireta.

Nos últimos 16 anos, apenas uma vez, em 1979, a participação dos impostos diretos foi maior do que a dos indiretos na receita tributária do País e mesmo assim com uma diferença mínima que não chegou a **des**caracterizar a injustiça do sistema.

Embora a participação dos impostos indiretos venha diminuindo e a dos diretos aumentando, em decorrência da reforma tributária de 1966, ainda estamos longe de uma política tributária que possa ser considerada justa.

BRASIL - PARTICIPAÇÃO DOS IMPOSTOS DIRETOS E INDIRETOS NA RECEITA TRIBUTÁRIA (Em %)

Anos	Impostos Indiretos	Impostos Diretos (*)
1965	69	31
1966	70	30
1967	67	33
1968	68	32
1969	66	34
1970	65	35
1971	62	38
1972	60	40
1973	58	42
1974	57	43
1975	53	47
1976	53	47
1977	51	49
1978	51	49
1979	48	52
1980	53	47

Fonte: Contas Nacionais

(*) inclui contribuições sociais

Afinal, seus erros são profundos. A tributação indireta, composta basicamente por ICM, IPI, ISS e Imposto Único (Sobre Combustíveis Líquidos e sobre Ener-

gia Elétrica), pesa bastante sobre os bens produzidos mas é mais leve em relação aos serviços prestados.

Enquanto os tributos sobre serviços,

através do ISS, oscilam de 2 a 10%, dependendo da natureza do serviço, somente o ICM, que recai sobre quase todos os produtos, varia de 13% a 14%. E as alíquotas (percentual) do IPI vão de 5% a 260% (no caso do cigarro).

Quem mais consome os diversos serviços são exatamente as pessoas de renda mais elevada, pois as de baixa renda concentram seus gastos na aquisição de bens, principalmente os indispensáveis à sobrevivência. Já que é assim, um sistema tributário justo deveria pesar mais sobre os serviços. Como isso não ocorre, os pobres são mais atingidos com impostos que os ricos.

Mesmo quando se analisa apenas a tributação dos bens, a injustiça continua. Não há distinção entre bens necessários e supérfluos. Assim, a tributação que recai

sobre um rádio de pilha do mais simples é a mesma de um aparelho de som altamente sofisticado.

As roupas estão isentas de IPI. Mas a isenção vale igualmente para uma calça de brim e para a alta costura francesa. E ainda há absurdos como o que estipula 5% de IPI para as jóias de ouro e 24% para bijuteria.

Por todos estes erros, a carga tributária indireta pesa 16 a 17% para as famílias de 1 a 3 salários mínimos. Quando, além da indireta, considera-se também a carga tributária direta, verifica-se uma completa regressividade, pois a carga tributária total passa a pesar 33,5% para os trabalhadores de um salário mínimo e 15% para quem recebe mais de 100 salários mínimos.

CARGA TRIBUTÁRIA TOTAL POR FAIXA DE RENDA - 1975 (1) (2)

RENDA MENSAL	CARGA TRIBUTÁRIA
ATÉ 1 SM	33,5%
DE 1 a 2 SM	29,3%
DE 2 a 5 SM	30,9%
DE 5 a 10 SM	31,3%
DE 10 a 15 SM	34,2%
DE 15 a 20 SM	33,9%
DE 20 a 30 SM	33,4%
DE 30 a 40 SM	33,1%
DE 40 a 50 SM	29,6%
DE 50 a 75 SM	25,8%
DE 75 a 100 SM	21,0%
+ de 100 SM	15,0%
TOTAL	31,5%

Fonte: Eris, Ibrahim e outros in Distribuição da Renda e o Sistema Tributário no Brasil, ANPEC, dez/1979.

(1) Foram considerados: IRPF, IRPJ, IPI, ICM, Impostos Únicos, II, Previdência Social, PIS, FGTS, que constituem os principais tributos a nível federal e estadual. Os impostos municipais foram ignorados.

(2) A renda é disponível. A alíquota corresponde à mediana de cada classe de renda. Supôs-se que os impostos sobre a renda total e sobre os salários não são transferidos aos preços, enquanto os impostos sobre lucros e sobre vendas são transferidos.



SÃO PÉSSIMAS AS PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

O dinheiro de que o Brasil precisa no mercado internacional para pagar suas dívidas está mais difícil; as reservas estão caindo e o Governo restringe ainda mais a economia.

A paralisação dos empréstimos do sistema financeiro internacional durante os meses de agosto e setembro, por causa de uma reunião do Fundo Monetário Internacional, e o fato de diversos países buscarem renegociação da sua dívida externa, criaram um sério problema para a economia brasileira, pois o Brasil, de repente, não conseguia tomar novos empréstimos para pagar as obrigações que venciam naqueles meses, o que levou o Governo a utilizar suas reservas internacionais, deixando-as num nível muito baixo.

Com as reservas baixas e precisando conseguir mais 4 bilhões de dólares no Exterior ainda este ano, para pagar as dívidas que vencem até dezembro, o Governo acabou adotando algumas medidas para atender às exigências dos banqueiros internacionais que têm os dólares para emprestar. Tais medidas, no entanto, são todas no sentido de levar o País a reduzir o nível de atividade econômica, principalmente a partir do próximo ano, com o objetivo de que a dívida externa não continue a crescer no índice com que cresce este ano (20%).

Dessa forma o Governo determinou o seguinte:

- elevou o depósito compulsório dos bancos, o que representa uma redução do dinheiro disponível para empréstimos às

empresas;

- proibiu a importação de uma infinidade de produtos e equipamentos essenciais no funcionamento de diversas empresas, visando com isso ao congelamento das importações no último trimestre do ano, para apresentar um superávit comercial um pouco maior e demonstrar aos banqueiros internacionais as "boas intenções" e a "firmeza" do Governo em não permitir que a dívida cresça demais.

Mesmo com estas medidas recessivas, para agradar aos banqueiros internacionais, o País se vê diante da ameaça de não conseguir tomar novos empréstimos na quantidade necessária para saldar suas obrigações. E para se precaver disso, o Governo parece disposto a aprofundar ainda mais as restrições econômicas, anunciando algumas medidas que são inquietadoras para o movimento sindical e os trabalhadores em geral.

Uma delas diz respeito à anunciada pretensão de reduzir de 3 a 4% os investimentos das empresas estatais. Se confirmado, isto implica eliminar o único segmento que ainda sustenta um nível mínimo de atividade de inúmeros setores privados da economia. A redução dos investimentos públicos, na prática, representaria um agravamento do desemprego, pois as estatais empregam atualmente cerca de 1,3 milhão de pessoas e as suas enco-

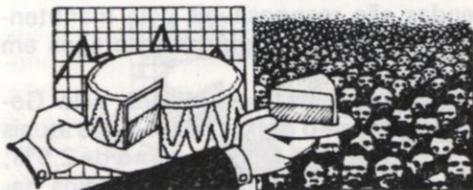
mendas são responsáveis pela manutenção de milhares de outros empregos em empresas privadas.

Outra pretensão anunciada pelo Governo é reduzir o déficit público dos atuais 5,7% do PIB para algo em torno de 2,5%, o que implicaria reduzir os subsídios dados a setores com o tamanho de pequena e média empresa e à agricultura. Colocada em prática essa medida também causaria grande impacto no nível de atividade desses segmentos da economia e a consequente redução do nível de emprego.

Neste último caso, cabe lembrar que o movimento sindical não é contra a redução do déficit público. Esta medida pode ser salutar, desde que a redução seja obti-

da através da eliminação de subsídios e incentivos que não encontram justificativa social ou de um controle da desenfreada especulação financeira, responsável por uma importante parcela do déficit público.

Vai aqui então o nosso alerta para os dirigentes sindicais. As modificações anunciadas levarão inevitavelmente ao aumento do desemprego e, talvez, à eliminação de algumas conquistas dos trabalhadores. É tempo, pois, de ficar atento, mesmo porque os empresários que em alguns casos serão prejudicados pelas medidas anunciadas, inexplicavelmente, estão favoráveis a esse quadro recessivo.



DEPENDÊNCIA EXTERNA PÕE EM RISCO AS METAS DO GOVERNO

O Governo quer terminar o próximo ano sem déficit no Balanço de Pagamentos. Mas com o País governado pela dívida externa, a dependência do Exterior aumenta.

O Conselho Monetário Nacional, no final de outubro, formulou as metas que pretende alcançar no ano de 1983, com a preocupação de terminar o ano sem déficits no Balanço de Pagamentos, que é a consolidação das contas do Brasil nas suas relações econômicas com outros países.

Essa importância dada para as relações com o Exterior demonstra como a economia brasileira é dependente e como o Governo não tem autonomia (ou não exerce sua autonomia) nas relações co-

merciais internacionais. Tanto que se generaliza a afirmação de que o Brasil é governado por sua dívida.

Mas para entender melhor a maneira como se apresenta essa dependência é necessário entender o próprio funcionamento do Balanço de Pagamentos com que o Conselho Monetário Nacional tanto se preocupa.

O Balanço de Pagamentos é dividido em: **balança comercial, balanço de serviços e movimento de capitais.**

BALANÇA COMERCIAL

	1979	1980	1981	1982	1983(1)
Balança comercial (Fob)	-2,8	2,8	1,2	0,5	6,0
Exportações	15,3	20,2	23,3	21,8	23,0
Produtos Primários	7,1	9,5	9,6	9,3	10,5
Produtos Industrializados (2)	8,2	10,7	13,7	11,7	12,5
Importações	18,1	23,0	22,1	20,5	17,0
Petróleo bruto	6,3	9,4	10,6	10,1	9,0
Demais importações	11,8	13,6	11,5	10,4	8,0

(1) - projeções;
(2) - exclui açúcar cristal e refinado, café solúvel e inclui "transações especiais".
Fonte: Banco Central do Brasil.

A balança comercial registra o total de exportações e total de importações do País. Apresenta superávit quando se exporta mais do que se importa e déficit,

quando se importa mais do que se exporta. Em 1983 o Governo espera aumentar o superávit aumentando as exportações e reduzindo as importações.

Para aumentar as exportações o Governo aposta na recuperação da economia dos países desenvolvidos que poderiam comprar mais do Brasil. Atingir esse objetivo não depende do Brasil. A meta de aumentar as exportações, portanto, pode não se realizar.

Quanto a reduzir as importações, também é tarefa difícil, pois nos últimos tempos as importações já foram drasticamente reduzidas, atingindo inclusive alguns produtos imprescindíveis para a indústria.

No caso do petróleo, como a maioria da indústria precisa de óleo combustível

para funcionar, reduzir seu consumo, na medida em que não haja programas consistentes de substituição de energia, implica a redução da própria produção e isto é uma ameaça para os trabalhadores, pois significa desemprego.

As metas otimistas do Governo para a balança comercial, portanto, são difíceis de ser alcançadas porque dependem do comportamento da economia de outros países compradores, ou porque representam um aumento da recessão interna para diminuir o consumo de produtos importados (petróleo, máquinas, peças etc).

BALANÇO DE SERVIÇOS

	1979	1980	1981	1982	1983(1)
Serviços (exclusive Reinvestimentos)	-7,2	-9,8	-12,4	-14,5	-12,9
Juros líquidos	-4,2	-6,3	-9,2	-10,7	9,1
Demais (líquido)	-3,0	-3,5	-3,2	-3,8	-3,8

(1) - projeções;
Fonte: Banco Central do Brasil.

O comércio entre países envolve outros pagamentos, além da simples compra ou venda de produtos. Há pagamentos de fretes e seguros no transporte das mercadorias, de cessão dos direitos para fabricar produtos ou usar marcas (royalties). E há também o pagamento de juros dos empréstimos realizados.

A diferença entre o que se paga e o que se recebe por conta desses serviços é o balanço de serviços. Não se sabe efetivamente quanto o País recebe de fretes, seguros, royalties e juros, nem quanto paga. Sabe-se apenas a diferença.

Considerando-se que nossos empréstimos a outros países são muito reduzidos e que a exportação de tecnologia de pro-

duto ou marcas brasileiras também é pequena, pois as grandes indústrias instaladas no País são multinacionais que pagam royalties a outros países, pode-se deduzir que a parcela que o país recebe é igualmente pequena.

Também no Balanço de serviços o Governo está "apostando" para alcançar a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, pois espera-se diminuir os pagamentos por conta da queda dos juros internacionais. Embora os juros tenham caído nas últimas semanas, não se pode garantir que continuarão a cair em 1983. Isso depende do mercado financeiro internacional e da política econômica nos Estados Unidos.

MOVIMENTO DE CAPITAIS

	1979	1980	1981	1982	1983(1)
Movimento de capitais	6,8	8,9	11,6	13,6	6,9
Investimentos líquidos (exclusivo reinvestimentos)	1,5	1,1	1,6	1,5	1,5
Financiamentos de organismos internacionais, agências governamentais e suppliers credits (2)	1,7	2,4	2,4	2,5	2,0
Empréstimos em moeda e outros capitais (3)	10,2	12,1	15,3	17,0	10,6
Amortizações	-6,6	-6,7	-7,7	-7,4	-7,2

(1) - projeções;
(2) - inclui financiamentos brasileiros ao exterior (líquido)
(3) - inclusive erros e omissões
Fonte: Banco Central do Brasil.

Com as exportações insuficientes para pagar as importações e os juros dos empréstimos, o Brasil procura "balancear" suas contas através do movimento de capitais. Um conjunto de contas que inclui os investimentos líquidos, ou seja, o capital estrangeiro que vem para constituir ou comprar empresas no País, menos o capital brasileiro que constitui ou compra empresas no Exterior.

Por incrível que pareça, o investimento estrangeiro contribui, momentaneamente, para o balanço de pagamentos, embora no futuro isso possa agravar o problema pela remessa de lucros e royalties. Além desse capital estrangeiro, no movimento de capitais também entram os financiamentos e empréstimos internacionais. Mas se por um lado esses financiamentos e empréstimos ajudam o balanço de pagamentos no momento, por outro aumentam os pagamentos com juros e com amortizações.

O Brasil tem apelado para empréstimos que, por ironia, ajudam a pagar a dívida passada e seus juros. E essa é uma das razões pelas quais a dívida externa brasileira continua a crescer, devendo passar de aproximadamente 80 bilhões de dólares em 1982 para 90 bilhões de dólares em 1983.

Essa demonstração do balanço de pa-

gamentos permite bem avaliar a complexidade da situação econômica brasileira em suas relações com o Exterior. O grande problema é a dívida. Estar endividado significa pagar juros e contrair mais dívidas para pagar as prestações e mais juros.

Os credores, por sua vez, exigem planos de austeridade econômica, redução das atividades internas para diminuir as importações na esperança de que sobre alguma coisa para pagar a dívida, contenção do crédito e arrocho salarial. Ou seja, o País passa a ser governado pela dívida.

Há dois aspectos básicos nessa dramática situação da dívida externa brasileira: os sucessivos erros da política econômica brasileira e a desorganização do mercado financeiro internacional, que torna países soberanos como o nosso dependentes de manobras financeiras dos banqueiros particulares. Em 1982, por exemplo, o Brasil exportou muito mais produtos primários (minérios e produtos agrícolas) e recebeu menos dólares em pagamento.

Mas a posição diante desse quadro não deve ser a de imobilidade e sim a de lutar por uma nova situação de relações internacionais, onde a maioria dos países não seja submetida aos interesses da minoria que já atingiu um estágio mais avançado de desenvolvimento.

conjuntura



CUSTO DE VIDA SUBIU 103% EM 1982 MAS O GOVERNO PODERIA TER EVITADO

**Interesse eleitoral
mostrou que o governo pode
muito bem controlar os preços. Basta querer.**

O aumento do custo de vida na cidade de São Paulo em 1982 foi um dos maiores dos últimos 26 anos, ao atingir a marca dos 103%.

Para o governo, oficialmente, o aumento ficou em 99,7%, mas isso se deve ao método adotado pelas entidades oficiais. Elas fazem o levantamento de preços até o dia 20 de cada mês, enquanto os aumentos dos preços administrados pelo governo, como luz, gás, gasolina etc., que têm pesado bastante no custo de vida, são autorizados na penúltima semana de cada mês.

Dessa forma, para efeito de acompanhamento do custo de vida, tais aumentos ficam para o mês seguinte e com essa mágica o governo, em termos oficiais, conseguiu terminar o ano com um custo de vida abaixo de 100%. Embora 99,7% esteja muito próximo disso, o efeito psicológico de um e outro é diferente.

Se a exemplo do Dieese as entidades oficiais encerrassem o levantamento de preços no último dia de cada mês, teriam de considerar os aumentos de importantes componentes do custo de vida, que o governo autorizou dia 18 de dezembro.

Neste mês, o custo de vida subiu 8% em São Paulo, o maior índice mensal do ano.

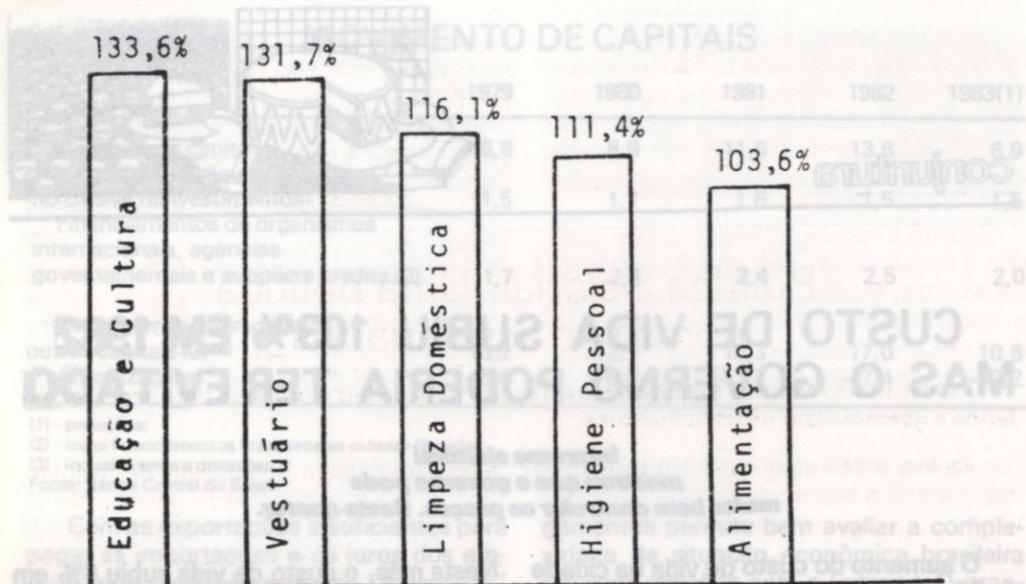
Aliás, depois de chegar à marca dos 7,6% em junho e julho, o custo de vida passou a crescer a taxas menores nos meses seguintes: 5,3% em agosto, 3,1% em setembro, 4,7% em outubro e 5,0% em novembro, para depois estourar com 8,0% em dezembro.

Ou seja, o custo de vida subiu lentamente no período mais intenso da campanha eleitoral e disparou depois da abertura das urnas.

Coincidência? Não, porque entre os aumentos que contribuíram para o recorde de 8% em dezembro estão os de vários preços controlados pelo governo, como leite, ônibus, gás, luz, gasolina, autorizados logo após as eleições.

Ao segurar seus aumentos e assim permitir um crescimento menor dos preços por causa dos interesses eleitorais, o governo demonstrou que tem e pode usar os instrumentos de controle de preços. Basta querer.

Mas se o índice geral de aumento do custo de vida foi de 103%, em 1982, muitos produtos e serviços subiram bem mais que isso.



Materiais escolares e mensalidades das escolas particulares aumentaram 133,6%. "vestuário" (roupas, tecidos, sapatos, etc.) subiram 131,7% e "produtos de limpeza", como detergentes, sabão, desinfetantes etc., ficaram 116,1% mais caros que em 1981.

A alimentação, que consome, em média, 39% do orçamento das famílias assalariadas, subiu 103,6% num ano, sendo que alguns grupos de alimentos apresentaram aumentos superiores a 150%, como é o caso das "hortaliças", que aumentaram 152,3% e dos "peixes", que subiram nada menos que 156%.

conjuntura



Política Salarial: Uma política contra os assalariados.

A história da Política Salarial é uma história feita de leis e projetos para arrochar salários e desmobilizar os trabalhadores.

As leis e decretos que hoje formam o que se chama de Política Salarial do governo no País começaram a aparecer em 1964.

Desde então, foram introduzidas modificações substanciais na concessão de salários, e todas para conter os ganhos salariais que a mobilização e a ação sindical dos trabalhadores propiciaram no período anterior, controlando o custo da mão-de-obra e favorecendo, assim, a acumulação de capital pelas empresas privadas e estatais.

Já o começo da intervenção do governo na questão salarial surge com tal propósito.

O fortalecimento do movimento sindical nos anos 50 tornou possível aos trabalhadores intensificar suas reivindicações no sentido de manter o poder aquisitivo dos salários.

Em consequência, nos primeiros anos da década de 60, os salários são corrigidos semestralmente e o poder de negociação dos sindicatos aumenta com a deflagração de greves bem-sucedidas.

Opondo-se a estas conquistas dos assalariados, em junho de 1964, o Ministério da Fazenda dá a conhecer a Circular n.º 10, explicitando os mecanismos da política salarial que se tornaram base de toda a legislação posterior.

Incorporada pelo Decreto n.º 54.018, a circular de n.º 10 estabelecia mecanis-

mos para cálculo dos índices de reajuste, tomando por base a média salarial dos últimos 24 meses, e determinava que não poderiam mais ser concedidos reajustes em período inferior a um ano.

Como se estivéssemos, 19 anos depois, revendo o mesmo filme, naquela época o governo justificava sua intervenção alegando que a estratégia do PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo - 1964/66 - contra a inflação propunha a redução dos déficits governamentais, o controle de crédito ao setor privado e uma política de reajustes salariais, impedindo aumentos reais.

Embora o reajuste salarial seja uma resposta a um anterior aumento de preços, culpavam-se os salários pela alta dos preços.

A diferença é que em 1964 a política salarial a título de mecanismo antiinflacionário era anunciada como medida provisória, que só mais tarde foi declarada permanente.

Uma vez implantada, a política salarial foi ficando cada vez mais rígida, até que passou a ser mais conhecida como "arrocho salarial", pois comprimiu os níveis de salário dos trabalhadores em geral.

Mas os trabalhadores não aceitaram tranquilamente a redução dos seus salários. Enquanto as assembleias passavam a contar com maior número de participantes, os dirigentes sindicais articulavam-se

para apresentar conjuntamente suas reivindicações e chegaram a criar o MIA - Movimento Intersindical Antiarrocho.

A difícil situação imposta aos assalariados, e a mobilização resultante dessa situação culminou com a greve dos metalúrgicos de Contagem, em Minas Gerais e, posteriormente, de Osasco, em São Paulo.

O Ministério do Trabalho, para tentar conseguir o fim da primeira greve, determina que as empresas concedam um au-

mento adicional de 10% aos funcionários. Ao mesmo tempo, para evitar que o adicional conquistado em Contagem incentivasse novas greves, surge em julho de 1968 a Lei 5.451, estabelecendo um abono-emergência de 10% a ser concedido a todos os trabalhadores.

Em contrapartida, a mesma lei revoga o caráter provisório da política salarial até então adotada e torna permanente a intervenção do governo na fixação de reajustes salariais.

QUADRO DAS PRINCIPAIS LEIS DA POLÍTICA SALARIAL E SUAS DETERMINAÇÕES

ANOS	LEIS	CARACTERÍSTICAS E MODIFICAÇÕES
1964	Circular n.º 10 do Ministério da Fazenda Decreto n.º 54.018 Decreto n.º 54.228	Atinge apenas empresas da área estatal. Reajustes só de 12 em 12 meses e baseados no salário médio dos últimos 24 meses. Taxa de produtividade estimada para o ano anterior. Porcentual relativo a inflação "porventura admitida na programação do governo".
1965	Lei n.º 4.725 Decreto n.º 57.627	Primeira fase do Arrocho Salarial. Elimina-se, por um ano, a taxa de produtividade. Elimina-se, e depois se restabelece, o "resíduo inflacionário", no cálculo do reajuste.
1966	Decreto 15 e 17	Segunda fase do Arrocho Salarial. Os índices para o cálculo do salário médio real passam a ser determinados pelo Poder Executivo.
1968	Lei n.º 5.451	Dá aumento adicional de 10%. Mas revoga a limitação da vigência da Política Salarial a três anos. Esta passa a ser permanente.
1974	Lei n.º 6.147	O salário médio, para o cálculo do reajuste passa a ser a média dos salários reais dos últimos doze meses.
1979	Lei n.º 6.708	"Nova" política salarial: reajustes semestrais, com percentuais diferenciados do recém-criado INPC, segundo 3 faixas salariais: até 3 salários-mínimos; entre 3 e 10 e maiores que 10 salários-mínimos. Aumento anual baseado na produtividade.

ANOS	LEIS	CARACTERÍSTICAS E MODIFICAÇÕES
1980	Lei n.º 6.886	Modifica as faixas salariais e os índices de reajustes nas faixas superiores a 10 salários-mínimos.
1983	Decreto-lei n.º 2.012	Diminui os percentuais dos reajustes semestrais, eliminando os 10% acima do INPC para a faixa de até 3 salários-mínimos e reduzindo o reajuste para 95% do INPC para a parte dos salários superior a 3 salários-mínimos e até 7 salários mínimos.

Depois disso, nova alteração surge apenas em novembro de 1974, através da Lei 6.147, que reduz de 24 para 12 meses a base de cálculo do salário real médio.

Esta lei atenuava um pouco o arrocho, numa época em que o País começava o fim da fase mais aguda da repressão política e toda a sociedade passava por transformações.

A partir daí, com o fim do "milagre econômico", surgem protestos e manifestações de variados setores contra o autoritarismo reinante.

Articula-se, então, o processo que vem sendo chamado de abertura política, dentro do qual o movimento sindical revitaliza-se e ganha novos contornos, principalmente com a campanha pela reposição das perdas causadas pelos reajustes com índices manipulados pelo governo, em prejuízo dos trabalhadores.

Em 1978, a partir da paralisação dos metalúrgicos da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, começa um surto grevista que se estende até o final do ano seguinte.

O êxito das greves levou muitas categorias a melhorar os níveis de reajuste. Em setembro de 1978, quando o índice oficial de reajuste foi de 42%, os bancários do Rio Grande do Sul conseguiram até 57%. Os metalúrgicos de São Paulo, no mesmo ano, contra um índice oficial de 43%, chegaram a conquistar 58% para algumas faixas salariais.

Em 1979 a mobilização dos trabalhadores foi mais intensa. A Imprensa regis-

trou a ocorrência de 430 greves, sendo 340 por aumento e/ou antecipação de salários.

Resultado dessa mobilização, muitas categorias obtêm reajustes bem acima do índice oficial determinado pelo Governo. Em negociação com a Gessy-Lever, o sindicato dos químicos e farmacêuticos de Campinas, Valinhos e Sumaré conseguiu 77,2%, quando o índice oficial foi de 44%.

O Governo percebe que em termos práticos, pelos acordos que a mobilização dos trabalhadores estava conseguindo àquela altura, sua política salarial estava ultrapassada, inútil.

Era necessária uma medida capaz de conter ao mesmo tempo o crescente processo de mobilização e o nível de reajustes, aí surge a política dos reajustes semestrais, baseada num novo índice, o INPC.

Vigorando a partir de novembro de 1979, a Lei n.º 6.708, da nova política salarial, apesar das numerosas falhas, penalizava menos os trabalhadores pela inflação que a lei anterior. Mas também funcionou para conter os níveis de reajuste, pois, se em 1978 os trabalhadores conseguiram até 33,2% acima do índice oficial, em 1981, quando já estava em vigor a Lei n.º 6.886, com a primeira alteração da "nova política salarial", o máximo que os trabalhadores conseguiram foi 8% acima do índice oficial.

O breve apanhado histórico demonstra que o Decreto-lei n.º 2.012, estabele-

cendo as alterações dos índices de reajustes que passaram a vigorar em 1.º de fevereiro, está em perfeita consonância com a concepção que a política salarial teve no Brasil até agora.

Seu objetivo nunca foi o de garantir uma remuneração adequada aos trabalhadores, mas sim funcionar como instrumento financeiro e de crescimento econômico em benefício da classe patronal.